

RRCGG

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

I Relatório

MUNICÍPIO DE OEIRAS

2016

Índice

1 Introdução	5
Nota Prévia.....	7
Contexto Municipal Principais Resultados	9
Quadro Legal	17
2 Caracterização da Entidade.....	19
Estrutura Política.....	21
Câmara Municipal de Oeiras	22
Estrutura Orgânica	23
3 Recursos Humanos.....	25
Dados Demográficos	27
Número de trabalhadores.....	27
Distribuição dos trabalhadores por grupo profissional e género ...	28
Nível de Escolaridade	29
Escalão Etário	30
Escalão Etário por Carreira / Categoria.....	31
Antiguidade	32
Admissões/Regressos por tipo e por categoria.....	33
Saídas por tipo e por categoria	34
Distribuição dos trabalhadores por Unidade Orgânica.....	36
Ausências.....	36
Relações de trabalho.....	38
Organização Sindical	38
Ação disciplinar	38
Saúde, Higiene e Segurança	39
Psicologia.....	39
Ação Social	39
Ação Social Interna.....	39
Ação Social Externa	41
Formação Profissional.....	41
Formação Interna.....	41
Executive Coaching para Dirigentes.....	43
Ações de Team Building	43

Formação Externa	44
Plano de Estágios.....	45
4 Relatório de Atividades	47
Municípios e partes interessadas.....	49
Financeira	70
Processos.....	72
Desenvolvimento Organizacional.....	76
Análise SWOT	81
5 Relatório Financeiro	83
Análise dos Fluxos de Caixa.....	85
Enquadramento Orçamental.....	87
Execução Orçamental.....	89
Análise da Receita	93
Receita Corrente	96
Receita Capital.....	100
Análise da Despesa.....	102
Despesa Corrente	105
Despesa Capital	107
Grandes Opções do Plano	110
Execução por classificação funcional	111
Execução por classificação orgânica	116
Situação Patrimonial	128
Análise do Balanço – Balanço Sintético.....	128
Indicadores Económico-Financeiros	131
Análise da Demonstração de Resultados	133
Proposta de Aplicação do Resultado Líquido.....	135
Apuramento da Dívida Total	136

1 | Introdução

Nota Prévia

Em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 setembro, na redação dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificadas no n.º 2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro, que dele faz parte integrante, e submete-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Oeiras relativo ao ano de 2016, tendo sido construído nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, cumprindo o preceituado no nº 13 do POCAL, e apresenta em anexo os mapas de Prestação de Contas.

São também apresentadas as declarações relativas aos compromissos anuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro de 2016, conforme estabelecido no artigo 15º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, e ainda a listagem das isenções concedidas durante o ano de 2016.

As contas do Município de Oeiras foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

O Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, possibilita a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas em momento diferente da aprovação das contas individuais do Município, pelo que, mais se informa que as mesmas serão remetidas ao órgão executivo e deliberativo até junho do presente ano.

Contexto Municipal | Principais Resultados

O Orçamento do Município para 2016 teve o montante de € 127.424.050,00, o que se traduziu num incremento de 4,9% face a 2015 (€ 121.501.184,00), justificado pela assinatura do acordo de delegação de competências para a Administração Local, na área da Educação, estabelecido com o Ministério da Educação e Ciência, no valor de aproximadamente € 10.000.000 e pelo acerto efetuado ao orçamento relativamente ao procedimento contabilístico relativamente ao serviço de gestão de Águas Residuais.

Ou seja, o Município continuou a ressentir-se com as profundas reduções orçamentais que têm vindo a ser feitas ao longo dos últimos anos (só em 2015 Oeiras sofreu um corte de cerca de 10 milhões de euros relativamente a 2014), o que obrigou a uma apurada redução de despesas. No entanto, sob uma estratégia orçamental assente na prossecução de uma política de rigor que tem em vista aprofundar a consolidação do equilíbrio financeiro, este Município empenhou-se em manter a qualidade que, nas mais variadas áreas de atuação, tem sido conquistada.

Como ressalta esta descrição e apesar do panorama nacional, Oeiras continua a apostar no futuro. Por isso, a gestão em 2016 teve como suporte a definição de estratégias, fruto de profundo planeamento, que permitiram a este Município continuar ativamente a sua missão enquanto parte atuante no desenvolvimento deste concelho.

Na área social foram mantidos programas fundamentais de apoio à população, como: a Medida de Participação nas Despesas com Medicamentos, através da qual foram participadas 105.912 receitas, com um valor total participado de €438.114; o Fundo de Emergência Social (FES), que beneficiou 156 indivíduos, num investimento total de €50.230,74; o serviço “Oeiras está lá!”, que abrangeu 357 indivíduos; e, o Serviço de Teleassistência Domiciliária, que no final de 2016 contava com 169 utilizadores ativos.

Ao nível dos grandes projetos, foi concluído o novo troço do Passeio Marítimo, que faz a ligação da Baía dos Golfinho, em Caxias, à praia da Cruz Quebrada, com uma extensão com 1990 metros (cuja início de obra teve lugar em novembro de 2015, com o valor de adjudicação de € 2 535 088,03, e a inauguração oficial em janeiro de 2017). Este novo troço tem características diferentes dos anteriores, já que tem uma largura mínima

de 7,50 m, sendo 2,5 m destinados a ciclovia e os restantes 5,0 m a circulação pedonal.

Somando esta extensão aos 3850m anteriormente existentes (entre Oeiras e Paço de Arcos), Oeiras passou a ter um total de 5840 Km de Passeio Marítimo.

O ano de 2016 ficou também marcado pela inauguração do novo Centro de Saúde de Carnaxide, que veio permitir responder às necessidades de cerca de 30 mil utentes.

O projeto, aprovado pela autarquia resulta, de uma parceria com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo- ARSLVT e o investimento atinge o valor de cerca de 2 milhões e 220 mil euros. O projeto e a obra são da responsabilidade da Câmara Municipal de Oeiras, tendo a empreitada sido adjudicada à empresa Encobarra, engenharia, S.A..

Note-se que a par do equipamento de Carnaxide estiveram em construção durante o ano transato o de Algés e o de Barcarena.

E porque o património histórico e cultural de Oeiras deve ser respeitado, qualificado e preservado, continuou-se a investir na política de revitalização dos centros históricos do concelho, com o objetivo de devolver-lhes a sua dinâmica e importância histórica. E a vida nestes núcleos depende de algumas medidas como, por exemplo, a sua repovoação, nomeadamente através das políticas de Habitação Jovem.

Assim, em 2016 deu-se continuidade ao Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos, tendo sido concluídos e entregues dois edifícios: Rua Francisco Patarrão, Nº 8 e 8A, Carnaxide (2 fogos) e Largo da Pátria Nova, Nº 8 e 8A e Beco do Sapateiro, Nº 4, Carnaxide (3 fogos).

Em obra estiveram os edifícios Nº 176 (6 fogos) e Nº 126 (4 fogos) da Rua Costa Pinto, em Paço de Arcos. (Relativamente ao 176 o sorteio será no próximo dia 10 de maio de 2017 e a entrega de fogos no mês de junho. Está prevista a conclusão do 126 para o final deste ano.)

De grande importância a nível nacional foi a inauguração da Cidade do Futebol, notícia sobejamente mediatizada, cujo funcionamento implicou uma obra de beneficiação da acessibilidade adjacente a este equipamento, tendo sido necessário reformular as vias rodoviárias na envolvente da mesma, com intervenções nas principais vias confluentes. Neste sentido, inaugurou-se a Avenida das Seleções.

2016 foi o primeiro ano de implementação do Plano Estratégico de Requalificação de Linhas de Água do Concelho de Oeiras (PELACO), à luz do qual, recorde-se, esta Câmara celebrou, com os municípios da Amadora e de Sintra e a Parques de Sintra, o protocolo para a criação do “Eixo Verde e Azul”, que visa requalificar a bacia hidrográfica do Jamor e a área circundante do Palácio de Queluz, de forma a valorizar toda a região. Numa primeira fase, o investimento estimado é de cerca de 11 milhões de euros. O projeto do Eixo Verde e Azul do Rio Jamor estabelece uma estratégia integrada de intervenção, destinada a criar um eixo ecológico ao longo do rio Jamor, assente na sua regularização e defesa contra cheias, procedendo à requalificação do espaço público envolvente, melhorando o acesso das populações à natureza e ao património cultural e criando um circuito de mobilidade suave através dos três concelhos.

A par da manutenção das ribeiras, ao longo do ano foi feito o acompanhamento, monitorização e divulgação da qualidade das águas balneares das Praias da Torre, Sto. Amaro, Paço de Arcos e Caxias, nas quais, refira-se, foi implementado o projeto Meo BeachCam.

A intervenção ao nível da limpeza do areal e dos equipamentos de deposição de RSU realiza-se ao longo de todo o ano, sendo recolhidas cerca de 55 a 60 toneladas de resíduos/ano civil. Cerca de 65% são recolhidos fora da época balnear ou seja entre Novembro e Abril e dos 35% recolhidos durante a época balnear, mais de metade são produzidos pelos veraneantes que frequentam estes espaços.

O ano de 2016 começou com o mote “Oeiras limpa depende de todos nós”. O município de Oeiras encara o ambiente como uma área fundamental, pelo que apostou em duas campanhas de sensibilização – “Quebre o Hábito” e “Apanhe do Chão os Dejetos do seu Cão”- e na divulgação de informação sobre as vantagens da compostagem doméstica.

Refira-se que os espaços verdes municipais tratados continuam a aumentar anualmente, existindo em 2016 cerca de 262 ha, dos quais 10 ha mantidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades (Quinta da Fonte, Lagoas Park ou Arquiparque). Os 252 ha de espaços verdes que não estão sob protocolo, cerca de 20ha, foram mantidos por Administração Direta (Quinta Real de Caxias, Jardins Municipais) com o recurso a cerca de 50 jardineiros, sendo que 232 ha foram mantidos através de contratos de prestação de serviços externos. A contratação de serviços externos para manutenção dos espaços verdes foi efetuada

através de 4 contratos de manutenção e representou, em 2016, um orçamento total de €3 120 780,5.

No âmbito dos trabalhos de Manutenção e Gestão do Património Arbóreo do Concelho de Oeiras, por administração direta (plantações, podas, remoções, transplantes, rebaixamento de cepos, etc.), realizaram-se um total de 8.344 ações, tendo sido plantadas 285 árvores

Sobre a Gestão e produção da vinha e do vinho “Villa Oeiras”, informe-se que em 2016 registou-se uma colheita de 57.834 Kg de Uvas brancas e 4.830 Kg de Uvas tintas. O Vinho Licoroso Branco Apto a Carcavelos teve uma produção de 39.950 lt / Vinho Branco Apto a IGP Lisboa, 8.950lt e o Vinho Tinto Apto a IGP Lisboa 3.600lt. As vendas globais de vinho de Carcavelos “Villa Oeiras” foram de € 101.224,93, o que representou um aumento de 181,36% comparativamente com o ano 2015.

Os resultados da recolha de Resíduos Urbanos: 65.572t de RU (3.299t de Papel/Cartão; 1.894t Embalagens/Plástico e ECAL 2.255t de Vidro; 765t de RUB e 57.359t de Indiferenciados).

Verificou-se uma execução média diária de 20 circuitos de recolha de resíduos indiferenciados, num total anual de 5.967circuitos / Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha indiferenciada de 99,97% / Execução média diária de 12 circuitos de recolha seletiva, num total anual de 2.590 circuitos / Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha seletiva de 98,7% / Produção de resíduos urbanos per capita de 1,04 Kg/hab.dia / Taxa de Recolha Seletiva de 13% / Inexistência de cargas com resíduos seletivos contaminados.

Recolha de Resíduos Verdes – 3.758t / Recolha de Resíduos de limpeza Urbana – 4.772t de resíduos de limpeza, que inclui a varredura manual, a varredura mecânica, a limpeza e manutenção de linhas de água e praias e as desmatações / Recolha de monos – 1.768t

Quanto aos Sistemas de deposição de resíduos destaque-se o arranque do projeto de instalação de 500 equipamentos enterrados de grande capacidade e conseqüente eliminação de 1.574 contentores de superfície localizados atualmente na via pública. Em 2016 foram 54 novos equipamentos.

No ano transato, definiu-se ainda como prioridade estratégica a renovação da frota municipal, tendo-se adquirido em aluguer operacional 107 viaturas ligeiras de passageiros e 28 viaturas ligeiras de mercadorias, em substituição de 104 viaturas ligeiras de passageiros e 9 viaturas ligeiras de mercadorias que foram devolvidas, face ao término do contrato de aluguer operacional, 3 viaturas ligeiras de mercadorias, 1 viatura ligeira de passageiros, 1 empilhador 100% elétrico, 1 triciclo-varredora 100% elétrico – o primeiro totalmente independente do consumo de combustível fóssil – para além de 1 trator e 18 máquinas de pequeno porte, com a finalidade de limpeza de passeios, destacando-se ainda a recuperação de 5 viaturas, que se encontravam à guarda da Polícia Municipal, através da tomada de posse administrativa e que foram incorporadas na frota Municipal, assim como a incorporação de 7 viaturas ligeiras adquiridas ao LEMO.

Procedeu-se também ao abate patrimonial de 17 viaturas, em estado de grande desgaste mecânico, sujeitas a dispendiosas reparações e elevado nível de inoperacionalidade que já não justificavam economicamente a sua manutenção.

Deste modo, a frota Municipal passou de 294 unidades em 2015, para 312 em 2016, aumentando-se assim a capacidade de resposta por parte dos serviços, no desempenho das suas tarefas diárias. Importante também registar a descida em quase 4 anos a idade média de frota, que em 2015 era de 10,6 anos e que se fixou no final de 2016 nos 6,8 anos. Com esta renovação da frota e conseqüente diminuição da idade média, independentemente do aumento do nº de viaturas, conseguiu-se uma poupança de combustível em cerca de 4%, face ao consumo registado em 2015, passou-se de 781.586,66 L (2015) para 749.586,25 L (2016), o que representou uma redução de 21 % no valor faturado, isto é, o volume de faturação em combustíveis fosseis em 2016 foi de € 939.672,63, contrapondo com o valor de € 1.207.512,28 registado em 2015. Estes resultados expressam, não só a natural redução de viaturas, mas também a importância das novas aquisições enquanto parte ativa na redução de custos indiretos. Estas viaturas estão dotadas de motores de nova geração que são mais amigos do ambiente e permitem, por si só, ter um elevado nível de eficiência energética, para além de um aumento significativo ao nível da operacionalidade das mesmas o que se traduz num melhor aproveitamento das mesmas por parte dos serviços utilizadores bem como redução dos custos com manutenção.

Assumindo uma reconhecida posição de vanguarda e ambicionando tempos de mudança rumo a uma maior eficácia e eficiência na prestação de serviço público, o Município de Oeiras celebrou um protocolo de colaboração com o Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa – Nova Information Management School, tendo em vista o desenvolvimento de diversas ofertas formativas sob a temática das Cidades Inteligentes (Smart Cities).

Este acordo surgiu na convicção de que apenas mediante uma estreita colaboração entre o mundo universitário e os municípios pode ser garantida uma evolução significativa das realidades académica e autárquica, sendo esta colaboração um objetivo estratégico para a garantia da competitividade nacional.

À luz deste acordo, os funcionários municipais passaram a ter acesso privilegiado e a descontos sobre o valor da propina em ações formativas na área das Cidades Inteligentes daquela academia.

Atualmente, já se encontra a funcionar no Município de Oeiras uma plataforma global de Smart Cities (que conjuga as competências técnicas, tecnológicas e humanas de três parceiros, as duas entidades hoje outorgantes e um terceiro parceiro, a NOS), que tem contribuído para a inovação tecnológica e a promoção de uma política de cidade mais inovadora, próxima dos cidadãos e para o planeamento de um projeto de desenvolvimento local relevante para quem aqui reside.

Em 2016, assinalou-se a apresentação pública da Rede de Empregabilidade e Empreendedorismo de Oeiras (RedOeiras+) e a assinatura da Ata de constituição da rede pelos diversos parceiros. A RedOeiras+ integra 24 entidades e visa a promoção da empregabilidade e o fomento do empreendedorismo, constituindo-se como meio de ação para o desenvolvimento socioeconómico local e para o incremento de respostas às necessidades dos Municípios desempregados e/ou com baixas qualificações escolares e profissionais.

Decorreu também a inauguração da Fábrica do Empreendedor em Oeiras, situada no Bairro de Outurela, que tem como objetivos o apoio à empregabilidade, o reforço e valorização de competências formativas, o apoio na criação de negócios, (desde a definição do plano de negócios até à implementação do plano de comunicação e marketing) a promoção de capacidades empreendedoras e a dinamização de projetos de intervenção comunitária.

Oeiras continuou a ser uma referência cultural com a realização de eventos cuja dimensão e qualidade extravasam as fronteiras do concelho e mesmo do país. O NOS Alive manteve o apoio municipal, assim como o EDPCOOLJAZZ. Em destaque esteve também um novo evento, o Iminente, um festival urbano de arte e música com curadoria de Vhils.

De assinalar também a realização do POeiras, um evento consagrado à celebração da língua portuguesa, o “Há prova em Oeiras” e o “Natal no Palácio Encantado”.

Antes de fechar este documento, importa referir que em 2016 conseguiu-se também aplicar taxas reduzidas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado, respeitante ao ano de 2015 a liquidar em 2016. Refira-se que Oeiras é um dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa – logo a seguir a Lisboa e Vila Franca de Xira - que tem aplicado uma das menores taxa de IMI nos últimos anos, de 0,34%, mas tendo em conta a sua preocupação social, decidiu reduzir a referida taxa mediante o número de dependentes a cargo do agregado familiar.

Este documento é a prova de que em Oeiras existe a capacidade e a vontade de construir o futuro sob uma gestão consciente, estratégica, meticulosa e justa.

É nossa finalidade manter os indicadores de desenvolvimento bem como o grau de competitividade do concelho, para que o mesmo se torne cada vez mais atrativo para o investimento.

De facto, temos menos mas queremos sempre mais. Diante das dificuldades conseguimos substituir o “não consigo” pelo “vamos fazer bem”. A ambição continua no nosso ADN.

Quadro Legal

Destaca-se o quadro legal que regula o funcionamento das autarquias locais e das empresas municipais, das quais se evidenciam os seguintes diplomas:

- › Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.
- › Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3 - B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e que impõe no seu art.º 25.º a criação de mecanismos de adequação da estrutura orgânica Municipal.
- › Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e Lei n.º 42/2016, de 28/12, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.
- › Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, alterada pelo diploma retificação n.º 46º-B/2013 de 1 de novembro, pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, retificação n.º 10/2016, de 25 de maio, e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que estabelece o Regime Financeiro das autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, diploma que introduz maiores restrições ao endividamento municipal, anuncia o fim do imposto Municipal sobre Transações onerosas, em regime gradual, com extinção em 2019, bem como a profundas alterações ao quadro orçamental que passa a ser plurianual, com novas regras, designadamente no âmbito do equilíbrio corrente.
- › Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterada pelos Diplomas de Retificação n.º 46-C/2013 de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro, pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

- › Lei n.º 10/2014 de 6 de março, que aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado através da Deliberação n.º 928/2014 de 15 de abril de 2014, que estabelece as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.

- › Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, nomeadamente da educação.

2 | Caracterização da Entidade

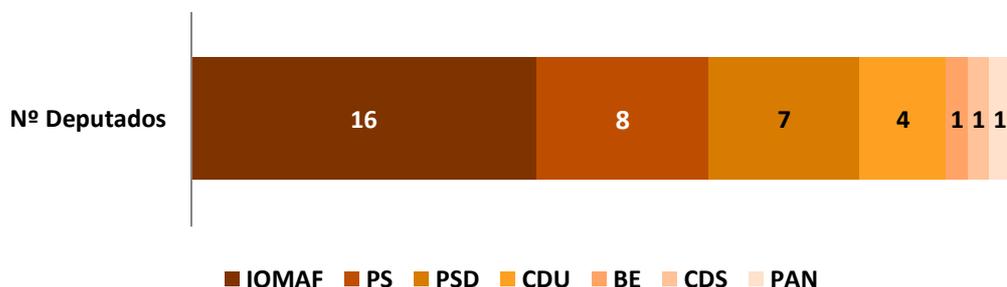
Estrutura Política

A Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com as respetivas alterações, estabelece o regime jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do estado para as Autarquias do estado e para Entidades Intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

O Município de Oeiras tem como órgãos a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, cada um com natureza e competências específicas.

A **Assembleia Municipal** de natureza deliberativa, detém competências de apreciação, fiscalização e de funcionamento, sendo composta por 38 deputados, dos quais 33 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do Município e 5 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Oeiras, apresentando a seguinte distribuição:

Assembleia Municipal



A **Câmara Municipal** sendo o órgão executivo da Autarquia, tem competências materiais e de funcionamento. É constituída por 11 membros eleitos, aos quais compete nomeadamente, de acordo com o quadro de delegações legalmente estabelecido, definir as estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Em conformidade com o disposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e através da Deliberação nº 837/2013, de 22 de outubro, foram delegadas competências da Câmara Municipal no seu Presidente, que pelo Despacho nº 52/2015, de 23 de setembro, delegou e subdelegou competências nos senhores Vereadores, definindo assim os respetivos pelouros, conforme se apresenta:

Câmara Municipal de Oeiras

Mandato 2013-2017



Presidente
Paulo Vistas

Planeamento e Gestão Urbanística
Polícia Municipal
Obras Municipais
Trânsito

Vereadores com pelouros atribuídos



Vice-Presidente
Carlos Morgado

Finanças;
Património;
Contratação Pública
Urbanismo - Atividades
Económicas e Edificação;
Desporto;
Educação;
Prevenção de Ruído e
Controlo de Poluição Sonora



Vereador
Ricardo Barros

Recursos Humanos
Tecnologias e Sistemas de
Informação;
Sensibilização Ambiental;
Espaços Verdes;
Viaturas e Máquinas
(Oficinas);
Higiene Pública;
Ambiente (Recolha de
Resíduos Sólidos Urbanos)
e Abastecimento;
Saúde Pública e bem-estar
animal.



Vereadora
Marlene Rodrigues

Ação Social e Saúde
Cultura



Vereadora
Eduarda Godinho

Contraordenações e
respetivas Notificações;
Proteção Civil;
Habitação;
Cemitérios;
Responsabilidade Social
- Programa municipal
"Oeiras Solidária".



Vereador
Ângelo Pereira

Modernização
Administrativa e
Qualidade;
Administração;
Licenciamentos
Diversos;
Transportes;
Turismo;
Juventude;
Emprego e
Empreendedorismo;
Iluminação;
Controlo das
Intervenções dos
Concessionários de
Serviços Públicos.

Vereadores sem pelouros atribuídos



Vereadora
Maria Madalena Castro



Vereador
Alexandre Luz



Vereador
Marcos de Sá
Rodrigues



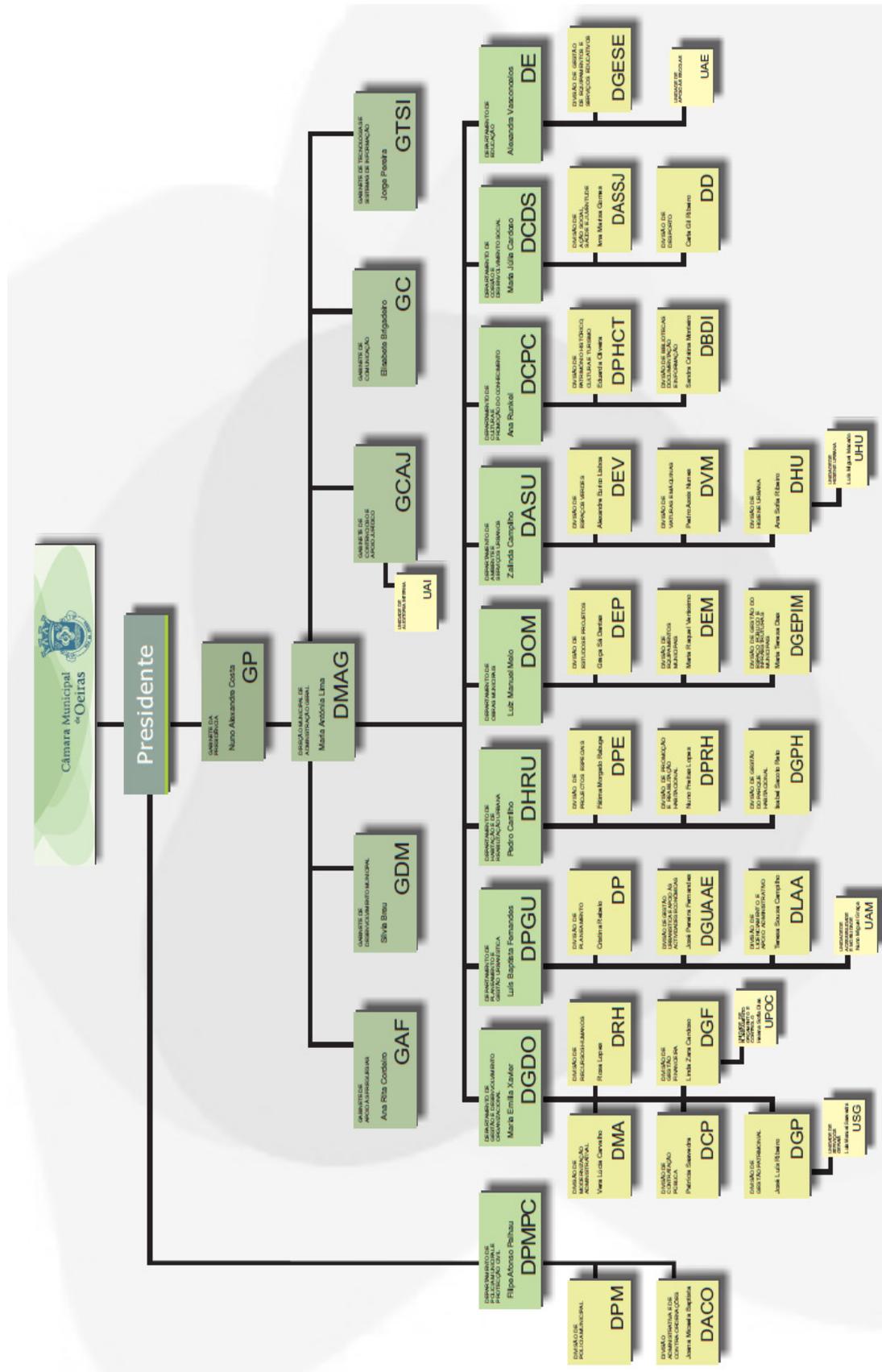
Vereadora
Alexandra Moura



Vereador
Daniel Branco

Estrutura Orgânica

A orgânica dos serviços do Município de Oeiras, em vigor a 31 de dezembro de 2016, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Oeiras, em reunião de 14 de julho de 2016, ao abrigo da alínea m) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, mediante proposta do executivo municipal aprovada em reunião ordinária de 18 de maio, e objeto de publicação no Diário da República, 2ª série, nº 178/2016, de 15 de setembro de 2016, prevê a seguinte estrutura:



3 | Recursos Humanos

Dados Demográficos

Número de trabalhadores

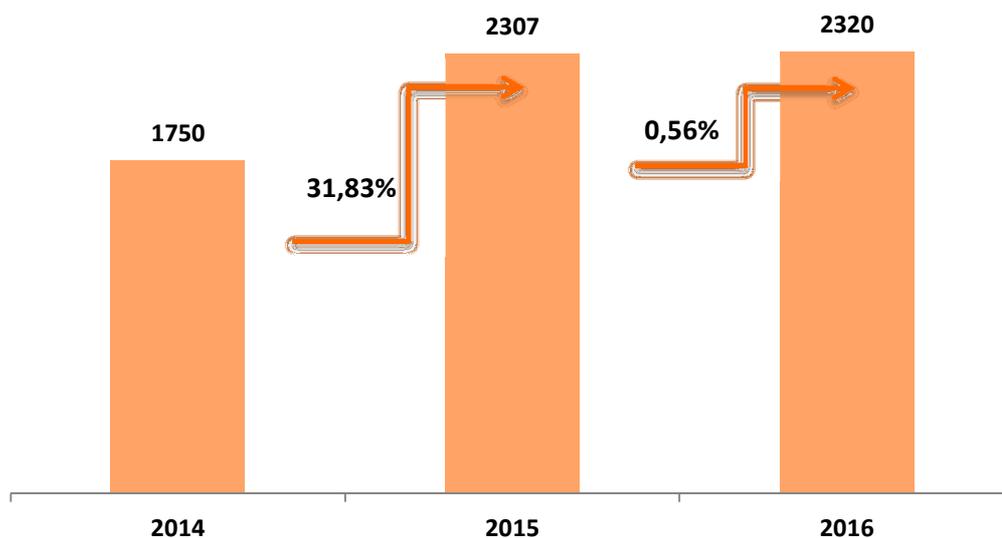
Dos 2.320 trabalhadores do Município de Oeiras, a 31 de dezembro de 2016, 56 encontravam-se em comissão de serviço (pessoal dirigente e de apoio pessoal), 2.233 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e 31 em contrato a termo certo e incerto, para substituição temporária¹ de trabalhadores da carreira/categoria de assistente operacional, na área funcional de ação educativa.

Modalidade de Vínculo	N.º de trabalhadores
Comissão de Serviço	56
Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	2.233
Contrato em Funções Públicas a Termo	31
Total	2.320

O contrato em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para 96,20% dos trabalhadores municipais.

O Município conta, ainda, com a colaboração de 25 prestadores de serviços, contratados em regime de avença.

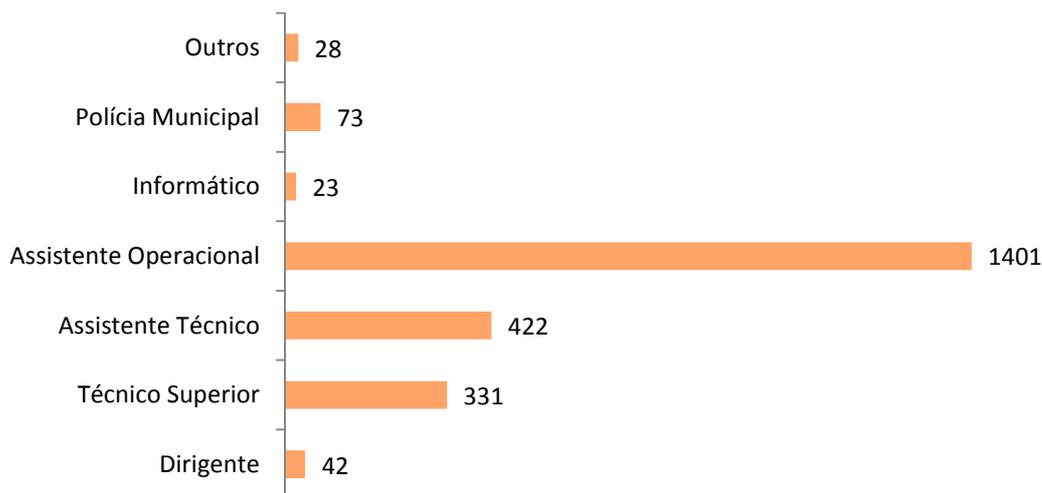
Após o acréscimo de 31,83% do número de trabalhadores entre 2014 e 2015, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área de Educação e Formação, o número de efetivos entre 2015 e 2016 manteve-se estável, conforme se observa na figura infra.



¹ Em licença sem remuneração, incapacidade temporária – ausência por doença, acidente de trabalho, entre outras.

Distribuição dos trabalhadores por grupo profissional e género

Analisando a distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria, verifica-se uma maior representação da carreira de assistente operacional (60,38%) e de assistente técnico (19,05%), que em conjunto, totalizam 79,43% do total dos trabalhadores.



Constata-se a predominância do género feminino, 1.373 em 2.320 trabalhadores, a que corresponde 59,18% do total do efetivo.

	2014	2015	2016
Homens	884	928	947
Mulheres	866	1.379	1.373

Esta realidade é notória na maioria das carreiras/categorias, com exceção das de informática, polícia municipal e outros².

Carreira / Categoria	Mulheres	Homens
Dirigente	29	13
Técnico Superior	231	100
Assistente Técnico	310	112
Assistente Operacional	765	636
Informático	2	21
Polícia Municipal	26	47
Outros	12	16

² Carreiras não revistas

Com base nos valores obtidos nas taxas de operacionalidade e tecnicidade, o rácio de trabalhadores com funções operacionais por técnico superior é de 4 trabalhadores.

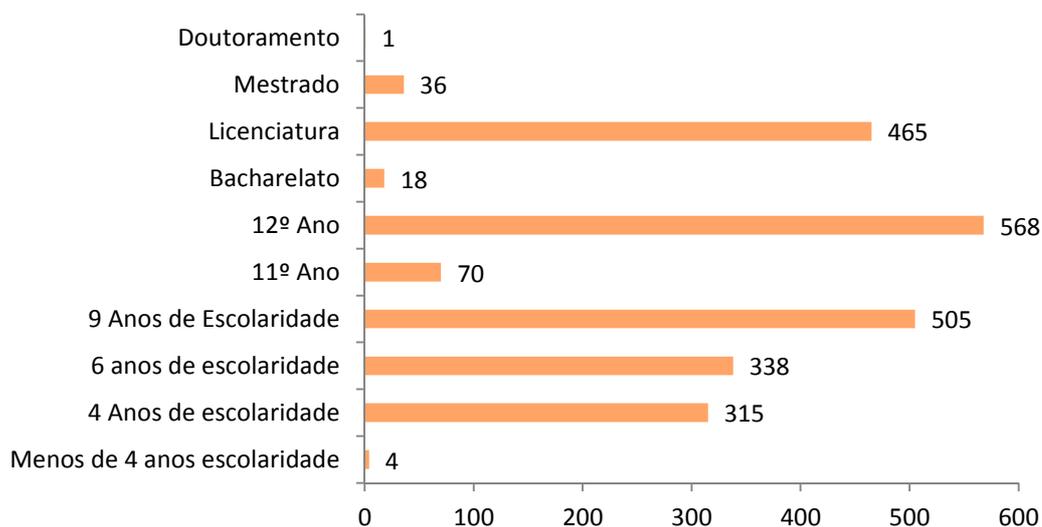
Taxa de Operacionalidade	Taxa de Tecnicidade*	Taxa de Enquadramento
60,39%	14,27%	1,84%

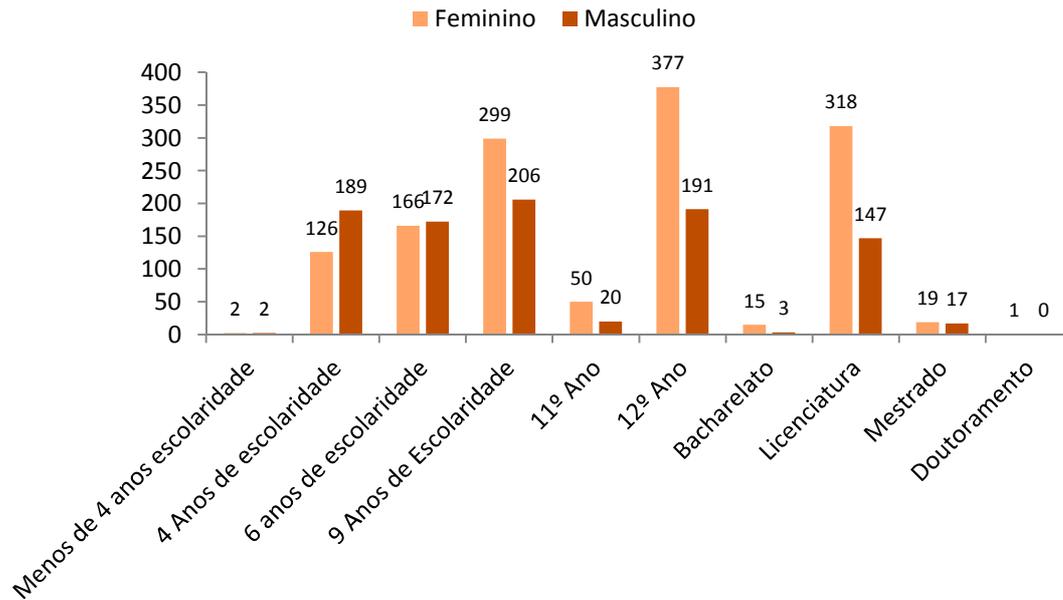
* no apuramento desta taxa foram excluídos os trabalhadores em cargos de direção e especialistas de informática.

A taxa de enquadramento de dirigentes é de 1,84% e o rácio de efetivos por dirigente é de 54 trabalhadores.

Nível de Escolaridade

- **50,09%** - Habilitações iguais ou inferiores a 9 anos de escolaridade
- **22,41%** - Índice de formação superior





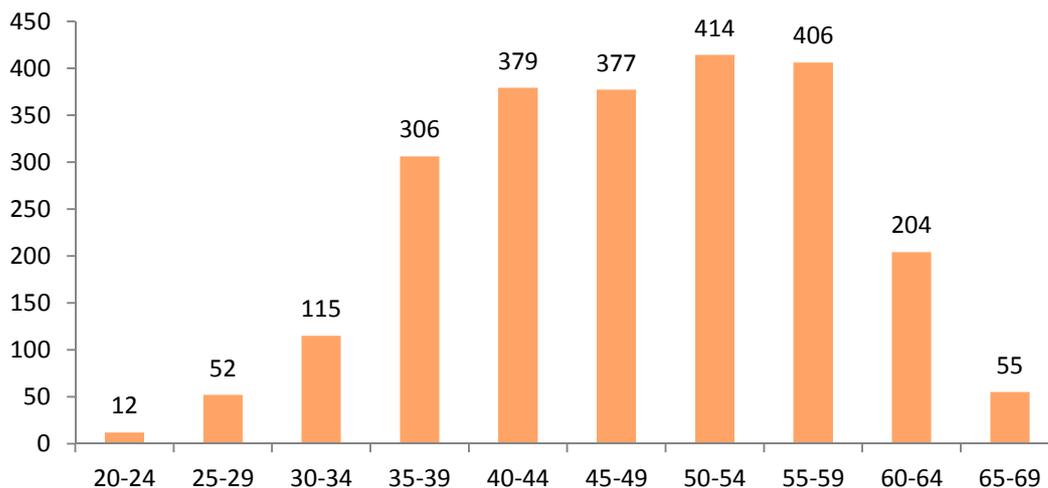
A formação superior não é um exclusivo dos trabalhadores da carreira de técnico superior ou equiparada, conforme se pode observar na tabela seguinte:

	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
Assistentes Operacionais	1	21	1
Assistentes Técnicos	6	82	5
Polícia Municipal	1	7	0

Escalão Etário

A média de idade dos trabalhadores do Município de Oeiras é 48 anos.

A classe etária 50-54 anos é onde se regista maior número de trabalhadores (414), e 46,50% dos trabalhadores têm idades acima dos 50 anos.



O trabalhador mais jovem tem 21 anos, o mais velho tem 69 anos; o leque etário é de 3,29 e o trabalhador mais velho tem 3,28 vezes a idade do trabalhador mais novo.

Escalão Etário por Carreira / Categoria

52,75% dos trabalhadores com a carreira/categoria de assistente operacional têm mais de 50 anos.

	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69
Dirigente				5	9	14	3	6	4	1
Técnico Superior			3	65	91	68	54	28	17	5
Assistente Técnico		9	19	48	74	69	74	87	36	6
Assistente Operacional	12	42	83	144	164	217	278	274	144	43
Informático			4	7	5	4		2	1	
Polícia Municipal		1	5	35	29		2	1		
Outros			1	1	4	5	1	11	4	1
Total Geral	12	52	115	305	376	377	412	409	206	56

A taxa de envelhecimento (trabalhadores com mais de 55 anos) é de 28%.

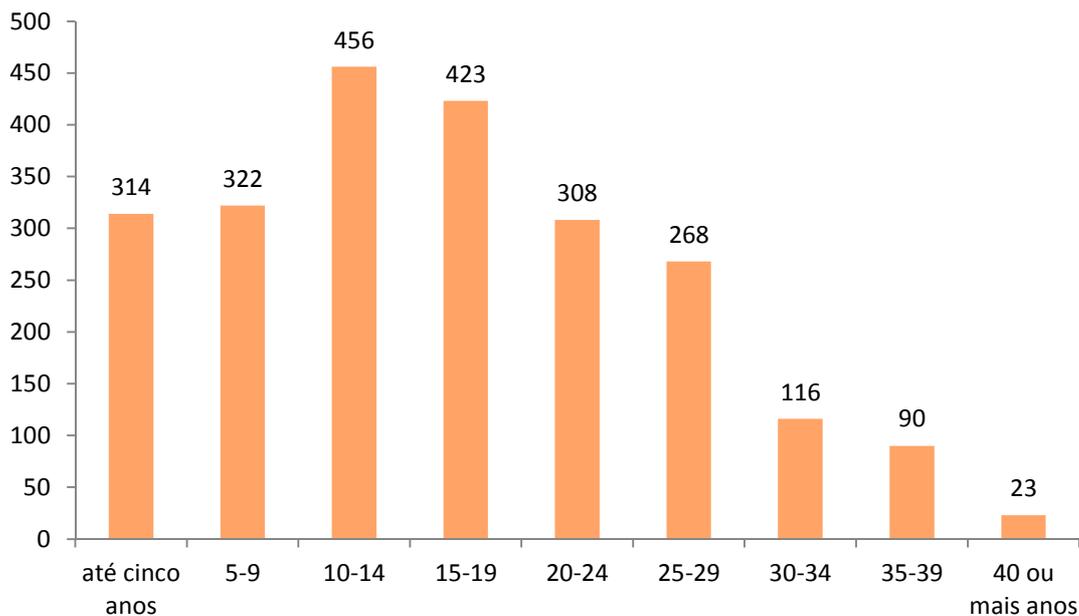
As áreas funcionais dos trabalhadores com mais de 55 anos, integrados na carreira/categoria de assistente operacional e respetiva área funcional, são as que se apresentam na tabela infra.

	55-59	60-64	65-69	Total Geral
Ação Educativa	111	55	21	187
Limpeza Urbana	34	17	1	52
Higiene pública e abastecimento	26	20	5	51
Jardinagem	29	9	4	42
Condução de Máquinas Pesadas	16	8	3	27
Serviços Gerais	13	4	2	19
Administrativa	4	5	4	13
Pedreiro	4	5	1	10
Condução de Ligeiros	2	2		4
Fiel de Armazém		3	1	4
Mecânica	3	1		4
Montador-eletricista	3	1		4
Porta-miras	3	1		4
Reprografia	4			4
Telefonista	3		1	4
Carpintaria	3			3
Cozinheira	1	2		3
Lubrificação	3			3
Serralharia Civil	2	1		3
Cemitérios		2		2
Eletricidade	1	1		2
Pintura	2			2
Vigilante		2		2
Animação Socio Cultural	1			1
Apontador	1			1
Asfaltador	1			1
Bate-chapa	1			1
Biblioteca e Documentação	1			1
Canalizador		1		1
Carregador		1		1
Condução de Pesados		1		1
Condução de Transportes Coletivos		1		1
Eletricista de Automóveis	1			1
Pintura de Automóveis	1			1
Torneiro		1		1

A área funcional de ação educativa é, claramente, onde se observa o maior número de trabalhadores com mais de 55 anos.

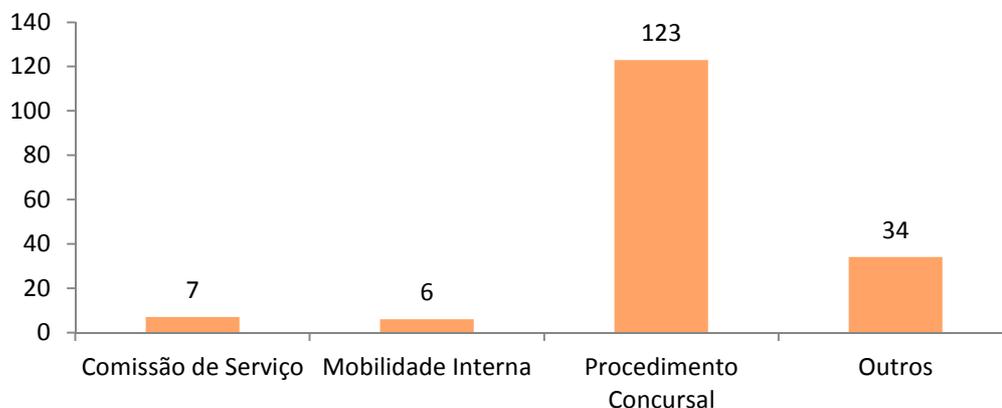
Antiguidade

Cerca de 53% dos trabalhadores tem uma antiguidade na função pública superior a 15 anos.



Admissões/Regressos por tipo e por categoria

As entradas registadas em 2016 (170), refletem as admissões de trabalhadores na sequência de procedimentos concursais, para a área funcional de ação educativa, limpeza urbana, jardinagem, condutores de máquinas pesadas e veículos especiais e pedreiros, em mobilidade interna, assim como outras situações, nomeadamente reingressos de trabalhadores em situação de licença sem remuneração, em mobilidade em outros organismos e alterações de carreira / categoria e tipo vínculo.



Relativamente às entradas por carreira/categoria, predomina a de assistente operacional.

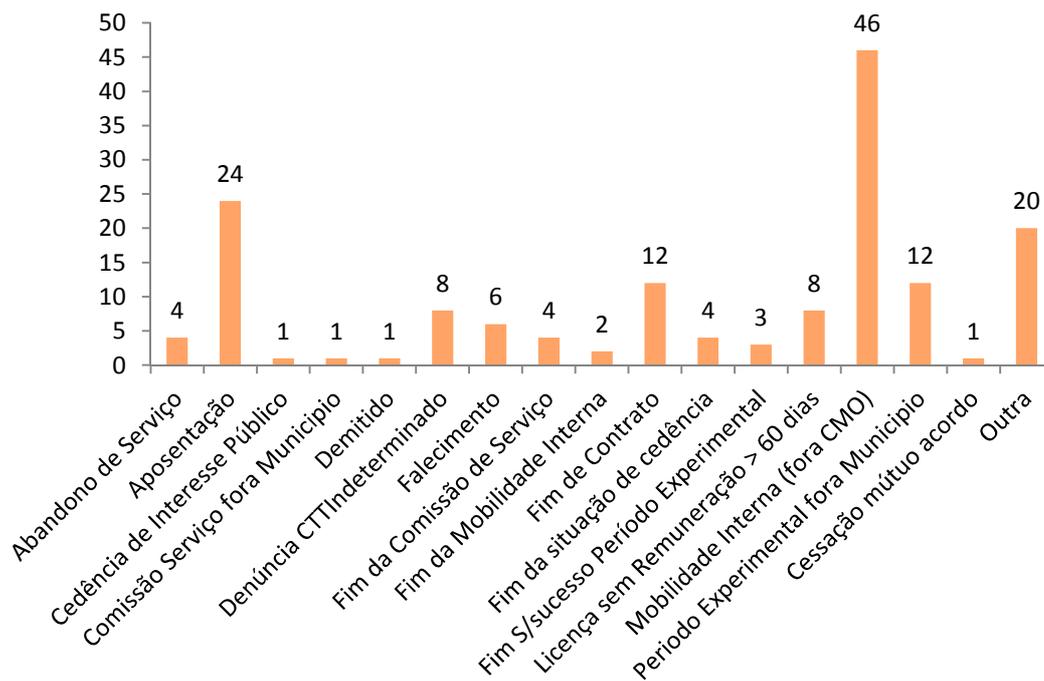
Carreira/Categoria	N.º de ocorrências
Diretor Municipal	1
Chefe de Divisão	3
Coordenador de Unidade	1
Técnico Superior	15
Assistente Técnico	21
Assistente Operacional	123
Especialista de informática	1
Agente Municipal	3
Outros	2
Total	170

As ocorrências em “Outros” referem-se à nomeação de um adjunto e um secretário de Vereação.

Saídas por tipo e por categoria

As saídas por mobilidade interna para outros órgãos e serviços registaram 46 ocorrências, 20 das quais dizem respeito a trabalhadores mobilizados para as Juntas de Freguesias, no âmbito da delegação de competências estabelecida.

A aposentação e os fins de contrato são as situações onde ocorreram mais saídas, 24 e 12, respetivamente. Os fins de contrato referem-se a trabalhadores da área funcional de ação educativa, contratados para substituição temporária de trabalhadores.



As saídas verificadas em “Outra” situação referem-se, maioritariamente, a alteração do tipo de vínculo, trabalhadores da categoria de técnico superior que passaram a comissão de serviço, e trabalhadores da área funcional de ação educativa, que mudaram para a área administrativa.

A carreira/categoria onde se regista um número mais elevado de saídas é a de assistente operacional (95), seguida dos técnicos superiores (33) e de assistente técnico (24).

Carreira/Categoria	N.º de ocorrências
Chefe de Divisão	1
Coordenador de Unidade	1
Técnico Superior	33
Assistente Técnico	24
Assistente Operacional	95
Agente Municipal	1
Outros	2
Total	157

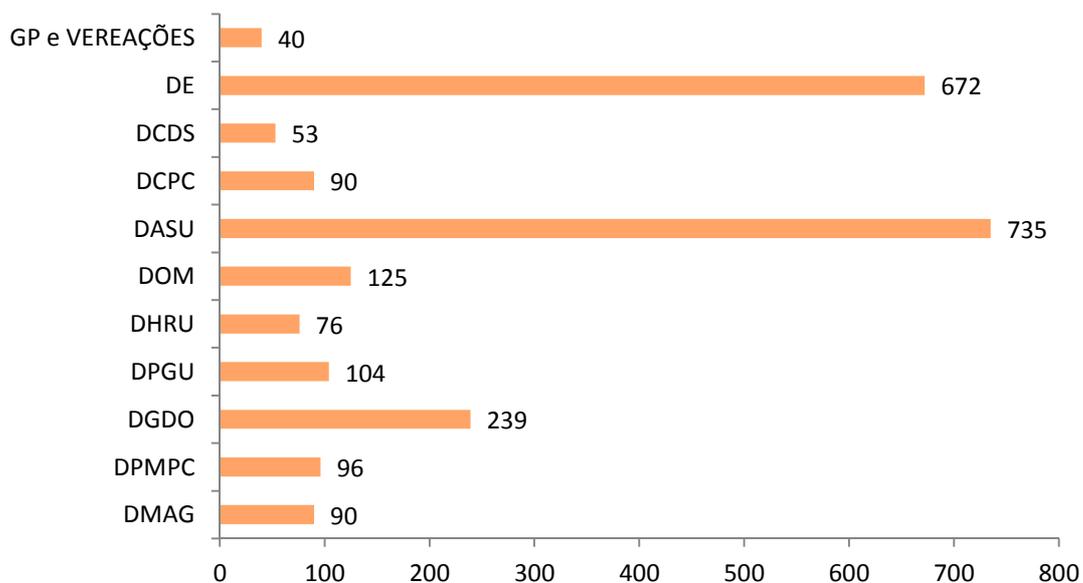
Das 33 saídas na categoria de técnico superior apenas 3 são definitivas, as restantes referem-se a outras situações que implicam ou podem implicar o regresso dos trabalhadores ao Município, nomeadamente licenças sem remuneração inferiores a um ano, mobilidade interna, cedência de interesse público e período experimental em outro órgão ou serviço.

Na carreira/categoria de assistente técnico, das 24 saídas 3 também são definitivas.

As ocorrências em “Outros” referem-se a adjuntos que cessaram a comissão de serviço.

Distribuição dos trabalhadores por Unidade Orgânica

Da análise do gráfico, constata-se que existe uma distribuição diferenciada dos recursos humanos pelas unidades orgânicas do Município, sendo que a DASU e DE, detêm mais de 60% dos trabalhadores.



Ausências

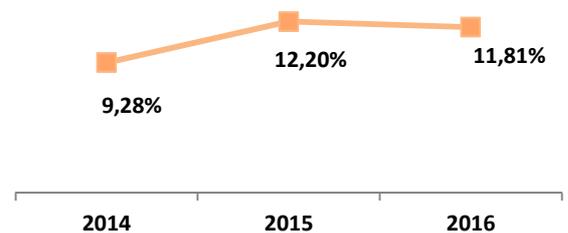
O número total de dias de ausência ao serviço foi de 68.787, distribuídos da seguinte forma:

Motivo da ausência	n.º de Dias
Doença	39.094
Acidente de trabalho	18.201
Parentalidade	5.642
Assistência a familiares	1.814
Por conta das férias	1.434
Injustificadas	1.181
Falecimento de familiar	341
Outros	324
Greve	270
Pena disciplinar	249
Casamento	166
Trabalhador estudante	71
Total	68.787

A doença continua a ser o motivo com maior peso na taxa de absentismo (56,83%), seguido das faltas por acidente de trabalho. Estes dois tipos de faltas representam 83,29% da totalidade das ausências registadas.

A estas ausências corresponde a Taxa de Absentismo de 11,81%.

Relativamente à análise do absentismo verifica-se que, em média, cada trabalhador faltou, em 2016, 29 dias e a análise por género, demonstra que, em média, os homens faltaram 27 dias, enquanto as mulheres faltaram 31 dias.



Relações de trabalho

Organização Sindical

A taxa de sindicalização dos trabalhadores do Município é de 40%, aproximando-se assim da taxa registada em 2014, a mais alta do período em análise.

	2014	2015	2016
Número de trabalhadores sindicalizados	715	831	922
Número de trabalhadores	1.750	2.307	2.320
% Trabalhadores Sindicalizados	41%	36%	40%

Ação disciplinar

Em 2016, registou-se o maior número de processos disciplinares instaurados.

	2015	2015	2016
Processos instaurados	29	25	31

As penas mais frequentes aplicadas em 2016, são a multa e a repreensão escrita.

No período em análise registaram-se 5 despedimentos por facto imputável ao trabalhador.

Saúde, Higiene e Segurança

Psicologia

Durante o ano 2016, foram realizados **1.051 atendimentos**, verificando-se um aumento de **+11,9%**, face ao período homólogo (939 atendimentos).

- Média de atendimentos mensais – **88**
- Média de atendimentos por trabalhador – **5**

Ação Social

Ação Social Interna

O Município de Oeiras desenvolve ação social interna, junto dos seus trabalhadores, de forma complementar a outras áreas de atuação, agregada à gestão dos recursos humanos, utilizando uma metodologia integrativa e participativa, com o objetivo de contribuir para a melhoria do clima organizacional através da integração socioprofissional dos seus colaboradores. Esta resposta social fundamenta-se na necessidade de intervir em situações de exclusão e de risco, vivenciadas por alguns trabalhadores, com o intuito de promover o desenvolvimento das suas competências. Em resposta a estas necessidades.

O Atendimento Social é uma medida de acompanhamento de trabalhadores em situação desfavorecida, de forma personalizada, que visa o combate à exclusão e atuação em situações de risco social. Em 2016 foram acompanhados 63 trabalhadores e efetuados 239 atendimentos nos quais se incluem 38 novos processos.

O Fundo de Emergência Social visa dar resposta imediata a situações de carência económica e social, no sentido de assegurar necessidades básicas. Trata-se de um apoio de emergência, de carácter pontual, atribuído até que a situação possa ser enquadrada por uma resposta de âmbito comunitário. No ano 2016 foram apoiados **32 trabalhadores**, o que significou um investimento no valor total de **14.955 €**.

O Subsídio de Apoio ao Medicamento tem por objetivo comparticipar medicação em situações clínicas devidamente fundamentadas, incluindo doenças agudas, diabetes, hipertensão arterial, etilismo, transtornos mentais, entre outras, sendo disponibilizado aos trabalhadores com baixos recursos financeiros associados a grave carência social e/ou

familiar. No ano de 2016 foram apoiados **17 trabalhadores**, no valor total de **3.819 €**.

As Conversas com Barriguinhas, cursos de preparação para o Parto, Maternidade e Paternidade, têm por objetivo facilitar a adaptação à parentalidade durante a gravidez e posteriormente, após o nascimento do seu filho, através da aquisição de conhecimentos e informações sobre estas fases. Em 2016 foi efetuado um curso que contou com a participação de 3 grávidas.

Os Subsídios Educacionais, Sociais, e Social Mensal são medidas concedidas nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do art.º 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro (Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias), conjugada com o art.º 2º do D.L. nº. 13/2011, de 25 de Janeiro, que prevê que às Câmaras Municipais compete “deliberar sobre a atribuição dos subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelo Município ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares”. A atribuição deste tipo de subsídios obedece a normas próprias definidas:

- Subsídio Educacional: compensação de encargos com educação dos seus associados e descendentes, matriculados e a frequentar estabelecimentos escolares, desde o Jardim-de-infância até ao Ensino Superior. No ano de 2016 foram abrangidos **1.419 beneficiários** num total de **351.298€**;
- Subsídio Social: compensação a trabalhadores, aposentados ou respetivos cônjuges viúvos em situação de comprovada carência socioeconómica ou doença. Em 2016 foram abrangidos **2 beneficiários** num total de **2.242 €**;
- Subsídio Social Mensal: apoio financeiro extraordinário para fazer face às restrições financeiras que possam afetar o bem-estar pessoal e familiar do trabalhador, em resultado de crise económica e subseqüentes reduções remuneratórias e das aposentações, a concessão deste subsídio destina-se aos colaboradores e aposentados do Município que auferem remuneração mensal até 1.500,00 € (mil e quinhentos euros). Em 2016 foram abrangidos **2.563 beneficiários** num total de **378.643 €**.

A Festa de Natal destinada aos descendentes (ou outras situações em que a guarda das crianças se encontre legalmente atribuída por Tribunal), até aos 12 anos de idade, dos trabalhadores do Município, Assembleia Municipal, Polícia de Segurança Pública e corporações dos bombeiros do Concelho. No ano 2016 foram atribuídas **1.622 Prendas** com um custo total de **25.345 €**.

Ação Social Externa

Trabalho Comunitário: O Município de Oeiras assinou um protocolo com a Direção Geral de Reinserção Social, órgão auxiliar da administração da Justiça que, entre outras funções, presta assessoria técnica aos Tribunais no âmbito da Jurisdição Penal, no âmbito das Medidas de Trabalho a Favor da Comunidade: Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade – PTFC; Substituição de Multa por dias de trabalho – SMT; Prestação de Serviços de Interesse Público – PSIP. Durante o ano de 2016 foram solicitados 116 pedidos de prestação de trabalho a favor da Comunidade, tendo o Município dado resposta a **cerca de 60**.

Iniciativa de Emprego – Contratos Emprego-Inserção:

O Município de Oeiras aderiu à implementação da iniciativa Emprego 2009, promovida pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, na Medida Emprego Inserção, no âmbito das ações para os setores Social e Local. Os destinatários desta medida são desempregados beneficiários de subsídios de desemprego ou social de inserção. Em 2016 foram celebrados **26 Contratos Emprego Inserção**. As Unidades Orgânicas que receberam estes trabalhadores são as que se apresentam na tabela.

Contrato Emprego Inserção			
UO	Ano	2016	
	Afetação	N.º Candidatos Inseridos	Área Funcional
DGDO	SEF/Finanças	2	Administrativo
	SEF	2	Administrativo
	DGP	2	Administrativo
GABINETES	GC	2	Administrativo
DE	DE	3	Administrativo
DCPC	DBDI	2	Administrativo
Total		13	

Contrato Emprego Inserção +			
UO	Ano	2016	
	Afetação	N.º Candidatos Inseridos	Área Funcional
DE	DE	12	Administrativo
DCDS	DASSJ	1	Administrativo*
Total		13	

Formação Profissional

No que respeita a formação profissional dirigida aos seus trabalhadores, o Município de Oeiras investe no desenvolvimento de competências através de duas modalidades distintas: formação interna, promovida pela autarquia, no âmbito do estatuto de entidade formadora certificada, com recurso a bolsa de formadores internos eventuais, entidades formadoras ou formadores externos certificados; formação externa, cuja promoção e organização é da responsabilidade de entidades externas.

Formação Interna

No ano 2016 foram realizados **53 cursos** que se materializaram em **101 ações de formação**, a que correspondem **1.415 horas ministradas**. Nestas ações foram registadas **1.196 participações** (n.º de formandos), o que se consubstancia num Volume Total de Formação de **16.951,5 horas** e num investimento total de **75.086s**.

Em 2016, o investimento em Formação Interna foi superior ao do ano anterior (+37,7%), através do reforço de competências com recurso a formação técnica especializada. Ainda por este motivo, registou-se uma diminuição do número de ações realizadas (-61), apostando-se em ações de maior duração com um foco muito técnico e especializado, e, pela natureza do objeto, necessariamente mais onerosas relativamente às realizadas no ano anterior, no qual houve uma grande campanha de formação de curta duração e *on the job* para as áreas mais operacionais.

Em relação ao volume de formação interna verificou-se uma diminuição de 23,8% por comparação com o volume do ano anterior, considerando que a estratégia formativa deste ano foi a grande aposta no conhecimento técnico especializado, que se consubstancia numa diminuição do número de participações. No entanto, a duração média das ações foi de 14 horas por comparação à duração média das ações realizadas em 2015 (9 horas).

Área de Formação (CNAEF) *	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministr.	N.º Horas Freq.	Custos Diretos (Euros)
090 – Desenvolvimento Pessoal	3	3	48	66,5	1.053,50	2.854,00 €
222 – Línguas e Literaturas Estrangeiras	1	1	9	50	384,5	0,00 €
223 – Língua e Literatura Materna	1	1	11	20	196	738,00 €
310 – Ciências Sociais e do Comportamento	1	1	14	30	398	2.290,75 €
342 – Marketing e Publicidade	1	1	13	21	273	2.890,50 €
344 – Contabilidade e Fiscalidade	5	6	59	120	1.050,50	9.257,36 €
345 – Gestão e Administração	2	2	18	64	541,5	4.384,57 €
347 – Enquadramento na Organização/Empresa	2	3	35	48	520	4.752,00 €
380 – Direito	3	3	43	48	624	3.040,79 €
384 – Direito	2	2	27	42	563,5	609,60 €
462 – Estatística	1	1	15	20	272	5.018,40 €
481 – Ciências Informáticas	1	2	24	42	474	12.384,38 €
482 – Informática na ótica do utilizador	14	57	632	515	5.491,00	9.862,31 €
525 – Construção e reparação de veículos a motor	2	2	10	21	105	1.291,50 €
581 – Arquitetura e Urbanismo	3	3	57	42	791	7.606,80 €
582 – Construção Civil e Engenharia Civil	1	1	12	3	36	620,00 €
623 – Silvicultura e Caça	1	1	20	50	960	0,00 €
840 – Serviços de transporte	1	1	15	35	525	2.295,00 €
861 – Protecção de Pessoas e Bens	3	5	66	63	882	3.450,76 €
862 – Segurança e Higiene no Trabalho	5	5	68	114,5	1.811,00	1.739,57 €
Total	53	101	1.196	1.415,00	16.951,50	75.086,29 €

* CNAEF - Classificação Nacional de Áreas de Estudo e Formação

Executive Coaching para Dirigentes

O Município de Oeiras, em parceria com a consultora externa MyChange, implementou um Programa de *Executive Coaching* para Dirigentes, pioneiro na administração pública, com o objectivo de trabalhar as componentes de gestão de equipas, com vista ao reforço e desenvolvimento de competências de liderança, com forte impacto na organização.

Esta 1.ª Edição do Programa, iniciada em 2016, contou com **10 participantes** (5 Diretores de Departamento e 5 Chefes de Divisão), e consistiu em sessões de *coaching* de grupo, com duração de 2,5 horas (3) e individuais com duração de 1,5 horas (4), consubstanciando-se num volume de **150 horas de coaching** e num investimento total de **12.174,54 €**. Com a certeza de que este projeto é essencial para a organização, o Município de Oeiras pretende dar continuidade ao programa em função dos resultados obtidos, permitindo envolver todo o grupo profissional destinatário.

Ações de Team Building

As ações de *Team Building* têm por objetivo a aproximação das pessoas, destruindo os mitos das hierarquias e conduzindo os participantes à colaboração e entreajuda, na prossecução de objetivos globais e comuns, com reflexos significativos na melhoria do clima organizacional. Em 2016 foi realizada uma Ação de *Team Building* que decorreu no dia 23 de Setembro, na Cidade do Futebol, sob o Tema “ Rumo Ao Futuro- Uma Equipa Campeã”. Foram convocados 257 colaboradores (AO, AT, TS, Chefias e Vereação) tendo comparecido 215. Esta ação resultou num investimento de **23.688,52 €**. Foi analisado o grau de satisfação relativamente a esta ação, através de questionário, com um retorno de 82 questionários preenchidos, tendo sido obtido uma taxa de satisfação 85,2%.

Formação Externa

Em 2016 foram registadas 395 participações em 162 ações de formação externa, com um volume de 3.869 horas, o que representou um investimento de 28.762 €.

Em 2016 assistiu-se a um aumento do número de ações face ao ano de 2015 (+15), verificando-se no entanto um decréscimo no número de participantes (-11) e no Volume de horas frequentadas (-305). Verificou-se igualmente um aumento do investimento em formação externa face ao ano anterior, no valor de 5.842,60 € (+25,5%). Esta situação resulta do investimento efetuado em cursos avançados de especialização e certificação, como é o caso do curso ICND1 – *Interconnecting Cisco Network Devices1*, frequentado por um colaborador e uma Pós-Graduação em *Smart Cities*, frequentada por quatro trabalhadores.

Área de Formação (CNAEF) *	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministr.	N.º Horas Freq.	Custos Diretos (Euros)
140 – Form. de Prof./Formador e Ciências da Educ.	2	3	7	210	165	0,00 €
210 – Artes	1	1	2	12	12	0,00 €
220 – Humanidades	1	1	1	12	12	0,00 €
223 – Língua e Literatura Materna	1	1	1	32	32	200,00 €
312 – Sociologia e outros estudos	2	2	3	27,5	27,5	280,00 €
320 – Informação e jornalismo	3	3	7	84	72	468,00 €
322 – Biblioteconomia, Arquivo e Documentação	5	5	10	158	158	527,60 €
342 – Marketing e Publicidade	1	1	2	12	12	220,00 €
343 – Finanças, Banca e Seguros	1	1	4	24	24	200,00 €
344 – Contabilidade e Fiscalidade	6	6	21	196	196	0,00 €
345 – Gestão e Administração	13	13	27	506	498	1.575,63 €
380 – Direito	8	9	36	198	198	2.783,00 €
480 – Informática	1	1	1	35	35	1.827,50 €
482 – Informática na ótica do utilizador	21	22	51	698	692	12.065,60 €
522 – Eletricidade e Energia	2	2	2	11	11	92,25 €
580 – Arquitetura e Construção	5	5	9	69	69	1.276,04 €
581 – Arquitetura e Urbanismo	9	9	14	196	196	1.910,00 €
582 – Construção Civil e Engenharia Civil	2	2	2	24,00	24,00	792,00 €
621 – Produção Agrícola e Animal	3	3	4	132	132	610,00 €
726 – Terapia e Reabilitação	2	2	2	12	12	0,00 €
760 – Serviços Sociais	11	11	22	177	177	306,50 €
761 – Serviços de apoio a crianças e jovens	2	2	3	38	38	0,00 €
762 – Trabalho Social e Orientação	3	3	4	42	42	100,00 €
812 – Turismo e Lazer	1	1	1	18	18	25,00 €
813 – Desporto	1	1	2	24	24	100,00 €
840 – Serviços de Transporte	7	7	11	359	359	1.720,02 €
850 – Protecção do Ambiente	27	27	53	277	277	90,00 €
851 – Tecnologia de Protecção do Ambiente	4	4	6	25,5	25,5	602,70 €
853 – Serviços de Saúde Pública	1	1	1	6	6	100,00 €
860 – Serviços de Segurança	2	8	73	222	222	**
861 – Protecção de Pessoas e Bens	2	2	2	21	21	430,50 €
862 – Segurança e Higiene no Trabalho	3	3	11	82	82	460,00 €
Totais	153	162	395	3.940,00	3.869,00	28.762,34 €

* CNAEF - Classificação Nacional de Áreas de Estudo e Formação

** Orçamento apresentado e pago em 2017 – 3.392€

Plano de Estágios

Tendo em conta a diversidade das suas áreas de intervenção na sua missão de serviço público, o Município de Oeiras (MO) assume-se como formador por excelência e como um agente dinamizador do desenvolvimento e valorização dos Recursos Humanos do Concelho.

Assim, no âmbito das suas atribuições e competências, atento à problemática da inserção na vida ativa de jovens qualificados, o MO tem vindo, ao longo dos anos, a promover oportunidades de formação e desenvolvimento profissional através da realização de estágios, enquadrados em duas tipologias: **Estágios Profissionais** e **Estágios Curriculares**. Os Estágios Profissionais têm como objetivo proporcionar aos jovens, após finalização de um curso ou percurso formativo, detentores de um determinado grau académico, numa definida área de formação, um primeiro contacto prático com o mercado de trabalho. Os Estágios Curriculares dirigem-se a jovens em fase de conclusão de cursos técnico-profissionais, profissionalizantes ou superiores, que incluam no respetivo plano curricular a frequência de um estágio obrigatório.

Tipo de Estágio	Nº de Estagiários
Estágios Curriculares	64
Estágios Curriculares Internacionais (Erasmus+)	4
Totais	68

Neste âmbito, O Município de Oeiras realizou, em 2016, os seguintes estágios:

Em 2016 o Município de Oeiras deu continuidade aos sete (7) Estágios Profissionais da Administração Local (PEPAL), que tiveram início em 2015, tendo o último terminado em Setembro 2016.

4 | Relatório de Atividades

Tendo por base as orientações estratégicas assumidas pelo executivo no Plano de Desenvolvimento Estratégico, as atividades levadas a cabo pelo Município de Oeiras, assentam nos diversos Objetivos Estratégicos definidos, que confluem em quatro grandes eixos:

- Múncipes e Partes Interessadas;
- Financeira;
- Processos, e;
- Desenvolvimento Organizacional.

Assim, de modo a garantir a prossecução dos objetivos definidos para cada um dos eixos, ao longo de 2016 foram concretizadas inúmeras atividades por parte das Unidades Orgânicas que servem de base à estrutura organizacional do Município de Oeiras, das quais se transcreve em seguida as principais.

Múncipes e partes interessadas

1.1 – ASSEGURAR UM PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

- A Portaria nº 8/2016 de 28 de janeiro aprovou a delimitação da reserva Ecológica Nacional do Município de Oeiras, com as áreas a integrar e a excluir. Dessa forma, Iniciaram-se os trabalhos de monitorização do PDM Oeiras definidos no seu Relatório de proposta, estando disponível no *site* do PDMOeiras o *dashboard* de monitorização da execução do plano quanto aos índices e aos usos.

- Cálculo detalhado dos Mapas de ruído para as zonas de conflito das vias municipais consideradas para o **Plano Municipal de Redução de ruído (PMRR)**

- Abertura do processo de consulta pública do PMRR e realização da sessão de esclarecimento pública em novembro de 2016

- Colaboração na avaliação do impacte de eventos no ambiente acústico no âmbito do Grupo de Trabalho dos Eventos Sustentáveis;

- Foi elaborado um documento técnico intitulado “Áreas de influência dos espaços verdes urbanos da estrutura ecológica municipal do Concelho de Oeiras. Análise de cobertura e de prioridades de instalação de novos espaços verdes”. O estudo foi apresentado na Semana das tecnologias da universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias de Lisboa, em janeiro de 2016. A partir da metodologia proposta está a ser desenvolvida uma aplicação informática WEBSIG para o planeamento e gestão de espaços verdes urbanos.

- Deu-se início à reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, nomeadamente:

- **Bairro do Casal da Choca** – Elaboração dos Projetos de Loteamento das zonas C3 e C4 (artº. 1º, 2º e 9º). Início das reformulação do Projeto da Alameda da Zona C. Conclusão do projeto do arruamento de ligação da zona C2 ao Artº 17.3. Lançamento do concurso para a execução das infraestruturas do artº. 412º. Início das obras dos artº. 10º, 12º, e 13º. Lançamento do procedimento para a execução das empreitadas do Arruamento de ligação da Rua de São José à Quinta da Estrangeira e de Infraestrutura do artigo 416.
- **Bairro da Lage** – Aprovação do projeto de Loteamento da 1ª Fase da Zona C. Consignação da empreitada de reperfilamento e prolongamento da Rua das Furnas. Lançamento e conclusão da empreitada de obras de conservação do Centro Cultural e adaptação da Creche e Jardim de Infância Chorão às exigências da legislação em vigor. Recuperação do muro da Quinta de São Salvador contíguo à Rua da Ribeira;
- **Bairro da Pedreira Italiana** – Lançamento do procedimento e conclusão da obra de alargamento da Rua Viscondessa de Santo Amaro;
- **Bairro de Leceia** – Lançamento do procedimento e conclusão da obra de pavimentação da Rua Vasco da Gama. Arranjos exteriores do largo do Rossio. Foi iniciado o processo de registo dos lotes do Bairro do Carrascal com um 1º registo em nome de um dos atuais ocupantes que já procedeu ao pagamento das infraestruturas. Elaboração dos projetos de loteamento por iniciativa municipal dos Artigos Cadastrais 871º, 591º e 860º.
- **Leião** – Desenvolvimento dos procedimentos com os respetivos coproprietários com vista à emissão do alvará dos artigos 515º, 516º, 517º, 518º. Execução das obras de reparação de pavimentos e infraestruturas em diversos arruamentos.
- **Marchante** – Demolição de três construções ilegais e desqualificadas no bairro. Foi elaborado um estudo orientador com vista à requalificação desta zona.

- Procedeu-se à recuperação e requalificação do espaço urbano e do património edificado:

- **Núcleo antigo de Carnaxide** – Conclusão das obras de recuperação dos edifícios de Habitação Jovem do Largo da Pátria Nova nº 8 e rua Francisco Patarrão nº 8. Deu-se continuidade à obra de Requalificação do Largo da Pátria Nova a qual se encontra em fase de conclusão;
- **Núcleo de Paço de Arcos** – Início da obra de recuperação do edifício de habitação Jovem da Rua Costa Pinto nº 126. Continuação das obras de Reabilitação do edifício de Habitação Jovem da Rua Costa Pinto nº 176. Lançamento dos procedimentos para a execução das empreitadas de requalificação do Edifício da Armação dos Pescadores e arranjo

da frente marginal. Lançamento e procedimento e conclusão da respetiva obra de repavimentação da Rua Costa Pinto – Fases A e B.

- **Núcleo de Oeiras** – Lançamento do procedimento concursal para a execução da empreitada de Habitação Jovem de recuperação do edifício da Rua Marquês de Pombal nº 3, 5 e 7. Início da obra de reabilitação e adaptação da loja da Rua Cândido dos Reis nº 83;
- **Núcleo de Algés** – Conclusão do Projeto de requalificação da 2ª fase da Rua Ernesto da Silva e da Rua Major Afonso Palla;
- **Núcleo do Dafundo** – Lançamento da empreitada de recuperação do edifício de Habitação Jovem da Avenida Ivens nº 8.

- Com o objetivo de conservar e restaurar de modo a valorizar o vasto Património Histórico existente no Concelho de Oeiras, de modo a perpetuá-lo às gerações vindouras, realizaram-se as seguintes ações:

- **Igreja de S. pedro de Barcarena** – Conservação e restauro das capelas laterais, pinturas murais e retábulo-mor;
- **Igreja Paroquial de S. Romão de Carnaxide** – Procedimento tendente à recuperação da cobertura, sinos e fachada;
- **Capela do Palácio dos Aciprestes** – Obra para a resolução das anomalias existentes;
- **Plano de Salvaguarda** – Revisão e inventário dando enfoque à Arquitetura Modernista e contemporânea;
- **Capela do Senhor Jesus dos Navegantes** – Recuperação paramentos exteriores, cobertura e vãos;

- No âmbito dos Equipamentos Culturais, Sociais e Desportivos:

- Procedeu-se ao início da obra do Centro de Saúde de Barcarena
- Realizaram-se obras de recuperação em equipamentos escolares, nomeadamente nos pavilhões Joaquim de Barros e Celorico Moreira
- Efetuou-se obras de construção da cobertura dos campos de ténis do Clube Escola de Ténis de Oeiras em Santo Amaro;
- Em 2016 concluíram-se ainda a cobertura do Polidesportivo da Nova Morada, o Estúdio de Dança de Carnaxide, o Polidesportivo Unidos Caxienses (estudo prévio) e a Unidade Residencial e Centro de Dia CERCÍ (estudo prévio);

- Realizaram-se reparações em fogos ocupados do Parque Habitacional, ascendendo a 1.300 o número dessas reparações, das quais 290 com carácter urgente. Foram alvo destas intervenções 640 fogos e 37 espaços comuns.

- Foram concluídas as adaptações de mais 6 fogos para pessoas com mobilidade condicionada, existindo atualmente no PHM já 80 fogos adaptados, correspondendo a 3% do total de fogos.

- Início da obra de Ampliação da Creche de N^a Senhora do Acolhimento – OSMMAC em Laveiras;

- Instalação do gabinete da “Fábrica do Empreendedorismo” na escola da Portela;

- Conclusão dos projetos de reabilitação da fase II do Bairro dos Navegadores e do Bairro de São Marçal, ambos candidatos ao Programa de Financiamento Europeu do Portugal 2020;

- No âmbito da Gestão do Parque Habitacional o Município assume um protagonismo social relevante, sendo de destacar em 2016 as seguintes ações:

- Acompanhamento das famílias arrendatárias, tanto na organização dos processos familiares como nas suas respetivas dinâmicas;
- Controlo de dívidas de rendas das habitações municipais bem como atualização sistemáticas das mesmas;
- Acompanhamento técnico e de gestão social do parque habitacional municipal e dos seus agregados familiares;
- Acompanhamento técnico dos novos pedidos registados no âmbito do **Observatório de Habitação/Levantamento de Carência Habitacional**;
- Continuação da gestão da Unidade Residencial Madre Maria Clara, e atribuição dos fogos do primeiro piso, integrando atividades de animação cultural dos residentes;
- Continuação da articulação e colaboração com diversas unidades orgânicas para envolvimento de jovens residentes dos empreendimentos municipais nos programas “Mexe-te nas férias” e “Projeto Bairro limpo”;
- Acompanhamento técnico de todas as estruturas organizativas das populações locais, no sentido de apoiar as diferentes associações de moradores já constituídas, nas suas atividades socio culturais;

- De salientar ainda os mais recentes projetos de intervenção junto da comunidade local, de características inovadores, como por exemplo o Projeto **DESENGOSTA**, com o arranjo do parque desportivo e horta comunitária para além das obras de instalação de uma cozinha comunitária no Bairro do Moinho das Rolas. Atribuição de instalações à Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores, que juntamente com outras entidades tem desenvolvido iniciativas de cariz social e de animação junto da população residente no Bairro dos Navegadores;

- Efetuou-se o acompanhamento dos procedimentos e análise das propostas para a reprogramação relativa ao Plano de Ordenamento da Área Empresarial da Zona Norte de Caxias (antigas Pedreiras);

- Acompanhamento do Projeto de Execução relativo à Plataforma Superior das Fontainhas, em Paço de Arcos;

- Acompanhamento e Gestão, do Plano de Gestão e Ordenamento do Complexo Desportivo Nacional do Jamor, designadamente a construção da II fase da Cidade do Futebol;
- Procedeu-se em articulação com a Parques de Sintra e Monte da Lua, o acompanhamento do desenvolvimento do Projeto EVA relativo à Bacia Hidrográfica do Jamor, envolvendo o Monumento Nacional do Palácio de Queluz e as Câmaras Municipais de Sintra e Amadora;
- Finalização dos trabalhos de Caracterização e Diagnóstico do PU da UOPG Litoral Poente;
- Desenvolvimento do programa do Bairro 21, na área piloto da Figueirinha, em Oeiras;
- Prosseguimento dos estudos para a reabilitação urbanística das antigas Zonas Industriais de Queluz de Baixo e Portela de Carnaxide, Fundação de Oeiras e AUTOSIL;
- Elaboração de análises, estabelecimento de condicionantes e programas, para a Reconversão de Mercados Municipais;
- Conceção da estrutura e condicionantes para a acessibilidade e mobilidade no âmbito da elaboração dos Planos e Estudos Urbanísticos e de requalificação;
- Apoio aos estudos da Parques Tejo para a melhoria contínua da oferta de estacionamento público, com destaque para as zonas das interfaces, áreas residenciais e empresariais;
- Acompanhamento para a materialização de soluções geométricas no âmbito dos Estudos da rede viária municipal;
- Conceção de estudos no âmbito de candidaturas a Fundos Comunitários, designadamente Cicloviás Empresarias, Programas Preliminares e Cadernos de Encargos;
- Continuação do desenvolvimento e acompanhamento, em articulação com a CML, CMC, CMA, Infraestruras de Portugal e BRISA, das soluções viárias programadas;
- Procedeu-se, através do Grupo de Trabalho CMO/APL, ao desenvolvimento e acompanhamento das soluções urbanísticas tendentes ao reordenamento da frente ribeirinha, com particular atenção às zonas do Terraplano de Algés;
- Também com a Administração Central merece referência as iniciativas conjuntas de avaliação de imóveis património do Estado entre a DGTF/CMO cujo destino se perspetive como de interesse municipal e/ou permita a instalação de novas atividades e usos convergentes com os interesses da Autarquia, designadamente a Quinta Real de Caxias, Cartuxa e EAN.

1.2 – PROPORCIONAR UM CONCELHO SEGURO

Em termos genéricos foram desenvolvidas diversas ações pelo Município de Oeiras no âmbito da prevenção, fiscalização e sensibilização no espaço público urbano, reforço do policiamento, nomeadamente o policiamento de proximidade junto dos cidadãos, em especial sobre a população escolar e idosa, e nas zonas históricas e ao património público municipal. Foram ainda realizadas ações de sensibilização e formação nas áreas da prevenção e segurança rodoviária, do ambiente e da segurança na internet, bem como ações de prevenção e de sensibilização de proteção civil.

- Na sequência da adoção de novos critérios e normas técnicas que foram publicadas em 2015, e a fim de se dar início ao processo de aprovação, o plano municipal de emergência de proteção civil encontra-se a ser atualizado. Deu-se igualmente início à elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

- Por constrangimentos de vária ordem as Equipas de Intervenção Permanente (EIP) ainda não foram criadas nos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, nos termos da Portaria nº 1358/2007, de 15 de outubro, contudo e até à criação das EIP, entendeu o Município existir necessidade de reforçar a capacidade operacional dos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários com um Grupo de Primeiro Socorro (GPS) composto por 3 elementos, em cada Corpo de Bombeiros do Concelho.

- Face a 2015 aumentou-se em 5,10% as ações de prevenção e fiscalização ativa do cumprimento das normas regulamentares municipais relativamente ao urbanismo, à construção, à defesa e proteção da natureza e do ambiente e ao estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, entre outros;

- No tocante aos índices de criminalidade e insegurança do concelho manteve-se uma atitude ativa, através de uma melhor colaboração e articulação no policiamento e aumento da visibilidade de agentes policiais vocacionadas para a segurança das pessoas e dos seus bens, e comunicação de factos à PSP que consubstanciam a prática de crimes;

- Foram exercidas funções em matéria de segurança, nomeadamente funções de vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, em coordenação com as forças de segurança, e guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, tendo impacto positivo junto da população, dado o seu efeito dissuasor nas práticas de incividades, contraordenações e crimes (atos de vandalismo);

- Desenvolvimento de planos estratégicos de policiamento e vigilância para diversos eventos promovidos e algumas zonas do concelho, nomeadamente na época balnear. De realçar ainda que Oeiras, nos

últimos anos, tem sido considerado o concelho mais seguro da área metropolitana de Lisboa;

- Foi aprofundado o plano pedagógico e informativo em termos de segurança, proteção e socorro, sensibilizando os munícipes para as situações de risco;

- Efetuou-se avaliação das vulnerabilidades municipais perante situações de risco, em estreita colaboração com entidades locais e nacionais, bem como a elaboração e execução de treinos e simulacros;

1.4 – PROMOVER A CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

- No âmbito deste objetivo estratégico, foram desenvolvidas diversas atividades de construção, manutenção e requalificação em equipamentos e infraestruturas, das quais se destacam:

- Remodelação do Serviço de higiene e limpeza de Santo Amaro de Oeiras;
- Construção de 300 ossários no cemitério de Oeiras;
- Requalificação da PSP de Porto Salvo;
- Substituição da Cobertura em Fibrocimento do Pavilhão Gimnodesportivo de Oeiras e S. Julião da Barra;
- Limpeza de *grafittis*;
- Foram pavimentados 7,52 Km de faixa de rodagem
- Construção do Novo Centro de Saúde de Carnaxide;
- Reparação de redes de águas e esgotos em edifícios municipais;
- Reparações diversas em coberturas de edifícios municipais;

- Relativamente aos trabalhos de Iluminação Pública e Decorativa foram realizadas diversas atividades de entre as quais se salientam:

- Instalação de iluminação pública nas Hortas Urbanas de Outurela;
- Remodelação e reforço da iluminação pública na envolvente da Igreja da Barra, Igreja de Outurela e Igreja de Miraflores^;
- Instalação de iluminação pública no Moinho das Antas em Oeiras;
- Reparação da iluminação decorativa e instalação da iluminação de natal no concelho;

- Foram adjudicadas 47 empreitadas e deu-se continuidade a outras que transitaram do ano anterior, das quais ressaltam:

- Obras genéricas de conservação e reparação de pavimentos em vários locais do Concelho;
- Execução do Parque de recreio e lazer na Urbanização da Terrugem em Paço de Arcos;
- Parque de Hortas do Moinho das Antas em Oeiras;

- Criação de Zona 30 nas ruas Luísa Neto Jorge e Tomás Vieira da Cruz em Carnaxide;
- Reparação de coletores e caixas visita no loteamento Algarces em Barcarena;
- Reordenamento do trânsito da Estrada Militar com a Estrada Palmeiras em Valejas;
- Quinta pedagógica de Linda-a-Velha;
- Colocação de pilaretes impeditivos de estacionamento ilegal e instalação de guardas.

- Na área do trânsito foram desenvolvidos vários projetos com maior relevo:

- Estacionamento da Estrada de Outurela em Carnaxide – 2ª fase
- Instalação e remodelação da instalação semafórica automática em diversos locais do Concelho de Oeiras;
- Colocação de sinalização vertical em vários locais
- Pintura de sinalização horizontal em vários locais;
- Reformulação do entroncamento da Av. 25 de Abril com a Rua da fonte em vila Fria;
- Criação de zona 30 e construção de pavimento diferenciado nos pontos de interseção na zona de passagem de peões nas Ruas Comandante Germano Dias e Ferreira de Castro em Oeiras;
- Realização de passeio em calçada na Rua da Lage de Baixo, ligando os passeios existentes;
- Reperfilagem da Av. Carolina Michaelis, em Linda-a-Velha – 1ª Fase;

- Requalificação dos Mercados de Oeiras, Paço de Arcos, Linda-a-Velha e Tercena

2.1 – PROMOVER UMA CIDADE VERDE

Foi dada continuidade aos projetos de ocupação de tempos livres em atividades de promoção da cidadania ambiental ativa, com ênfase no sentimento de pertença e respeito pelos espaços públicos comuns, na prestação de informação e sensibilização ambiental porta-a-porta, dinamização de eventos e atividades ambientais de ar livre que promovam o envolvimento dos cidadãos nos espaços verdes municipais.

Em matéria de educação ambiental foram realizadas **1.047 atividades** com o desenvolvimento de **26.924 participantes**, assim distribuídas:

- Conceberam-se 431 atividades no âmbito do **Programa de Educação Ambiental nas Escolas 2015/2016**, em articulação com 32 parceiros, envolvendo 11.825 alunos, professores e auxiliares de educação;

- Integraram no projeto **Jovens em Movimento** 706 jovens e monitores concretizando ações de limpeza e manutenção de ruas, praias e jardins, tendo sido recolhidas 381 toneladas de resíduos. Foram distribuídos 6.743 comunicados porta-a-porta, com informação sobre resíduos e

espaços verdes, e 3.908 materiais de promoção de boas práticas ambientais (eco-cinzeiros).

- Os **Eco conselheiros** concretizaram 292 ações de informação e sensibilização ambiental no comércio e empresas;

- Foram entregues 122 novos recipientes de **Compostagem Doméstica** em moradias com jardim, escolas e empresas, perfazendo até final de 2016 1.903 moradias participantes.

- Através da realização de 12 eventos e a Comemoração de Dias Ambientais Temáticos, envolveram-se 12.895 participantes e 178 parcerias externas. Nesse âmbito foram desenvolvidas atividades como:

- Plano Municipal Arborização/Comemoração da Primavera e do Outono, com a colaboração de 216 voluntários de empresas, escolas e munícipes;
- Dia Mundial do Ambiente com o contributo de 339 participantes;
- Comemoração do dia da Terra e Concretização de metas do PAESO através de Workshop sobre Eco-Condução;
- Dia Nacional da Energia com duas ações de sensibilização às famílias participantes na 5ª Edição da Família Oeiras Ecológica (FOE);
- Lançamento de campanha piloto de desconto nos passes CP para famílias numerosas associadas da APFN (Associação Portuguesa de Famílias Numerosas) que adquiram o passe entre a Estação de Algés e de Oeiras
- Realização dos Jogos ambientais da Taça Coca Cola com a presença de 30 participantes;
- Aderiram 11.950 participantes na realização da Feira do Animal e na comemoração do Dia do Animal;

- Foram promovidas 2 exposições em diversos espaços municipais com as temáticas **“Política Animal em Oeiras”** e **“ 20 anos do Programa de Educação Ambiental Escolar”**.

- Apoio à campanha de controlo da espécie invasora *Xenopus Leavis* nas ribeiras da Lage e de Barcarena;

- No âmbito da qualidade das **Zonas Balneares** efetuou-se o acompanhamento, monitorização e divulgação da qualidade das águas balneares das praias da Torre, Stº. Amaro, Paço de Arcos e Caxias. Dinamizaram-se ainda 43 *ateliers* de sensibilização ambiental nas praias envolvendo 813 participantes, além de atividades promovidas por parcerias com a TratoLixo, MARE e EMEPC;

- Efetuaram-se 122 comunicados distribuídos porta-a-porta em 6.743 habitações, no âmbito das campanhas de resíduos e limpeza urbana;

- Deu-se apoio à campanha de recolha seletiva de **cápsulas de café Dolce Gusto** da Nestlé;

- Forte ênfase na campanha “**Oeiras Limpa depende de Todos Nós**”, em Outdoors, Mupis, Internet, Intranet e Imprensa Municipal sobre dejetos caninos, deposição seletiva de resíduos urbanos e campanha “**Beatas são lixo, Não deite no Chão**”;
- Candidatura a financiamento ao **Ponto Verde Open Innovation** para otimização da gestão dos resíduos nos eventos;
- Adesão ao “**Pacto de Autarcas Integrado para o Clima e a Energia de Oeiras**”, tornando necessário a avaliação das medidas e ações a adotar por parte do Município de Oeiras a fim de atingir a meta de redução em 40% das emissões de CO₂ até 2030, bem como a preparação, discussão, aprovação e implementação de um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC);
- Elaboração da candidatura da operação “**PMAACO – Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras**” no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), inserido no eixo prioritário II – Promover a adaptação às alterações climáticas e à prevenção e gestão de riscos;
- Realização da 5ª edição do projeto **Famílias Oeiras Ecológica (Eco Condomínios)** em 2 condomínios, com a realização de ações de sensibilização a 14 famílias e respetivos condomínios, para a alteração de comportamentos face ao consumo hídrico, energético, hábitos de mobilidade e de reciclagem. Divulgação da 6ª edição para implementação em 2017;
- Afixação de 20 etiquetas energéticas em escolas do 1º ciclo no âmbito da **Campanha Display**;
- Organização de vários Mercados Biológicos
- Deu-se continuidade ao projeto de instalação de Hortas Comunitárias, nomeadamente com a instalação das hortas de Nova Oeiras;
- Requalificação das Zona Verde do Alto da Barra, jardim de Barcarena, património arbóreo de Stº. Amaro, da rua Croft de Moura.

2.2 – PROMOVER A QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

- Os espaços verdes municipais tratados continuam a aumentar anualmente, existindo em 2016 cerca de 262 ha, dos quais 10 ha são mantidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades, nomeadamente Quinta da Fonte, Lagoas Park e Arquiparque. Dos restantes 252 ha que a sua manutenção não se encontra protocolada, cerca de 20 ha são mantidos por administração direta, como nos casos da Quinta Real de Caxias e dos Jardins Municipais. Os cerca de 232 ha restantes foram mantidos através de contratos de prestação de serviços externos, tendo sido para o efeito, iniciados dois novos contratos de manutenção para espaços verdes, nomeadamente para a manutenção do Parque dos Poetas e Jardim do Palácio Marquês de Pombal,

abrangendo uma área de 28 ha e Jardim do Palácio Flor da Murta, abrangendo uma área de 1,3 ha.

- Foram realizados 8.344 ações no âmbito da Manutenção e Gestão do Património Arbóreo do Concelho de Oeiras por administração direta (plantações, podas remoções transplantes, rebaixamento de cepos, etc.)

Ações	Nº Ações
Poda de árvores	4224
Poda de palmeiras	98
Remoção de árvores	291
Remoção de palmeiras	45
Cortar Mato, Arbustos	436
Limpeza de Caldeiras	2749
Corte de lenha	81
Plantações árvores	285
Lavagens de árvores	10
Rebaixamento de Cepos	125

- Produziram-se 36.422 plantas no Viveiros Municipais e adquiriram-se 2.852 plantas novas;

- No que à limpeza do espaço público diz respeito, foram realizadas 5.235 varreduras manuais, tendo sido efetuado apoio a 105 eventos com cedência de equipamentos, limpeza e varredura dos espaços;

- Processo de aquisição de 3 varredouras mecânicas, o que permitirá a permanência de 3 varredouras em duplo turno.

- Foram recolhidos no Município 65.572 ton de Resíduos Urbanos, representando 1,04 Kg/dia *per capita*, distribuídos da seguinte forma:

- 3.299 ton Papel/Cartão
- 1.894 ton Embalagens/Plástico e ECAL
- 2.255 ton de Vidro;
- 765 ton de RUB;
- 57.359 ton de Indiferenciados

- Também foram recolhidos 3.758 ton de Resíduos Verdes, 1.768 ton de Monos e 4.772 ton de Resíduos de Limpeza Urbana.

- Arranque do projeto de instalação de 500 equipamentos enterrados de grande capacidade com consequente eliminação de 1.574 contentores de superfície localizados atualmente na via pública. Instalados em 2016 54 novos equipamentos.

- Procedeu-se à lavagem de 6.160 equipamentos de deposição de resíduos, dos quais 1.949 foram lavados com recurso a um prestador de serviço externo, e reparação de 3.944 equipamentos de deposição (Ilhas Ecológicas, Ecopontos, Moloks e Contentores);

- Redefinição do planeamento de Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos, com recurso a *Software* MOBA para otimização dos circuitos de recolha;

3.1 – VALORIZAR O PARQUE ESCOLAR

- Obras de remodelação de coberturas e fachadas da EB1/JI Narcisa Pereira, em Queijas;

- Remodelação das Instalações Sanitárias e Salas de Atividade na EB1 Antero Basalisa, em Carnaxide;
- Remodelação Ligeira da Cozinha e substituição do Pavimento do Campo de jogos da EB1 Gil Vicente, em Queijas;
- Recuperação das coberturas dos pavilhões pré-fabricados da EB1/JI Maria Luciana Seruca;
- Requalificação / Manutenção das instalações da EB1 António rebelo de Andrade, em Oeiras;
- Remodelação das instalações sanitárias e pavimento em salas de aula na EB1 Armando Guerreiro, em Linda-a-Velha;
- Requalificação das instalações do JI José Martins, em Linda-a-Velha;
- Reparação de equipamentos lúdicos infantis e pavimentação de canteiro no jardim de infância Tomás Ribeiro, em Carnaxide;
- Substituição de pavimento e toldos no recreio da EB1/JI do Alto de Algés;
- Criação de resguardo entre o campo de jogos e o recreio da EB1/JI de Porto Salvo;
- Reforço estrutural de muro de suporte na Rua 25 de Novembro de 1975 na EBI de Miraflores;

3.2 – MELHORAR OS NÍVEIS DE ENSINO

Sendo uma área de vital importância para o desenvolvimento das sociedades modernas, as atividades realizadas em 2016 na área da educação, espelham bem a prioridade estratégica que tem sido concedida pelo executivo. Neste âmbito continuaram a ser desenvolvidos diversos projetos que introduzem um carácter distintivo à atividade das escolas e que concorrem para a prestação de melhor serviço educativo. Exemplo disso são os projetos:

- “Aqui há Ciência” e “Orquestra Geração Oeiras”, sendo este último formado já por 70 alunos do 1º, 2º e 3º Ciclo de Ensino Básico do Agrupamento de Escolas de Carnaxide – Portela distribuídos por 4 níveis de aprendizagem de música: Pré – Infantil, Infantil, Iniciação e Juvenil;

- Deu-se continuidade ao desenvolvimento dos programas Pré, Crescer a Brincar e MUS-E que visam a redução dos fatores de risco nas crianças.

- Voltou a dar-se especial atenção ao desenvolvimento dos serviços destinados ao apoio à organização da via familiar e à ocupação das crianças nos períodos extracurriculares. Cerca de 800 crianças que representam 61% das frequências na rede pública pré-escolar, beneficiaram do serviço de prolongamento de horário promovido pelo Município de Oeiras em conjunto com as associações de pais e encarregados de educação.

- Nos centros de tempos livres, estiveram inscritos 1933, cerca de 36% da população do 1º CEB da rede pública.

- O município voltou a disponibilizar os serviços da plataforma eletrónica “Central de Matrículas”, permitindo antecipar a publicação da lista de colocações no pré-escolar e nos anos de ingresso de ciclo das escolas da rede pública, resultando no maior aproveitamento de vagas.

3.3 – OUVIR E DAR VOZ AOS JOVENS

- Realização do programa de aproximação ao mundo laboral “**Tempo Jovem**”, que abrangeu 236 jovens (com uma média mensal de 170 colocações), através da sua integração em serviços da Autarquia e entidades externas como Instituições Particulares de Solidariedade Social, Uniões de Freguesia e Organismos Juvenis;

- Nos meses de Julho e Agosto, realização do programa de ocupação de tempos livres “**Mexe-te nas Férias**”, colónia de férias aberta que abrangeu 480 jovens munícipes com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos;

- Planeamento de eventos organizados em parceria com os organismos juvenis, fomentando a proximidade aos jovens munícipes, não descuidando a dinamização da **Rede de Juventude** com os utilizadores habituais dos espaços internet do Espaço Jovem de Carnaxide e do Centro de Juventude de Oeiras, bem como, dos restantes equipamentos como o *skate park*, parede de escalada, mesas de ténis de mesa e os campos multidesportivos;

4.1 – PROMOVER UMA VIDA ATIVA E SAUDÁVEL

- Implementação do novo regulamento de apoio ao associativismo (RAAD), que implicou a total reformulação do processo, traduzindo-se na análise de candidaturas, celebração e acompanhamento de 45 contratos programa de apoio à atividade desportiva regular, 18 contratos programa de apoio ao desenvolvimento de projetos/iniciativas pontuais e 17 contratos programa no âmbito do apoio a obras e aquisição/manutenção de equipamentos.

- Deu-se continuidade às atividades regulares de promoção da atividade física e desportiva, nomeadamente o Programa 55+ e Atividades ao Ar Livre, que no seu conjunto atingiram aproximadamente 3.200 participantes.

- Realização de diversas iniciativas de divulgação, de onde se destacam as ações municipais de encerramento da Marginal, realizadas em parceria com entidades externas, abrangendo públicos diversos e envolvendo, segundo estimativas, mais de 65.000 participantes;

- Repetindo a tendência de crescimento dos últimos anos, a 34ª Edição do Troféu CMO Corrida das Localidades, atingiu aproximadamente 7.400 participantes, numa média de 850 participantes por prova;

- No contexto escolar foi dada continuidade ao Projeto Oeiras Náutica que envolve cerca de 125 alunos, que todas as semanas praticam atividades náuticas no Jamor e Marina de Oeiras;

- O programa de promoção do Xadrez contou com 23 torneios em 2016, e contou com um total de cerca de 800 participações;
- Organização direta dos eventos desportivos **Marginal à Noite e Corrida do Tejo**, que em conjunto mobilizaram cerca de 16.000 corredores;
- Destaque também para o **Triatlo de Oeiras** e a **Travessia de Águas Abertas Bessone Basto**, que continuam a constituir-se como referencia no panorama nacional das modalidades.

4.2 – PROMOVER A CIDADE CULTURAL

- De tradição secular e renome internacional, o Vinho de Carcavelos, através da marca “Conde de Oeiras”, continua a apresentar um crescimento sustentado. Em 2016, foram produzidas na vinha 57.834 kg de uvas brancas e 4.830 kg de uvas tintas que originaram consequentemente, 39.950 lt de Vinho Licoroso Branco apto a Carcavelos, 8.950 lt de Vingo Branco apto a IGP Lisboa e 3.600 lt Vinho Tinto apto a IGP Lisboa.
- Deu-se continuidade ao ciclo de conferências Livros Proibidos e Aldeia Global. O primeiro procura refletir sobre um dos temas mais transversais à história do pensamento, do livro e da leitura: a censura – “*Livros Proibidos em Portugal: o Estado Novo*” e o sobre o “*Entendimento Global*”, refletindo-se em 18 conferências que registaram cerca de 1700 participantes. O Auditório da Biblioteca Municipal foi palco de algumas das personalidades mais relevantes da política, literatura, religião e ciência nos darem a conhecer algumas obras da literatura universal que ao longo dos séculos foram proibidas por motivos religiosos, ou trouxeram à discussão da comunidade questões científicas e as relações entre a ciência e as outras áreas do saber.
- Desenvolveu-se e consolidou-se programas regulares e continuados para os jardins-de-infância e escolas através de 492 ações, para o público familiar através de 86 ações, para o público jovem e adulto através de 142 ações;
- Deu-se continuidade na organização de um conjunto de atividades destinadas às escolas do concelho, com especial incidência no pré-escolar e no 1º ciclo, atingindo 312 sessões;
- Desenvolvimento de programas de extensão bibliotecária e cultural em parceria com diversas instituições, designadamente, parcerias com centros de dia, hospital prisional São João de Deus e estabelecimento prisional de Caxias, através de 25 ações, tendo sido atingido os 20.300 participantes;
- Desenvolvimento do projeto “*Memórias de Oeiras*”, ao nível da requalificação e gestão do património de história local, e digitalização das coleções especiais, em concreto da “*Coleção Pombalina e obras do séc. XVII*”, (cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian);

- Na prossecução do interesse público, ao longo de 2016 foi possível consolidar a inovadora área de trabalho da Rede de Bibliotecas Municipais de Oeiras, criando-se condições de conservação, digitalização e disponibilização *online* de documentos de relevante interesse cultural e científico, que resultaram neste período em 155 exemplares;
- Criação do *web site* Memórias de Oeiras³, um repositório cooperativo que proporciona o acesso a conteúdos e recursos digitais das bibliotecas, arquivos, centros de documentação, galerias, museus e monumentos relacionados com o concelho de Oeiras e o seu património histórico material e imaterial, possibilitando a sua consulta por estudantes, investigadores, professores, escolas e público em geral;
- Decorreram igualmente, atividades de promoção da leitura e das literacias, em iniciativas abertas à comunidade, através dos projetos **Sábados Animados, Sábados com Contos, Canto de Colo, Histórias e Ida e Volta, Viagens por Entre Linhas e Lançamentos e Apresentações de Livros**. Manteve-se ainda a dinâmica de um dos projetos de promoção de leitura mais antigos para o público adulto – **Grupo de Leitores** – que ao longo de 65 sessões, abordou mais de 30 livros e registou 494 participantes, sessões estas que contaram com a presença de diversos autores e com a seleção para o Festival do primeiro Romance de Chambéry em França, cujo júri é constituído pelos utilizadores das Bibliotecas Municipais de Oeiras;
- Envolveu-se 280 participantes nas 7 sessões realizadas ao abrigo do ciclo de conversas “*Se eu fosse um livro, diálogos entre leitores e escritores*”, desenvolvendo-se um espaço de discussão e partilha de experiências entre leitores, munícipes e os vários agentes envolvidos nos domínios da leitura, do livro e das literacias.
- Durante os meses de julho e agosto, assegurou-se um serviço de *Biblioteca da Praia*. A praia de Paço de Arcos recebeu esta iniciativa que ao longo destes dois meses registou 1516 empréstimos de livros, jornais, revistas e jogos;
- Realização do festival Poeiras, no âmbito da 3ª fase do Parque dos Poetas, envolvendo uma parceria entre a Autarquia e a Companhia e Atores, com um momento artístico de promoção da língua e culturas portuguesas. Contabilizaram-se 548 participações onde se distribuíram entre outro material gráfico, cerca de 500 livros para crianças e adultos;
- Concretizou-se mais uma edição do *Oeiras Internet Challenge* – Escolas, cujo torneio final envolveu o *Game Day*. Visa conjugar a investigação *online* com a componente lúdica em torno de ferramentas de pesquisa, avaliação e seleção de informação nas diversas fontes disponíveis na internet. Na edição de 2016 foram abrangidos cerca de 491 alunos do 3º ciclo e ensino secundário das escolas de Oeiras nos *workshops* realizados e 83 equipas de 8 agrupamento de escolas que participaram no torneio final.

³ <http://memoriasdeoeiras.cm-oeiras.pt>

- Fez-se uma aposta estruturante no projeto “*Histórias de vida*”, visando a recolha e registo de histórias de vida de pessoas nascidas antes de 1955. Tratou-se de uma frente de trabalho que visou contribuir para reforçar a envolvimento da comunidade com a biblioteca pública que tem apostado na área da tradição oral e da revitalização da memória coletiva. Este projeto conta com o livro e com o *site*⁴ na internet, bem como com a realização de sessões de formação no âmbito da construção de histórias digitais;
- Registaram-se nas Bibliotecas Municipais um total de 229.330 entradas, que originaram um empréstimo de documentos de cerca de 139.108, representando mais 7.736 que no ano anterior;
- Deu-se continuidade a diversas iniciativas no Palácio Marquês de Pombal, sendo este um cenário singular na realização de eventos. Destaque neste contexto para iniciativas como “**Há Prova em Oeiras**”, o festival internacional de Música de Câmara “**Música no Palácio**”, a “**IX Temporada de Música Antiga – West Coast Early Music Festival**”, o festival “**EDPCooljazz**”, o percurso imersivo multimédia “**Memórias de Luz**”, que para além do Palácio incluiu o centro histórico de Oeiras, o Curso Livre “**Quatro Faces da Arte Decorativa Barroca em Portugal**” e o evento de época “**Natal no Palácio Encantado**”.
- Realização do festival “**Kids Food Festival**” no Parque dos Poetas, um evento ao ar livre que combinou gastronomia, diversões e personagens muito queridas do público infantil;
- Numa simbiose perfeita entre património, cultura e turismo organizaram-se 31 exposições de diversas formas artísticas distintas e complementares como a pintura, a escultura, a fotografia e a cerâmica, em locais como o **Centro de Arte Manuel Brito**, o **Centro Cultural Palácio de Egipto**, a **Livraria Galeria Municipal Berney** e a **Galeria Municipal Palácio Ribamar**;
- A Fábrica da Pólvora de Barcarena, para além do **Museu da Pólvora Negra**, tem sido palco para a realização do **Festival Sete Sóis Sete Luas** e do **Ciclo de Cinema ao Ar Livre**, acolhendo habitualmente atividades fomentadas pela Comunidade Europeia e do Conselho da Europa no âmbito da comemoração do **Dia Internacional dos Monumentos e Sítios** e do **Dia Internacional dos Museus**.
- Oeiras acolheu ainda, no Jardim Municipal de Oeiras, a primeira edição do **Festival Iminente**, um evento cultural multi artístico com a curadoria de Vhils que juntou a nova música à nova arte;
- Realização da **30ª Mostra de Teatro Amador do Concelho de Oeiras** que evidencia a aposta do Município no teatro, expresso também no apoio às companhias residentes do Município;
- Os auditórios municipais Ruy de Carvalho e Maestro César Batalha, acolheram iniciativas como os **Clássicos em Oeiras**, vários espetáculos

⁴ <http://historiasdevida.cm-oeiras.pt>

de animação infantil e as **Masterclass de Cinema** “Grandes Cômicos, Grandes Comédias” de Lauro António.

- Destaque para o **NOS Alive**, recentemente considerado um dos melhores festivais de música da Europa que continua a escolher Oeiras como palco dos grandes músicos internacionais e nacionais;

- Foram realizadas três exposições, com disponibilização do espólio do Arquivo Municipal:

- “Rogério Gonçalves, uma vida dedicada a Paço de Arcos”
- “Fortes e orla marítima”
- “Desportos náuticos”

- Organização das festas de Oeiras que assinalam a celebração do aniversário do município e que oferecem aos que moram, trabalham ou visitam o Município cinco rotas: da música, do movimento, das artes, dos miúdos e dos arraiais.

4.3 – DESENVOLVER A INTERVENÇÃO SOLIDÁRIA

Tratando-se de uma área da política municipal e de atuação direcionada para as pessoas no seu quotidiano, exigindo assim uma relação próxima e ação integrada com centenas de organizações que diariamente intervêm em diversos domínios, o campo de ação do Município é multissetorial e de grande exigência, seja ao nível da resposta aos municípios e organizações, quer seja ao nível dos procedimentos e dos compromissos orçamentais.

No âmbito da prossecução deste objetivo estratégico, foram desenvolvidas inúmeras atividades:

- Análise de 73 processos, no âmbito do **Fundo de Emergência Social**, dos quais 71 tiveram deferimento, tendo sido apoiados 160 indivíduos. Manteve-se o padrão dos anos anteriores em termos de tipologia de apoio, ou seja, os pedidos de aquisição de cabazes de alimentos reuniram o maior número de pedidos de apoio, seguindo-se as despesas com rendas de habitação e as despesas com água, gás e eletricidade;

- Foi efetuado o acompanhamento pela **Equipa de Emergência e Apoio Social** de 239 processos, que resultaram em 336 atendimentos, 128 visitas domiciliárias e 88 participações em reuniões para definição da intervenção a efetuar;

- Realização de 419 atendimentos a imigrantes pelos **Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes**;

- Assegurou-se a continuidade do serviço “**Oeiras Está Lá**” com 357 intervenções, e do serviço de **Teleassistência Domiciliária de Oeiras** com 35 novos aparelhos instalados e 169 utilizadores ativos;

- Foram realizadas doze ações do **Projeto Café Memória**, que envolveram 162 indivíduos idosos com demência e seus cuidadores;

- Participação de 105.912 receitas, correspondendo a um valor participado de cerca de 438.114€, através da **Medida de Participação em Medicamentos**;
- Efetuou-se a atualização do **Cartão 65+**, decorrente das alterações ao nível do acesso a medidas de saúde e, conseqüentemente, à medida municipal de participação em medicamentos, à qual este processo se encontra ligado, permitindo a atualização de **5.641 cartões**;
- Deu-se início ao trabalho preliminar de implementação da **Rede de Referência e Intervenção no Isolamento**, metodologia de intervenção que permitirá o acompanhamento de situações de isolamento sinalizadas pela comunidade;
- Cooperação estabelecida com o Conselho Português para os Refugiados para o acolhimento e integração de **5 famílias refugiadas**, tendo sido recebidas, em 2016, quatro famílias e um jovem isolado;
- Funcionamento do **Serviço de Transporte Adaptado**, com a contratação dos serviços da Associação Humanitária de Bombeiros de Oeiras, garantindo o transporte diário de 25 utentes;
- Realização de ações que visam a prevenção de comportamentos de risco junto da população infantil e juvenil, através de programas e projetos que têm permitido o desenvolvimento de competências psicossociais, maioritariamente em meio escolar, como o **Crescer a Brincar, Educação pelos Pares, MUNSI e CHAT**;
- **Foram assegurados 1060 serviços de autocarros** a diversas entidades municipais.

5.1 – DINAMIZAR A ECONOMIA LOCAL, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES

- O Município de Oeiras continua a promover a empregabilidade através dos Programas de Emprego e Inserção e Emprego Inserção +, criando parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), combatendo a exclusão social. Ao abrigo deste programa, foram integrados no Município 25 trabalhadores em 2016.

5.2 – PROMOVER O EMPREENDEDORISMO

Em termos das atividades principais na área do Emprego e Empreendedorismo, destacam-se:

- **Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) de Oeiras, Algés e Carnaxide** – realizaram 18.065 atendimentos a candidatos em situação de desemprego, e encaminharam 1.244 utentes para ofertas de emprego, tendo sido captadas 144 novas ofertas de emprego junto de empresas do Concelho e colocados 43 candidatos no mercado de trabalho;
- **Rede de Emprego e Empreendedorismo de Oeiras (RedOeiras+)** – foi eleita a 1ª Comissão Executiva da rede e procedeu-se ao diagnóstico e à definição de prioridades e projetos de intervenção nos dois Grupos de

Trabalho constituídos: Empregabilidade e Qualificação; Empreendedorismo. A RedOeiras+ integra 24 entidades e visa a promoção da empregabilidade e o fomento do empreendedorismo.

- **Gabinete de apoio ao empreendedor** – projeto realizado em parceria com a AERLIS, que tem como objetivo prestar apoio de proximidade aos municípios que pretendem criar ou manter os seus próprios negócios. O Gabinete entrou em funcionamento em outubro de 2016, tendo até dezembro atendido 30 municípios;

- **Fábrica do Empreendedor de Oeiras** – Implementação da FE Oeiras, uma solução integrada de promoção do desenvolvimento local a partir da empregabilidade, acompanhando as comunidades na integração no mercado de trabalho e no apoio à criação de microiniciativas. Nos 3 meses de funcionamento foram atendidos 101 municípios;

- **Workshops (in)formativos** – Realizados 2 workshops de capacitação alusivos ao tema da Gestão de Carreiras, nas localidades de Oeiras e Carnaxide no qual participaram 40 desempregados;

- **Programas “Talentos em Livre Trânsito” (TLT’s)** – foram realizadas três edições de TLT, em parceria com a SAPANA, que visaram a promoção de competências pessoais e sociais dos 32 participantes, bem como a sua capacitação para uma procura de emprego eficaz;

- **2ª Edição do Projeto Escolas Empreendedoras** – Projeto que visa fomentar o espírito empreendedor junto de crianças e jovens integrados na comunidade escolar (1º ciclo e ensino secundário/profissional), através da promoção de valores de cooperação, trabalho em equipa, criatividade e inovação, numa dinâmica de colaboração e de partilha de ideias e experiências. Em 2016 foi concluída a 1ª edição deste projeto, tendo a participação de 1.120 alunos.

6.1 – POTENCIAR A ATRAÇÃO DE EMPRESAS E DE CENTROS DE INVESTIGAÇÃO.

- Foi efetuado o acompanhamento e avaliação das dinâmicas empresariais do Município de Oeiras e a sistematização de indicadores socioeconómicos. A monitorização da dinâmica empresarial deu origem à produção dos relatórios “Perfil da Economia de Oeiras” em abril de 2016 e “Dinâmica Empresarial de Oeiras” em dezembro de 2016.

8.1 – PROMOVER A PROXIMIDADE COM O MUNÍCIPE

- No âmbito do Processo de Gestão de Compras, certificado pela APCER e inserido no Sistema de Gestão da Qualidade, tendo em consideração uma preocupação atual com a sensibilização para as compras públicas ecológicas, foram dirigidos aos fornecedores da CMO e recebidos devidamente preenchidos, 181 questionários sobre as boas práticas ambientais e de segurança e higiene no trabalho.

- Foram tramitados 1917 processos de contratação pública distribuindo-se da seguinte forma:

- Ajuste direto em regime simplificado – 1655
- Ajuste direto em regime normal com convite a uma entidade – 160;
- Ajuste direto em regime normal com convite a mais do que uma entidade – 44;
- Convite ao abrigo de Acordo-Quadro ESPAP, IP (antiga ANCP) – 2;
- Convite ao abrigo de Acordo-Quadro CCE-AML – 0;
- Concurso público – 28;
- Concurso público com publicidade internacional – 6;
- Concurso limitado por prévia qualificação – 0;
- Contratos excluídos – 4;
- Contratação excluída – 18.

- Apesar de terem sido desenvolvidos procedimentos concorrenciais em bastante maior número, onde foram convidadas várias entidades a apresentarem proposta, apenas 11 levaram a negociações, pois nos restantes procedimentos somente uma entidade apresentou proposta, que pela inexistência de concorrência inviabilizou qualquer sessão de negociação.

Por via desse constrangimento foi registada uma poupança de apenas 183,47€ em 2016 face a propostas inicialmente apresentadas.

- Estima-se que o Canal Oeiras, através dos dois existentes, origine cerca de 3.500.000 de visitas por ano, pelo que foi efetuado o seu alargamento a mais cinco postos, respetivamente para o *atrium* ponte nos Paços do Concelho, Espaços Cidadão de Algés, Carnaxide e Linda-a-Velha e edifício da Habitação no Bairro de Pombal.

- Acompanhamento da operacionalização da Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, que permitiu a execução de diversos trabalhos, dos quais se destacam:

- Intervenção no mercado de Linda-a-Velha;
- Reparações de bancos de jardim;
- Recolocação de pilaretes e prumos de sinalização vertical;
- Repintura de passadeiras e parques de estacionamento;
- Colocação de corrimãos, reparação de escadas e calcetamento de caldeiras;
- Colocação de diversas baias de segurança para contentores;
- Requalificação do jardim da capela de Stº Amaro – Busto;
- Requalificação da sala de apoio à vítima no edifício da PSP de Oeiras;
- Repintura e reparação de janelas dos balneários do pavilhão do jardim Municipal;
- Requalificação da fachada do edifício sede da Junta de Freguesia de Barcarena;
- Reparações em diversas Escolas Básicas do 1º Ciclo;

- Reparação na mina d'água de Tercena;
 - Execução do caminho pedonal de acesso à Igreja do Rossio de Porto Salvo.
- Foi prestado apoio por parte do Município de Oeiras no âmbito das festividades do concelho;
- Foram realizadas as 80 iniciativas previstas com o apoio logístico habitual, em articulação com os vários serviços do Município;
- Implementação de um sistema de gestão online denominado **Portal Oeiras Smart City**, disponível para telemóvel, tablet ou computador. Esta nova ferramenta digital incentiva a participação ativa dos munícipes na resolução dos problemas do concelho, reforçando os laços entre estes e a autarquia, obtendo-se, desta forma, uma redução de custos operacionais bem como uma governação mais transparente. Para o efeito, foi criado o Centro de Controlo e Gestão de Ocorrências, que assume a responsabilidade de gestão e centralização de todas as ocorrências submetidas a este Município e a conseqüente monitorização do cumprimento dos prazos de resposta.
- Realizaram-se 28 vistorias de averiguação de situações de insalubridade e/ou bem-estar animal, e aplicação do Plano de Controlo de Alojamentos de Animais de Companhia;
- O Canil Municipal levou a cabo uma série de iniciativas de proteção animal como a captura de animais errantes, sequestro de animais agressores e agredidos, identificação eletrónica, vacinação antirrábica e restituição de animais aos donos;
- Realização de diversas Campanhas de Ação Animal com divulgação de fotos dos animais disponíveis para adoção no site e facebook do Município;
- Parceria com a ordem dos Médicos Veterinários proporcionando a atribuição de **90 Cheques Veterinários** a famílias comprovadamente carenciadas;
- Realizaram-se cerca de 1300 intervenções médico veterinárias e cerca de 574 adoções animais;
- Foram efetuadas **36 vistorias a cantinas escolares**;
- Integração de **13 trabalhadores comunitários** no âmbito da parceria realizada com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;
- Registaram-se em 2016, 1466 reclamações da responsabilidade do Município, cujo o conteúdo foi encaminhado às Unidades Orgânicas responsáveis;
- No que concerne à auscultação do munícipe, através do portal "O Meu Bairro", foram reportadas 884 ocorrências;

8.2 – PROMOVER A COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO, E IMAGEM INSTITUCIONAL

- Internamente foram elaborados 343 comunicados de imprensa
- Foi realizada a cobertura com recurso a meios fotográficos e audiovisuais em 839 iniciativas e eventos organizados ou apoiados pelo Município de Oeiras.
- Foi definida a estrutura e apresentado o layout do novo portal a lançar em 2017.
- De entre as publicações com relevância histórica e patrimonial destacam-se o volume 23 dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, As Telas pintadas da Quinta Real de Caxias e a reedição do livro do vinho de Carcavelos em língua portuguesa e a primeira edição em língua inglesa.
- Em 2016 foram editados quatro livros genéricos e quinze catálogos. Os livros "Oeiras, a Minha Escolha", "Nunca lhe Toques - A Lagarta do Pinheiro" ambos da autoria de trabalhadores do município, "O Tio Desafio" e Histórias de Vida”. Os catálogos das exposições: "Faltam-me as Palavras, Falo-vos com a minha Pintura, "Angola a Branco e Preto", "Vivificatur", "A Invenção Continua", "Impulsus", "Paisagens dos Olhares", "Pintura - M^a Helena Figueiredo", "Pelos Margens do Rio", "Artistas Africanos", "Artes e Letras", "Jazz 360º", "Cores, Padrões e Motivos Etnográficos", "Profondeurs Océaniques", "Dois Artistas, Dois Estilos", "Terra Íntima" e "Gente no CAMB". Foram ainda concebidos e produzidos 891.129 exemplares de materiais de divulgação, coleções, folhetos de cariz institucional e outros materiais de divulgação diversos tendo na sua maioria sido desenvolvida e/ou adaptados internamente.
- Regularmente são editadas 4 publicações municipais, respetivamente Oeiras Atual, Oeiras em Revista, Roteiro Cultural 30 Dias e a publicação interna Páginas de Encontro. Foi também editado o segundo número da Revista POS – Programa Oeiras Solidária e a Revista do Congresso Europeu de Confrarias;
- Foi assegurada a divulgação de cerca de 580 documentos administrativos, nomeadamente editais, despachos, entre outros e cerca de 370 licenças diversas;

Financeira

8.3 – ASSEGURAR A APLICAÇÃO TRANSPARENTE, EFICIENTE E RIGOROSA DOS RECURSOS FINANCEIROS

É imperioso garantir uma estrutura financeira equilibrada, garantindo o cumprimento dos objetivos Municipais, sem colocar a entidade em risco financeiro, quer no curto prazo quer no longo prazo, atendendo à plurianualidade orçamental a que a despesa Municipal está obrigada. Em súmula, tanto por orientações legais, como por orientações

estratégicas, o Município desenvolveu diversas atividades das quais se relevam:

- Estando o orçamento municipal sujeito a alguma volatilidade, uma vez que o mesmo é um instrumento previsional, por forma ajusta-lo às reais necessidades financeiras, a DGF promoveu, durante o ano de 2016, 13 alterações e 6 revisões orçamentais, totalizando um aumento de 12.861.390 €, assegurando sempre a existência de Fundos Disponíveis.

- No sentido de garantir um prazo de pagamento inferior a 90 dias, a área financeira tem em conjugação com os restantes serviços municipais, encetado esforços no sentido de garantir o cumprimento escrupuloso dos timings, registando o Município, para o ano em análise, um prazo médio de pagamentos de 43 dias.

- Desde a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, tem-se vindo a assegurar o cumprimento dos limites impostos por lei, designadamente ao nível do cumprimento da execução da receita, que no ano de 2016, registou uma taxa de execução de 108%.

- Elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento, assim como o seu acompanhamento, controlo e avaliação da sua execução ao longo do ano, promovendo informação de relevo referente ao desempenho do Município, especificamente na sua vertente financeira, garantindo a implementação e execução dos seus objetivos estratégicos.

- Atendendo às novas regras legais, decorrentes da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, durante o ano de 2016, foi efetuada a verificação constante do limite da Dívida Total, numa articulação direta com as Empresas do Setor Empresarial Local, de modo a garantir a divulgação de informação de cariz financeiro para reporte às entidades reguladoras e ainda a análise mensal dos Fundos Disponíveis, por forma a garantir a estabilidade das operações do Município, necessária quer à atividade corrente, quer à realização de investimentos.

- Em cumprimento do disposto pelo POCAL, foi mais uma vez garantida a operacionalização da Contabilidade de Custos para efeitos de apuramento dos custos por funções, e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e de serviços.

- A preocupação com a otimização da Contabilidade de Custos tem sido constante, quer por parte dos vários serviços municipais que mantiverem o elevado sentido crítico e total abertura à aplicação dos requisitos que foram sendo exigidos por parte do Grupo de Trabalho da Contabilidade de Custos, quer por este que deu continuidade ao trabalho de reflexão e de melhoria contínua do Processo de Operacionalização, na generalidade das vezes com recurso à participação ativa dos restantes atores no processo.

- Assim, nessa medida foi possível, pelo quinto ano consecutivo, efetuar o Reporte de Contas relativo à atividade de Gestão de Resíduos Urbanos

(RU), uma das três atividades objeto de regulação pela ERSAR e submeter, por conseguinte, a proposta de Tarifário para 2017, para a atividade em questão.

- Ainda no âmbito da atividade de gestão de resíduos urbanos, procedeu-se à elaboração do Regulamento Municipal para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana, para aplicação já em 2017, tendo como suporte direto à aplicação do respetivo tarifário a Fundamentação Económica e Financeira desenvolvida;

- No âmbito do período de programação Comunitária 2014 – 2020 e inerente à presença do Município de Oeiras no Conselho Metropolitano de Lisboa, deu-se continuidade aos trabalhos do **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (PDCT-AML)** a concretizar naquele período. Foi feito neste domínio o acompanhamento da candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que engloba um Plano de Mobilidade Sustentável, um Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e um Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

- Decorrente da aprovação de financiamento comunitário para a construção de novos centros de saúde, foi apresentada candidatura ao financiamento dos centros de saúde de Carnaxide e Barcarena. Tendo o concurso como objetivo conceder apoios financeiros ao reforço da rede de infraestruturas de saúde, sobretudo ao nível do investimento nos cuidados de saúde primários e de proximidade, através de intervenções em infraestruturas e equipamentos, colmatando as disparidades territoriais existentes, com vista à satisfação integral das necessidades em saúde da população.

- Como consequência da renovação da frota municipal, traduzindo-se assim na diminuição em quase 4 anos da sua idade média, registou-se uma poupança de combustível em cerca de 4%, face ao consumo registado em 2015, passando assim de um consumo de 781.586,66 litros no ano transato para um consumo de 749.586,25 litros em 2016. Em termos de faturação, o valor registado em 2016 foi de 939.672,63€ contrapondo com o valor de 1.207.512,28€ registado em 2015, representando assim uma diminuição dos custos com combustíveis fósseis em cerca de 22%.

Processos

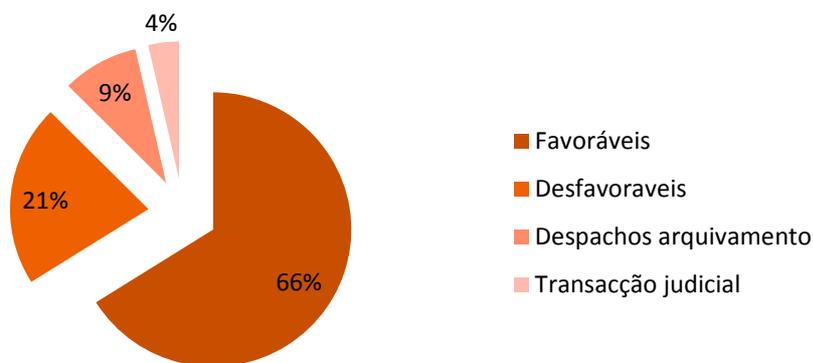
8.4 – PROMOVER MODELO DE GOVERNAÇÃO EXIGENTE, INOVANDO COM CRIATIVIDADE

- Foram criados 427 procedimentos na plataforma eletrónica de contratação pública, sendo que 71 referem-se a aquisição/locação de bens, 106 de prestação de serviços, 248 de empreitadas de obras públicas, 1 de concessão de exploração e 1 contrato administrativo.

- Em 2016 deram entrada no sistema informático 1.992 requisições internas, e foram emitidas pela Divisão de Contratação Pública 2.149 requisições externas com o valor de 25.924.651,38€.

- No âmbito dos processos judiciais, foram abertos 69 novos processos representando uma diminuição de cerca de 36%, que se fica a dever sobretudo à grande quantidade de processos judiciais abertos em 2015 referentes a resolução de contratos de arrendamento e recuperação de dívidas de renda devidas ao município.

- Ao longo do ano foram proferidas 56 sentenças/Acórdãos/Despachos no âmbito de processos judiciais em curso, em que o Município de Oeiras era parte, com o desfecho que ilustra o gráfico seguinte:



- Durante o ano de 2016 foram instruídos 259 processos de acidente tendo transitado do ano anterior 301. Nesta categoria de processos foram concluídos/arquivados 227, mais 52 que no período homólogo.

- Fruto da situação económica do país em cenário de crise, com reflexo ao nível dos constrangimentos financeiros impostos aos Municípios, a aprovação de negócios jurídicos passíveis de titulação por escritura pública, designadamente atos que operem transmissão de propriedade imobiliária, diminuiu significativamente. No entanto, a partir de 2015, verificou-se um ligeiro aumento nas escrituras celebradas, passando de 15 em 2015 para 18 em 2016.

- Num universo de contratos por documento particular de empreitadas de obras públicas, prestações/aquisições de bens e serviços, comodatos, arrendamentos e protocolos firmados entre o Município e entidades, o número de contratos titulados foi de 489 em 2016, apresentando uma subida de 21% face ao ano anterior. Valor este que se fica a dever ao aumento sobretudo das formalizações das participações financeiras a atribuir às diversas entidades do concelho.

- No âmbito dos processos de contratos/escrituras, para efeitos de fiscalização prévia e concomitante do Tribunal de Contas, designadamente no que se refere aos pedidos de esclarecimentos daquele órgão, foram instruídos e acompanhados um total de 22 processos, tendo sido todos visados.

- No que diz respeito às auditorias internas, foram desenvolvidas dez ações de controlo interno, e efetuados acompanhamentos às ações de controlo realizadas ao Município de Oeiras por parte de entidades externas, tendo sido apresentado superiormente duas informações/propostas.

- Foram desenvolvidos procedimentos tendentes à elaboração do relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras. Concomitantemente, ainda sobre o referido plano, procedeu-se ao preenchimento de um questionário emitido e solicitado pela Inspeção Geral de Finanças;

- Atribuição de licenciamento à Estação de Transferência de Queijas para operações de gestão de resíduos permitindo otimizar recursos associados ao sistema de transporte de resíduos para tratamento e valorização.

- Revisão dos regulamentos gerais e específicos para feiras. Implementação do sistema de pré-inscrição e pré pagamento dos espaços ocasionais nas Feiras de Velharias e Artesanato. Reorganização dos espaços existentes nas feiras de Algés e Paço de Arcos.

- Ao nível interno, e no âmbito do **Modelo Integrado de Gestão (MIG)** foi atualizado o *Balanced ScoreCard*⁵ (BSC) e identificadas as ações/projetos das Unidades Orgânicas, originando a construção do Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE). Relativamente à execução do PDE de 2016, apurou-se que 5 dos eixos foram atingidos ou superados representando 62,5% 3 3 estão em fase de execução, representando 37,5%;

- O Município de Oeiras foi gestor/interlocutor junto da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), para a implementação da iniciativa **Licenciamento Zero** (DL nº 48/2011 de 1 de abril) e da Diretiva de Serviços (DL nº 92/2010 de 26 de julho) que estabelece a redução dos encargos administrativos sobre o cidadão e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos;

- No que concerne ao **Simplex +**, foi feito o acompanhamento de algumas medidas de simplificação legislativa e administrativa que terão impacto no Município de Oeiras, designadamente:

- **Documentos sempre à mão** - repositório central que garante a disponibilização dos documentos, sua certificação e notificação de evolução do estado dos mesmos;
- **Licenciamentos Turísticos + simples** – possibilidade de abertura do empreendimento logo após conclusão da obra, redução do número de entidades e de documentos do processo;
- **Agenda de Cidadão** – permite a consulta, num ponto único, dos principais eventos (direitos e deveres) dos cidadãos com a Administração Pública (AP);

⁵ Metodologia aplicada à gestão que pretende avaliar o desempenho da organização alinhando toda a estrutura com os objetivos assumidos.

- **Arquivo Digital** – permite a organização e gestão da informação;
- **Atendimento público avaliado** – implementar e disponibilizar a todas as entidades da AP um sistema de avaliação imediata do atendimento aos cidadãos utilizadores de serviços públicos independentemente do canal;
- **Balcão do empreendedor +** - disponibilizar, progressivamente, processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no BdE;
- **Certificação de Atributos Empresariais no CC** – Disponibilizar aos administradores, dirigentes e trabalhadores das empresas a possibilidade de autenticação e assinatura em representação da empresa, através do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais;
- **Chave móvel digital** – difundir a utilização da chave móvel digital com a entrega do CC. Mecanismo de autenticação segura e simples, sem necessidade de leitores de *smartcard* ou outros dispositivos;
- **Livro de reclamações online** – criar um ponto único de entrada dos pedidos de informação e das reclamações dos consumidores, direcionando-os diretamente para as entidades competentes;
- **Municípios em linha com a AT** – comunicação digital dos Municípios com a AT, nomeadamente de plantas, alvarás e licenças municipais;
- **Novos serviços nos Espaços do Cidadão** – alargamento da oferta de entidades e serviços disponibilizados pelos EdC, designadamente agendamento para atendimento nos serviços Casa Pronto, Empresa na Hora, Cartão do Cidadão e Passaporte e candidatura online para o Ensino Superior;
- **Portugal Concilia** – disponibilizar online um mapeamento de serviços de apoio à população, especialmente com necessidades de articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal, possibilitando o acesso à informação sem necessidade de deslocações;
- **P0w – Paga ao Estado** – carteira digital que substitui o dinheiro e que permite, a qualquer pessoa, receber notificações de pagamento, multas e faturas pelo telemóvel e pagar logo, calendarizar o pagamento ou criar alerta;
- **Qualificações Públicas no Cartão do Cidadão** – possibilitar aos dirigentes e funcionários públicos autenticarem-se com o CC e ter as suas competências certificadas;
- **RNFE – Registo Nacional de Fornecedores do Estado** – dispensa os operadores económicos de fazer prova de idoneidade e da inexistência de dívidas à AT e à Segurança Social;
- **Roteiro de Boas Práticas Autárquicas** – desenvolver um repositório colaborativo e participativo através do qual as autarquias locais divulguem as suas medidas de simplificação administrativa e regulamentar, promovendo sinergias;

- Realização da Auditoria Interna ao **Sistema de Gestão da Qualidade** (SGQ) e ao **Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e**

Segurança (SIGQAS) e Auditoria Externa – Auditoria de Acompanhamento/Extensão ao SGQ e a 1ª Fase da Auditoria de Concessão da Certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST);

- **Renovação da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade** (ISO 9001:2008) e continuação do **processo de implementação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS)** que acrescenta duas novas certificações, de importância extrema designadamente Ambiente (ISO 14001) e Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001), no âmbito da atividade da Divisão de Viaturas e Máquinas;

- Dinamização do registo e tratamento de Não Conformidades (Internas e Externas), através da emissão de Pedidos de Ações Corretivas e/ou Preventivas (PACP);

- Avaliação da Satisfação dos Clientes através da aplicação de inquéritos/questionários de satisfação, com periodicidade anual;

- Monitorização e medição dos processos “Gestão” e “Medição e Melhoria”, sendo assegurada por meio de análise de dados relativos aos indicadores da Qualidade;

Desenvolvimento Organizacional

8.5 – QUALIFICAR E ENVOLVER OS COLABORADORES

- Relativamente à capacitação técnica, foi desenvolvido um conjunto de ações para a promoção da utilização da informação geográfica por um leque alargado de utilizadores, disponibilizando aos serviços ferramentas de acesso, análise e gestão de dados, permitindo assim que estes participem no processo de atualização da informação. Realizaram-se sessões de apoio locais dirigidas a projetos concretos, como complemento das ações formativas sobre utilização do *software*, de modo a proporcionar que os serviços fiquem autónomos.

- Foi garantido o apoio na doença ao trabalhador com extensão do apoio aos familiares. Foram realizadas 3.266 consultas médicas e assegurados 74 acompanhamentos psicológicos a trabalhadores que solicitaram este apoio.

- No âmbito da delegação de competências em matéria de educação, e tendo sido celebrado o contrato inter-administrativo com o Ministério da Educação e Ciência, foram integrados nas áreas da ação educativa 71 novos colaboradores.

- No âmbito do Plano Anual de Medicina do trabalho, efetuaram-se 1.633 consultas, abrangendo aqui os trabalhadores ao abrigo do contrato inter-administrativo.

- De forma a preencher necessidades dos serviços, foram integrados novos colaboradores na área Administrativa (2), na Limpeza Urbana (20), na Jardinagem (50), Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (3), Pedreiros (14), totalizando assim 160 novos recrutamentos.
- Foram registados 230 acidentes de trabalho ao longo do ano, tendo sido todos acompanhados clínica e administrativamente.
- Realizaram-se Atividades de promoção da Saúde, das quais se destacam 10 rastreios, 2 dádivas de sangue (em parceria com o Instituto Português do Sangue) e diversas campanhas no Páginas de Encontro sobre as temáticas Proteção Solar e Vacinação da Gripe.
- O Município de Oeiras tem vindo a apostar cada vez mais no desenvolvimento de competências e valorização profissional dos trabalhadores através da adoção de um plano de formação estruturado e direcionado, como reflexo das necessidades elencadas neste âmbito pelos serviços e pelos trabalhadores, tendo subjacente um diagnóstico exaustivo e aprofundado. Baseado neste cenário, realizaram-se em 2016, 53 cursos de formação com especial relevo nas áreas de humanidades, ciências empresariais, informática, direito, proteção de ambiente e serviços de transporte.
- A preocupação com um **clima organizacional saudável e cooperante** continua a marcar a atuação deste executivo, que acredita ser este um elemento determinante para um bom desempenho, e um fator crítico para o desenvolvimento organizacional. Em 2016 desenvolveu-se uma ação de Team Building, “**Rumo ao Futuro – Uma Equipa Campeã**”, dirigida a todas as categorias profissionais e que contou com a participação de 215 colaboradores, tendo sido atingida uma taxa de satisfação de 85%.
- Sendo um instrumento de elevado impacto ao nível do desenvolvimento organizacional bem como ao nível motivacional dos colaboradores, as oportunidades de Mobilidade Interna registaram 30 processos de candidatura, tendo atingido um grau de satisfação de 94%, superior ao do ano anterior.
- No âmbito da responsabilidade Social Interna, o Município apoiou 32 colaboradores em situação de vulnerabilidade económica e social, direcionando várias medidas de apoio. EM alguns casos foi acionando o Fundo de Emergência Social (FES) que atua de acordo com as situações de comprovada carência económica e social. Através do atendimento social foram abertos 37 novos processos de acompanhamento de colaboradores, tendo-se revelado um recurso fundamental na procura de respostas sociais.

8.6 – PROPORCIONAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO INTEGRADO E FIÁVEL

- Por forma a dar continuidade ao trabalho em curso no que à Infraestrutura de Dados Espaciais diz respeito, foi feito o

enriquecimento do GeoPortal, com a disponibilização de novos temas de informação geográfica, dando resposta às necessidades manifestadas quer internamente pelas unidades orgânicas, como externamente pelos cidadãos.

- **Alvarás de Loteamento** – Atualização da informação relativa aos processos de loteamento

- **Gestão de Toponímia** – Atualização da informação relativa à gestão da toponímia dos arruamentos e numeração de polícia. Está informação encontra-se disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Toponímia@Oeiras”.

- **Atividades Económicas** - Atualização da informação relativa às unidades funcionais destinadas ao comércio e serviços existentes no Município de Oeiras. Este tema encontra-se igualmente disponível no GeoPortal, no módulo “Informação Geográfica Municipal”.

- **Subsídios de Transporte Escolar** – Desenvolvimento de aplicação para a gestão da atribuição destes subsídios aos alunos.

- **Gestão Urbanística** – Desenvolvimentos de aplicação para gestão dos processos de operações urbanísticas.

- **Acidentes Rodoviários** – Aplicação WEB desenvolvida para a PSP proceder ao registo remoto de acidentes rodoviários, incluindo dados relativos à localização e caracterização dos acidentes rodoviários ocorridos no território do Concelho de Oeiras. Encontra-se disponível no GeoPortal, no módulo “Polícia de Segurança Pública” apenas para utilizadores credenciados. Ainda neste âmbito são produzidos mapas mensais com o registo e a caracterização dos acidentes rodoviários ocorridos no Concelho de Oeiras, com base na informação remetida pela Divisão Policial de Oeiras, do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP.

- **Património Municipal** – Projeto SIG(Sistema de Informação Geográfica) de suporte à georreferenciação e inventariação dos bens imóveis pertencentes ao domínio público e ao domínio privado do município e desenvolvimento de uma solução que assegura a ligação entre o SIG (GeoPortal) e um serviço ERP (Flylight), disponibilizando aos serviços uma ferramenta que permite a consulta, exploração e gestão integrada do Património Imóvel Municipal.

- **Espaços Verdes e Cadastro Arbóreo** – Desenvolvimento de aplicação para gestão dos espaços verdes, cadastro arbóreo, espaços de jogo e recreio e áreas caninas e ainda fiscalização dos trabalhos realizados pelas empresas de *outsourcing*.

- **Definição de trajetos de recolha de resíduos** – Desenvolvimento de um projeto SIG para otimização dos circuitos de recolha de resíduos.

- **Limpeza Urbana** – Desenvolvimento de um projeto SIG para definição de trajetos de varredura mecânica e manual.

- **Metadados** – Atualização/produção dos metadados da informação geográfica disponibilizada em ambiente SIG.
- No seio das soluções integrantes da arquitetura aplicacional, sendo imperativo assegurar as melhores soluções e tecnicamente passíveis de total integração com a arquitetura preconizada, foi implementada a nova solução de **Gestão Documental EdocLink**.
- Configuração e implementação de solução de **Gestão do Atendimento com Gestão da relação com o Município (CRM)**⁶, assim como do **módulo SOA**, solução de *OpenSouce*.
- Com a **Metodologia de Gestão de Projetos** implementada em 2014 de acordo com o PMI (*Project Management Institute*), o ano de 2016 permitiu uma vez mais consolidar a utilização de ferramentas de suporte, tendo sido fundamental para a boa gestão das várias fases dos projetos que integraram a Arquitetura SOA. Na verdade, o conhecimento e as ferramentas técnicas desta natureza, que se encontram disponíveis, permitem maiores níveis de eficiência e transparência na Gestão de Projetos de Sistemas de Informação do Município.
- Em complemento à estabilização da solução da **Gestão da Receita (Projeto ERP-FlyLight)** e das dificuldades sentidas com a integração com sistema anterior da despesa, surge a aposta na contratação do **Projeto ERP-Despesa**, composto por módulos aplicativos transversais à área da despesa financeira e integrado de forma nativa com ERP-Receita.
- Implementação da **Plataforma OeirasSmartCity (OeirasEu)** e o **Vertical de Gestão de Ocorrências**, que integra solução de Middleware Sofia2⁷, de forma a atender aos requisitos funcionais do Município, com entrada em funcionamento já no início de 2017.
- No que respeita às soluções de exclusiva intervenção interna, foram realizados os **Relatórios de Gestão de Recursos Humanos da Educação**, novos desenvolvimentos na solução “**Onde Pára o meu Dinheiro**”, a criação do formulário “**Cartão Jovem Municipal**”, atualização do site **PROMAD/RAAD**, novos desenvolvimentos na **Solução de DHU Resíduos**, assim como a criação de novas interfaces do **Programa 55+**.
- Foram ainda desenvolvidas novas funcionalidades em várias soluções já implementadas, como o caso das aplicações “**Projeto DCP Processos**”, “**Prova de Corta Mato**”, “**Prova do Troféu de Atletismo do Concelho**”, “**Travessia Bessone**”, entre outras.
- Conclusão do **Portal da Assembleia Municipal**

⁶ Customer Relationship Management (Gestão do Relacionamento com o Cliente, em português). As ações da entidade ficam focadas nas necessidades dos Clientes/Utentes/Municípios.

⁷ Permite a interoperabilidade de múltiplos sistemas e dispositivos,

- Planeamento e levantamento de requisitos para a construção do **Novo Site Institucional**, cujo desenvolvimento aplicacional encontra-se a decorrer, prevendo-se a sua conclusão em 2017;

- Foi dada continuidade à manutenção da solução de gestão de refeições, implementada na totalidade das escolas públicas EB1/JI, bem como ao **Projeto de Gestão de Bibliotecas Municipais (KOHA)**.

- Realizou-se a infraestruturização da rede WIFI no Parque dos Poetas, permitindo a cobertura total nas zonas de maior acesso de utilizadores. Iguualmente manteve-se o projeto na área de videovigilância no mesmo espaço, sendo que se prevê a sua conclusão no início de 2017;

- Iniciou-se um programa piloto, constituindo-se por ao efeito um grupo de trabalho específico, de modo a avaliar as ferramentas operativas e colaborativas do **MSFT Office 365**;

- Efetuou-se manutenção técnica necessária à prossecução do **Projeto Oeiras WIFI**, que permite a qualquer munícipe aceder à Internet de forma simples e segura nos locais identificados, nomeadamente as praias e as bibliotecas do concelho, na Fábrica da Pólvora, no Porto de recreio e Jardins do Palácio do Marquês.

- Ao nível da inovação, mais concretamente no contacto com o cidadão, foi instalada uma solução de gestão do atendimento e que engloba três eixos:

- Sistema de gestão de filas de espera, baseado na Cloud, configurável e acessível via web;
- Aplicação mobile, a disponibilizar aos cidadãos e que permite tirar senhas à distância e ser notificado quando se aproxima a sua vez;
- Corporate TV, integrado com painel do sistema de gestão de filas, o qual permite a gestão de conteúdos multimédia a apresentar em Televisores visíveis pelos munícipes;

Esta solução encontra-se instalada nos sete locais de atendimento do Município de Oeiras.

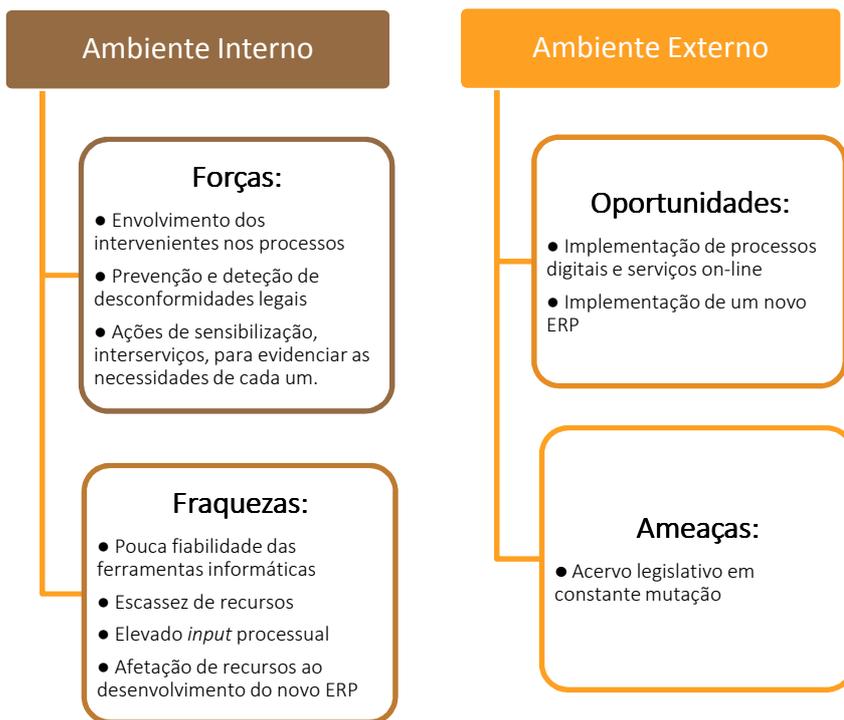
- Tendo presente os objetivos do PAESO⁸, continuámos a promover a substituição gradual de equipamentos consumidores de energia, nomeadamente servidores, computadores, impressoras, etc., por outros mais eficientes de forma a ser obtida uma poupança de energia de 546 MWh no ano 2020.

- Em 2016 procedeu-se à atualização de *software*, com a versão “*Stenos 4*”, para audição das gravações das sessões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, garantindo a salvaguarda das gravações no servidor;

⁸ Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras

- Consolidação do conceito de partilha de viaturas na Câmara Municipal de Oeiras, através da aplicação XRPool, que verificou em 2016 uma taxa de utilização de 81,30%, e que corresponde à satisfação de 10.927 processos e a um aumento de 55 % quando comparado com 2015, que registou a satisfação de 6.078 processos.

Analise SWOT



5 | Relatório Financeiro

Análise dos Fluxos de Caixa

O mapa dos Fluxos de Caixa faz a síntese de ligação entre a contabilidade orçamental, baseada nos princípios de caixa (cash basis), em que as receitas e despesas são registadas no momento em que se verifica o respetivo recebimento e pagamento, e a contabilidade patrimonial, elaborada na base do acréscimo (accrual basis), evidenciando os saldos iniciais e finais da conta de disponibilidades através do saldo de execução orçamental (ligação ao orçamento).

Realização dos Fluxos de Caixa

unid: euros

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior	37.783.789,55	Total Despesas Orçamentais	115.171.511,16
Execução Orçamental	35.078.206,90	Despesas Correntes	84.742.689,98
Operações de Tesouraria	2.705.582,65	Despesas Capital	30.428.821,18
Total Receitas Orçamentais	127.650.315,34	Operações de Tesouraria	9.654.174,96
Receitas Correntes	126.723.676,78		
Receitas Capital	746.839,14		
Receitas Outras	179.799,42		
Operações de Tesouraria	9.537.211,90	Saldo para a Gerência Seguinte	50.145.630,67
		Execução Orçamental	47.557.011,08
		Operações de Tesouraria	2.588.619,59
Total	174.971.316,79	Total	174.971.316,79

Apresenta a discriminação dos recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, desagregado por tipologia, corrente e capital, assim como as operações de tesouraria que representam os valores cobrados para entrega a entidades terceiras.

O Saldo da Gerência Anterior, que no Balanço se encontra registado nas contas 12 – Depósitos em Instituições Financeiras, ascende a 37.783.790€, com origem na execução orçamental da gerência de 2015. No exercício de 2016 foram cobradas receitas no montante de 127.650.315 € e efetuaram-se pagamentos no valor de 115.171.511 €, no que resulta num **saldo para a gerência seguinte de 50.145.631 €**, valor que traduz um crescimento de **32,7%**, comparativamente a igual período do ano anterior.

Regista-se uma cobertura **total das despesas correntes** por parte das receitas orçamentais correntes enquanto o total das receitas orçamentais de capital em conjunto com as outras receitas se manifestaram insuficientes para cobrir as **despesas de capital em menos 96,6%**. A análise, pormenorizada, às variações, encontram-se descritas em capítulo próprio.

O saldo de operações de tesouraria apurado em 2015 situou-se no montante de 2.705.582 € ao qual acresce o saldo registado no ano de 2016 (-116.963 €), pelo que o valor a transitar para 2017 situa-se nos 2.588.620 €.

Na gerência de 2016 procedeu-se à anulação de valores registados em operações de tesouraria que se encontravam pendentes, resultantes de situações diversas (pagamentos indevidos, excesso de valores pagos por transferência bancária, cauções efetuadas e não levantadas). Após todas as devoluções, que foram possíveis efetuar e exercidos todos os procedimentos possíveis, no contato com os munícipes, procedeu-se à transferência do valor remanescente, no montante de 323.714 € para a conta orçamental 08029999. Justificação que suporta o desvio negativo verificado entre o Saldo da Gerência Anterior e o Saldo para a Gerência Seguinte.

O ano de 2016 encerrou com o saldo da gerência a transitar para 2017 no valor de 50.145.631 €, montante que resulta da execução orçamental (47.557.011 €) e das operações de tesouraria (2.588.620 €).

Enquadramento Orçamental

Neste capítulo pretende-se efetuar uma análise orçamental cuja natureza se centraliza na ótica de caixa – pagamentos e recebimentos, face a uma estimativa de uma dotação inicial e corrigida.

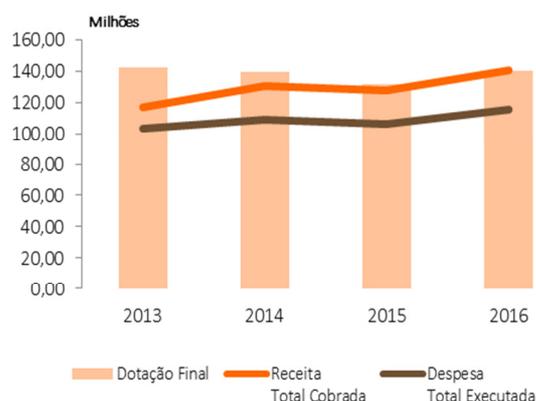
Podemos verificar que o rigor na elaboração dos orçamentos previsionais resultam numa subida da taxa de execução dos mesmos, quer a nível da receita cobrada quer da despesa executada, como se pode verificar:

Anos	Dotação Inicial	Dotação Final	Receita Total Cobrada	% Exec Rec. (orç. final)	Despesa Total Executada	% Exec Desp. (orç. final)
2013	137.185.587,00	142.371.488,90	116.929.250,83	82,1	103.054.125,42	88,1
2014	127.154.753,00	139.131.253,84	130.529.927,55	93,8	108.812.708,00	83,4
2015	121.501.185,00	131.558.045,31	127.989.043,93	97,3	106.311.161,47	83,1
2016	127.424.050,00	140.285.439,94	140.482.545,91	100,1	115.171.511,16	82,0

Na gerência de 2016 registou-se um acréscimo de 10,1%, face à dotação inicial, resultante da introdução do valor do saldo da gerência anterior no montante de 12.861.390 €.

A execução da Receita cobrada em 2016 regista um crescimento de 9,8% face ao ano anterior de 0,14% face à dotação final.

A Despesa executada regista uma variação positiva de 8,3% face a 2015 e uma taxa de realização de 82,0% relativamente à dotação final.



A regra de equilíbrio orçamental estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, sendo apurado pela razão da receita e da despesa. A evolução crescente deste equilíbrio é percecionado nos valores da tabela abaixo, o que evidencia o bom desempenho financeiro da Autarquia:

	2013	2014	2015	2016
Rácio Equilíbrio Orçamental	13,5%	20,0%	20,4%	22,0%

Diz ainda a regra do equilíbrio que as receitas correntes devem ser pelo menos, iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município gerou poupança corrente o que permitiu financiar as despesas de capital em 66,9%.

	2013	2014	2015	2016
Poupança corrente	71,3%	66,4%	68,7%	66,9%

Ou seja, o saldo entre a execução da receita corrente cobrada, no valor de 126.694.517 €, por contrapartida da despesa corrente efetuada, com 84.742.690 €, resulta num montante positivo de 41.951.827 €, valor que suportou, na totalidade, o valor pago das despesas de capital.

Anos	Dotação Inicial	Dotação Final	Receita			
			Corrente	% Exec. (dot. final)	Capital	% Exec. (dot. final)
2013	137.185.587,00	142.371.488,90	106.964.294,07	75,1	356.930,79	0,3
2014	127.154.753,00	139.131.253,84	115.092.843,93	82,7	392.844,49	0,3
2015	121.501.185,00	131.558.045,31	114.986.803,53	87,4	4.499.526,92	3,9
2016	127.424.050,00	140.285.439,94	126.694.517,41	90,3	746.839,14	0,6

Anos	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa			
			Corrente	% Exec. (dot. final)	Capital	% Exec. (dot. final)
2013	137.185.587,00	142.371.488,90	76.219.682,02	53,5	26.834.443,40	18,8
2014	127.154.753,00	139.131.253,84	76.440.474,32	54,9	32.372.233,68	42,3
2015	121.501.185,00	131.558.045,31	79.041.098,17	60,1	27.270.063,30	34,5
2016	127.424.050,00	140.285.439,94	84.742.689,98	60,4	30.428.821,18	35,9

A rubrica Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP) resulta de receitas oriundas de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, apresenta-se como outra componente do Orçamento.

Anos	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos				Saldo Gerência Anterior			
	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Exec. (dot. final)	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Exec. (dot. final)
2013	42.600,00	42.600,00	188.124,07	>100,0	0,00	9.419.901,90	9.419.901,90	100,0
2014	57.518,00	57.518,00	1.148.698,29	>100,0	0,00	13.895.540,84	13.895.540,84	100,0
2015	1,00	1,00	152.713,48	>100,0	0,00	8.350.000,00	8.350.000,00	100,0
2016	10,00	10,00	179.799,42	>100,0	0,00	12.861.389,94	12.861.389,94	100,0

Execução Orçamental

O documento em análise pretende ilustrar detalhadamente a execução da receita e da despesa nas suas componentes, corrente e capital, apresentando a taxa de realização face ao orçamento final, bem como a comparação com os valores realizados nos dois anos antecedentes.

Designação	2014	2015	2016		unid: euros % Exec.
			Dotação final	Execução	
Receita Corrente	115.092.843,93	114.986.803,53	124.189.740,00	126.694.517,41	102,0
Impostos Diretos	75.599.318,97	71.770.941,68	74.245.220,00	72.548.636,38	97,7
Impostos Indiretos	2.147.884,80	2.437.910,70	2.004.850,00	1.917.074,21	95,6
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.184.992,33	985.098,37	1.194.360,00	1.093.178,97	91,5
Rendimentos de Propriedade	3.251.643,43	3.153.631,25	3.196.190,00	4.243.107,71	132,8
Transferências Correntes	18.348.893,89	21.706.818,36	28.472.810,00	28.805.255,13	101,2
Venda Bens e Serviços Correntes	14.374.155,97	14.575.962,62	14.929.570,00	17.200.712,90	115,2
Outras Receitas Correntes	185.954,54	356.440,55	146.740,00	886.552,11	>100
Receita Capital	392.844,49	4.499.526,92	3.234.300,00	746.839,14	23,1
Venda de Bens Investimento	233.971,07	479.601,04	154.360,00	652.875,17	> 100
Transferências de Capital	64.530,72	2.769.925,88	3.025.710,00	85.687,99	2,8
Ativos Financeiros	0,00	1.250.000,00	20,00	0,00	0,0
Passivos Financeiros	0,00	0,00	20,00	0,00	0,0
Outras Receitas de Capital	94.342,70	0,00	54.190,00	8.275,98	15,3
Outras Receitas	15.044.239,13	8.502.713,48	12.861.399,94	13.041.189,36	1,4
Reposições N/ Abatidas Pagamentos	1.148.698,29	152.713,48	10,00	179.799,42	> 100
Saldo da Gerência Anterior	13.895.540,84	8.350.000,00	12.861.389,94	12.861.389,94	100
Receita Total	130.529.927,55	127.989.043,93	140.285.439,94	140.482.545,91	100,1
Receita Efetiva (rec total - ativos fin - passivos fin)	130.529.927,55	126.739.043,93		140.482.545,91	
Despesa Corrente	76.440.474,32	79.041.098,17	97.836.897,29	84.742.689,98	86,6
Despesas com o Pessoal	33.125.802,39	34.650.282,30	42.178.760,12	40.594.366,20	96,2
Aquisições de Bens e Serviços	29.998.859,30	33.128.239,65	40.976.697,50	31.122.270,76	76,0
Juros da Dívida Pública	2.445.694,55	1.907.932,74	1.564.300,00	1.505.333,55	96,2
Transferências Correntes	9.707.631,36	8.287.608,54	11.909.564,37	10.355.967,36	87,0
Outras Despesas Correntes	1.162.486,72	1.067.034,94	1.207.575,30	1.164.752,11	96,5
Despesa Capital	32.372.233,68	27.270.063,30	42.448.542,65	30.428.821,18	71,7
Aquisição de Bens de Capital	28.186.902,30	20.737.905,42	34.026.862,25	22.915.166,01	67,3
Transferências de Capital	1.298.014,94	2.040.558,86	2.220.930,40	1.318.233,71	59,4
Ativos Financeiros	0,00	775.792,00	775.800,00	775.792,00	100,0
Passivos Financeiros	2.887.316,44	3.712.072,63	5.421.950,00	5.419.629,46	100,0
Outras Despesas de Capital	0,00	3.734,39	3.000,00	0,00	0,0
Despesa Total	108.812.708,00	106.311.161,47	140.285.439,94	115.171.511,16	82,10
Despesa Efetiva (desp total - ativos fin - passivos fin)	105.925.391,56	101.823.296,84		108.976.089,70	

Importa reter algumas definições, para melhor compreensão dos valores do quadro anterior:

Saldo global ou efetivo - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva

Despesa primária - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos

Saldo corrente - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente

Saldo capital - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital

Saldo primário - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

Indicador	2014	2015	% 2015/2014	2016	% 2016/2015
Saldo Efetivo	24.604.535,99	24.915.747,09	1,3	31.506.456,21	26,5
Despesa Primária	103.479.697,01	99.915.364,10	-3,4	107.470.756,15	7,6
Saldo Corrente	38.652.369,61	35.945.705,36	-7,0	41.951.827,43	16,7
Saldo de Capital	-31.979.389,19	-22.770.536,38	-28,8	-29.681.982,04	30,4
Saldo Primário	27.050.230,54	26.823.679,83	-0,8	33.011.789,76	23,1

Os indicadores acima mencionados, permitem-nos verificar que em 2016:

- O **Saldo Efetivo** regista um **crescimento de 26,5%** comparativamente ao ano anterior, facto que se deve ao aumento da receita efetiva, nas rubricas Rendimentos de Propriedade, Transferências correntes e Venda de Bens e Serviços Correntes com variações positivas de 34,5%, 32,7% e 18%, respetivamente;
- O **Saldo de Capital** é o indicador com o crescimento mais expressivo, com **30,4%**, ou seja, o valor realizado da receita de capital, 746.839 €, só conseguiu liquidar 2,5% dos pagamentos efetuados de despesas de investimento;
- O **Saldo Primário** observa um crescimento de **23,1%**, percentagem suportada pelo crescimento de **13.743.502€** na receita efetiva e **7.555.392 €** na despesa primária.

Indicadores Orçamentais	2013	2014	2015	2016
Receita				
Execução da receita total	-17,9%	-6,2%	-2,7%	100,1%
Execução das receitas correntes	75,1%	82,7%	87,4%	90,3%
Execução das receitas capital	0,3%	0,3%	3,9%	0,6%
Receitas fiscais / Receitas correntes	68,1%	68,6%	65,4%	58,8%
Receitas próprias / receitas totais	85,9%	85,9%	80,9%	79,4%
Receita corrente cobrada/Receita corrente orçada	99,4%	110,7%	94,5%	102,0%
Despesa				
Execução da despesa total	-27,6%	-16,6%	-19,2%	-17,9%
Execução da despesa corrente	83,4%	82,4%	84,6%	86,6%
Execução da despesa de capital	52,6%	69,8%	71,6%	71,7%
Despesas com Pessoal / Despesas correntes	43,9%	43,3%	43,8%	47,9%
Despesa corrente paga / Despesa corrente orçada	83,4%	82,4%	84,4%	86,6%
Equilíbrio Orçamental				
Saldo corrente (Rc-Dc) / Receita corrente	28,7%	33,6%	31,3%	33,1%
Serviço da dívida (J+A) /Receita corrente	5,1%	4,6%	4,9%	6,5%

Os rácios orçamentais registam em 2016 valores que demonstram o esforço para um maior controlo do orçamento, ou seja, uma gestão financeira mais eficiente em que o exercício orçamental previsional e a sua efetiva realização se aproximam.

Relativamente à **Receita** há a destacar uma **execução de 100,1%**, com um ligeiro crescimento face ao valor previsto em orçamento, de 197.106€.

A receita corrente destaca-se com uma realização de mais 2,3% face ao valor previsional e a receita de capital, em sentido contrário, apresenta um desvio negativo de 76,9%, suportado, pela rúbrica “Transferências de Capital - Administração Central” que não registou qualquer execução. Esta rúbrica registava o valor das transferências efetuadas ao abrigo do Contrato Interadministrativo com Ministério da Educação (407.510 €), para despesas de investimento, e o financiamento, por parte da ARS, para os Centros de Saúde de Barcarena e Carnaxide (2.618.060 €).

No que se refere à taxa de cobertura, há a referir que as **receitas fiscais**, como se pode verificar pelo quadro anterior, representam cerca de **58,8% do total da receita corrente** do Município, apresentando um decréscimo de 6,6%, face ao ano de 2015, suportado pela quebra nos Impostos Indiretos, tipologia de receita que regista os licenciamentos sujeitos à legislação do Licenciamento Zero (Decreto-Lei nº 48/2011, 1 de abril), como a Ocupação da Via Pública e a Publicidade. Salienta-se ainda, que este grupo de receitas, tem vindo a registar perdas consecutivas na ordem dos 4,8% ao ano, desde 2013.

A taxa de cobertura das **receitas próprias** é outro dos indicadores com destaque nesta análise, uma vez que regista todas as receitas municipais com exceção das Transferências e dos Passivos Financeiros, as quais representam **79,4% do total das receitas**. O decréscimo deste indicador,

em cerca de 2,6% ao ano, demonstra o impacto que a implementação do Licenciamento Zero obteve nas contas municipais sendo por essa razão de fundamental importância que os serviços municipais realizem uma avaliação à estrutura económica do Município, possibilitando a tomada de decisão quanto ao fortalecimento das receitas próprias e da eficiência fiscal, com impacto relevante para o equilíbrio das contas.

Apesar destes factos, este indicador permite aferir o grau de independência financeira municipal. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais. O conceito de independência financeira não deve ser confundido com o de autonomia financeira, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo este último conceito referente ao facto dos municípios disporem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

A Independência Financeira pressupõe que os recursos financeiros proveem de receitas próprias, onde os impostos e as taxas têm um papel central e as transferências e os empréstimos bancários têm menor influência.

Quanto à **Despesa**, a maioria dos indicadores mantem-se estável ao longo dos anos em apreciação, sendo possível constatar que a execução da despesa face à sua previsão, encontra-se com um **desvio médio de 17,9%** variável por tipologia, corrente e capital, entre os 13,4% e os 28,3%, respetivamente.

No que se refere à taxa de cobertura, de notar que a **despesa com pessoal** representa **47,9%** do total das **despesas correntes municipais**. Comparativamente ao ano anterior, registou um crescimento de 17,2%, suportado pela integração do pessoal de ação educativa afeto às escolas que foram integrados no Município no âmbito do acordo de delegação de competências estabelecido com o Ministério da Educação.

O rácio do **saldo corrente** assinalou um ligeiro crescimento face ao ano anterior, variação suportada pelo aumento da receita corrente (mais 11.707.714 € face a 2015) por comparação com a despesa corrente paga (mais 5.701.592 €) o que traduz um saldo positivo de cerca de 6 milhões de euros.

O rácio do **serviço da dívida** regista, no ano em apreço, um ligeiro crescimento face ao ano anterior, de 1,6%, facto que se deve à amortização total do empréstimo nº 9015/00006774/691- Projetos de Investimento, no valor de 2.870.089 €.

Serviço da Dívida	2013	2014	2015	2016
Juros	2.636.265,93	2.445.694,55	1.907.932,74	99.395,58
Amortização	2.865.508,08	2.887.316,44	3.712.072,63	5.419.629,46
Total	5.501.774,01	5.333.010,99	5.620.005,37	5.519.025,04

Análise da Receita

Do ponto de vista geral a **Receita** cobrada em 2016 regista uma variação positiva de **9,8%**, se considerarmos as outras receitas (RNAP e o saldo da gerência anterior), face ao valor realizado em 2015, no entanto se atendermos à receita total (corrigida das RNAP's e Saldo da Gerência) a receita cobrada observa afinal **uma variação de 6,7%**, ou seja, um aumento de 7.955.026 €, em termos de valor absoluto.

	2014	2015	2016				% Var. 2016/15
			Previsão	Liquidada	Cobrada	% Exec.	
Receita Total	130.529.927,55	127.989.043,93	140.285.439,94	141.251.595,00	140.482.545,91	100,1	9,8
Receita corrente	115.092.843,93	114.986.803,53	124.189.740,00	127.449.947,02	126.694.517,41	102,0	10,2
Receita capital	392.844,49	4.499.526,92	3.234.300,00	760.458,62	746.839,14	23,1	-83,4
sub-total	115.485.688,42	119.486.330,45	127.424.040,00	128.210.405,64	127.441.356,55	100,0	6,7
Outras receitas	15.044.239,13	8.502.713,48	12.861.399,94	13.041.189,36	13.041.189,36	101,4	53,4
Repos. n/ abatidas pagam	1.148.698,29	152.713,48	10,00	179.799,42	179.799,42	>100,0	17,7
Saldo Gerência Anterior	13.895.540,84	8.350.000,00	12.861.389,94	12.861.389,94	12.861.389,94	100,0	54,0

A execução da receita traduz os recebimentos gerados no ano (receita liquidada e cobrada) acrescidos dos proveitos gerados em anos anteriores e não cobrados.

Designação	2014	2015	2016
Receita prevista final (1)	125.235.713,00	123.208.045,31	127.424.050,00
Receita liquidada (2)	117.574.638,83	120.391.844,47	128.390.205,06
Receita por cobrar início ano (3)	4.518.624,07	5.441.267,71	6.178.571,84
Receita cobrada (4)	116.634.386,71	119.639.043,93	127.621.155,97
Excedente da receita prevista (5) = (4)-(1)	-8.601.326,29	-3.569.001,38	197.105,97
Grau de execução da receita cobrada do ano (6) = (4-3)/(1)	89,5%	92,7%	95,3%
Grau de execução da receita cobrada no ano (7)=(4)/(1)	93,1%	97,1%	100,2%

Os valores apresentados para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior

No período em análise, podemos observar que os orçamentos previsionais aproximam-se, cada vez mais, dos valores cobrados, com maior atenção à sustentabilidade financeira e com um maior esforço de redução relativamente a um dos principais fatores indutores de desequilíbrio.

A incorporação do saldo de gerência determina o reforço ao orçamento inicial o que comparativamente ao ano de 2015 regista uma variação positiva de 6,6% no seu total.

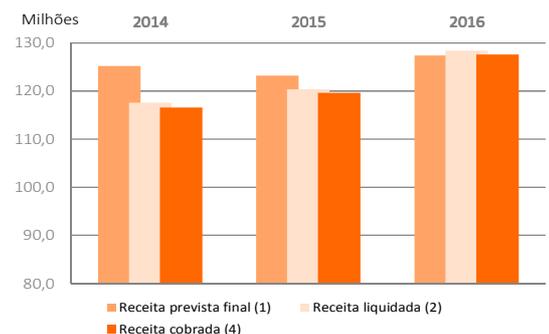
A receita corrente observa um crescimento de 10,2% e a receita de capital uma variação negativa de 83,4%, consequência da não entrada do valor correspondente ao financiamento dos Centros de Saúde de Barcarena e Carnaxide por parte da ARS e da não execução do valor para investimento referente ao Contrato Interadministrativo do Ministério da Educação.

	2015		2016		Var. Valor	%
Receita Total	127.989.043,93	100,0	140.482.545,91	100,0	12.493.501,98	100,0
Receita Corrente	114.986.803,53	89,8	126.694.517,41	90,2	11.707.713,88	10,2
Impostos Diretos	71.770.941,68	62,4	72.548.636,38	63,1	777.694,70	1,1
Impostos Indiretos	2.437.910,70	2,1	1.917.074,21	1,7	-520.836,49	-21,4
Taxas, Multas e Outras Penalidades	985.098,37	0,9	1.093.178,97	1,0	108.080,60	11,0
Rendimentos de Propriedade	3.153.631,25	2,7	4.243.107,71	3,7	1.089.476,46	34,5
Transferências Correntes	21.706.818,36	18,9	28.805.255,13	25,1	7.098.436,77	32,7
Venda Bens e Serviços Correntes	14.575.962,62	12,7	17.200.712,90	15,0	2.624.750,28	18,0
Outras Receitas Correntes	356.440,55	0,3	886.552,11	0,8	530.111,56	148,7
Receita Capital	4.499.526,92	0,04	746.839,14	0,01	-3.752.687,78	-83,4
Venda de Bens Investimento	479.601,04	10,7	652.875,17	14,5	173.274,13	36,1
Transferências de Capital	2.769.925,88	61,6	85.687,99	1,9	-2.684.237,89	-96,9
Ativos Financeiros	1.250.000,00	27,8	0,00	0,0	-1.250.000,00	-100,0
Passivos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	8.275,98	0,2	8.275,98	>100,0
Outras Receitas	8.502.713,48	0,1	13.041.189,36	0,1	4.538.475,88	53,4
Reposições N/ Abatidas Pagamentos	152.713,48	0,0	179.799,42	0,0	27.085,94	17,7
Saldo da Gerência Anterior	8.350.000,00	1,0	12.861.389,94	1,0	4.511.389,94	54,0

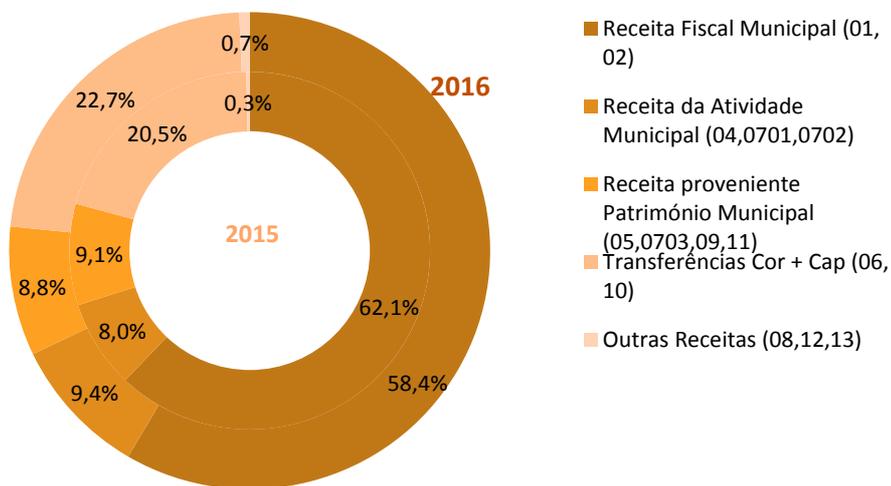
A Receita Fiscal é o agregado que detém a maior expressão no total da receita realizada e a que se destaca com a maior percentagem de execução no total realizado, com um crescimento de 6,7% comparativamente ao valor realizado no ano anterior, o que quer dizer, mais 7.955.026 € de receita cobrada.

Receita	2015	2016
Receita Fiscal Municipal (01, 02)	74.208.852,38	74.465.710,59
Receita da Atividade Municipal (04,0701,0702)	9.515.676,40	12.028.937,22
Receita proveniente Património Municipal (05,0703,09,11)	10.928.616,88	11.160.937,53
Transferências Cor + Cap (06, 10)	24.476.744,24	28.890.943,12
Outras Receitas (08,12,13)	356.440,55	894.828,09
	119.486.330,45	127.441.356,55

Execução da Receita Total



Peso das várias tipologias de receita



Receita Corrente

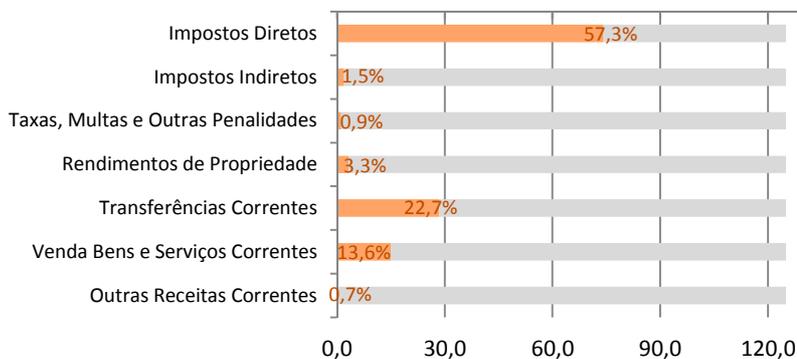
As receitas correntes são aquelas que, regra geral, se renovam em todos os períodos financeiros.

A receita corrente registou uma execução de mais 2% face à dotação corrigida, ou seja, ultrapassou em mais 2.504.777€ a respetiva previsão.

Designação	Dotação Inicial (previsão)	Dotação Final	Receita Cobrada
Receita Corrente	124.189.740,00	124.189.740,00	126.694.517,41
Impostos Diretos	74.245.220,00	74.245.220,00	72.548.636,38
Impostos Indiretos	2.004.850,00	2.004.850,00	1.917.074,21
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.194.360,00	1.194.360,00	1.093.178,97
Rendimentos de Propriedade	3.196.190,00	3.196.190,00	4.243.107,71
Transferências Correntes	28.472.810,00	28.472.810,00	28.805.255,13
Venda Bens e Serviços Correntes	14.929.570,00	14.929.570,00	17.200.712,90
Outras Receitas Correntes	146.740,00	146.740,00	886.552,11

As receitas oriundas de Impostos Diretos, são aquelas que se apresentam com a maior expressão de realização quer no agregado da receita corrente, quer do total da receita cobrada, representando para o conjunto em análise uma ponderação de 57,3%.

Ponderação da receita corrente



Entende-se por Receitas Fiscais, o conjunto das receitas agregadas a Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e outras Penalidades. Observa-se que as Receitas Fiscais apresentam uma execução de 97,7% do valor previsto em orçamento, conforme se poderá comprovar pela análise do quadro abaixo.

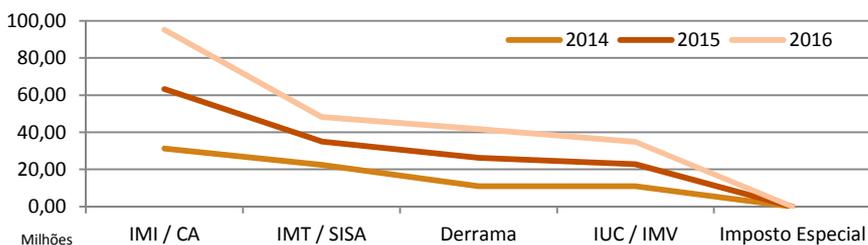
Designação	Receita Prevista (inicial)	Receita Prevista (final)	Receita Cobrada
Impostos Diretos	74.245.220,00	74.245.220,00	72.548.636,38
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	32.285.030,00	32.285.030,00	31.892.723,95
Imposto Único de Circulação (IUC)	11.291.310,00	11.291.310,00	12.073.793,07
Imposto Municipal s/ Trans. O. Imóveis (IMT)	15.762.230,00	15.762.230,00	13.225.749,01
Derrama	14.756.470,00	14.756.470,00	15.338.001,76
Impostos Abolidos	121.390,00	121.390,00	4.097,41
Impostos Diretos Diversos	28.790,00	28.790,00	14.271,18
Impostos Indiretos	2.004.850,00	2.004.850,00	1.917.074,21
Taxas, Multas E Outras Penalidades	1.194.360,00	1.194.360,00	1.093.178,97
Total	77.444.430,00	77.444.430,00	75.558.889,56

Os Impostos Diretos aparecem como o agrupamento de receitas mais expressivo na realização da receita, com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a registar o valor mais significativo.

	2014	2015	2014/2013	2016	2016/2015
IMI / CA	31.207.700,62	32.053.397,05	2,7%	31.895.631,00	-0,5%
IMT / SISA	22.503.121,95	12.515.316,37	-44,4%	13.226.939,37	5,7%
Derrama	10.976.819,20	15.342.151,91	39,8%	15.338.001,76	-0,03%
IUC / IMV	10.903.529,15	11.860.076,35	8,8%	12.073.793,07	1,8%
Imposto Especial	8.148,05	0,00	-100,0%	14.271,18	100,0%
	75.599.318,97	71.770.941,68		72.548.636,38	

O Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (IMT) apresenta-se como o imposto que regista a maior subida comparativamente ao ano de 2015, mais 711.623 € de receita cobrada, facto que poderá evidenciar a estabilidade económica do país face ao mercado imobiliário.

Evolução dos Impostos Diretos



A Derrama e o IUC mantêm-se em linha com os anos anteriores.

Os Impostos Indiretos apresentam uma ligeira diminuição, cerca de 4,4% face ao valor previsto em orçamento, suportado, essencialmente, pelas isenções, e pelo Licenciamento Zero (Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril).

As **Taxas, Multas e Outras Penalidades** registam uma **redução** na cobrança de receita na ordem dos **101.181€** comparativamente ao valor previsto em orçamento, mas um crescimento de 11% face ao valor cobrado de 2015.

A **receita não fiscal**, agrega as restantes rubricas do conjunto da receita corrente e regista uma **variação positiva de 28,5%** comparativamente ao ano anterior e **9,4%** face ao valor previsto em orçamento.

Receita Não Fiscal	Receita Prevista (inicial)	Receita Prevista (final)	Receita Cobrada
Rendimentos de Propriedade	3.196.190,00	3.196.190,00	4.243.107,71
Transferências Correntes	28.472.810,00	28.472.810,00	28.805.255,13
Venda Bens e Serviços Correntes	14.929.570,00	14.929.570,00	17.200.712,90
Outras Receitas Correntes	146.740,00	146.740,00	886.552,11
Total	46.745.310,00	46.745.310,00	51.135.627,85

Os **Rendimentos de Propriedade** registaram uma variação positiva de **32,8%** face ao valor orçado. Neste capítulo destaca-se a entrada do valor relativo aos lucros dos SIMAS, no montante de 4.000.000€.

As **Transferências Correntes** observam um desvio de **1,2%** face ao orçamento final e **32,7%** perante os valores **realizados em 2015**. Este crescimento é suportado pelo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Ministério da Educação, previsto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, assinado em 17 de junho de 2015 (Diário da República, 2.ª série — N.º 145 — 28 de julho de 2015, Contrato n.º 558/2015). Ao abrigo deste Acordo, entrou o valor de **10.104.801€**, para fazer face a despesas de pessoal de ação educativa e de funcionamento das escolas. Também o montante recebido de IRS, 17.825.527 €, é superior ao valor previsto em orçamento, uma vez que aquando da elaboração do Orçamento de 2016 ainda não se encontrava disponível a informação na Lei de Orçamento de Estado para 2016, tendo sido considerado o valor do ano de 2015.

As **Vendas de Bens e Serviços** registam um crescimento de **32,7%** comparativamente ao ano anterior e **15,2%**, face ao valor previsto em orçamento, o que representa em termos absolutos um aumento de 2.271.143 € na receita cobrada. Este aumento encontra-se suportado no aumento da receita realizada em algumas rubricas face ao valor previsto em orçamento, nomeadamente a Venda de Serviços com mais 2.361.106€ em valores absolutos, onde se destaca a realização dos Resíduos Sólidos com uma execução superior ao estimado em mais 49,3%.

As **Outras Receitas Correntes** apresentam uma variação positiva quer comparativamente ao valor realizado em 2015, com **53,4%**, quer face ao valor previsto em orçamento, com **504,2%**, que em valores absolutos significa um aumento de 739.812 €. Para a realização deste valor contribuíram:

- Receita proveniente de eventos e de concessões, resultante da regularização e consolidação dos direitos e obrigações estabelecidos entre o Município de Oeiras e a APL, no valor de 78.132 €;
- Comparticipação financeira para realojamento de família, no montante de 10.500 €;
- Compensação de loteamento, no valor de 206.162€;
- Consumos de eletricidade/água pagos por entidades concessionadas, no valor de 132.702 €
- Transferência de valores de Operações de Tesouraria para Orçamentada, no montante de 232.290 €.

Receita Capital

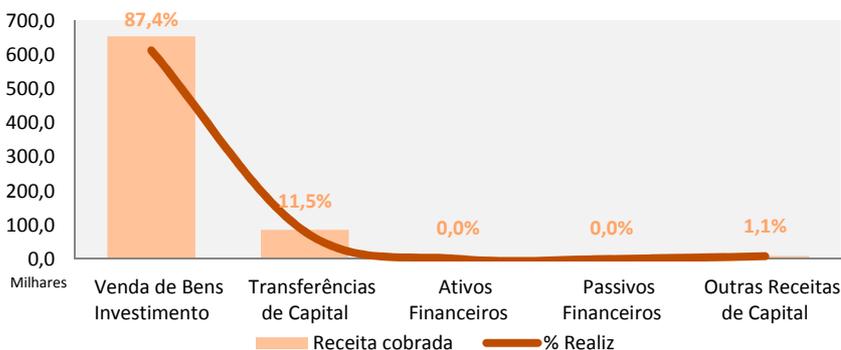
As receitas de capital de carácter transitório, regra geral, estão associadas a uma diminuição de património.

A **receita de capital** face ao ano anterior regista uma quebra significativa, em valores absolutos, de 3.752.688 €, uma **variação negativa de 83,4%**.

A não concretização do financiamento dos Centros de Saúde por parte da ARS, promoveu um desvio negativo da Receita face ao valor inicialmente previsto.

Receita Capital	Receita Prevista (inicial)	Receita Prevista (final)	Receita Cobrada
Venda de Bens Investimento	154.360,00	154.360,00	652.875,17
Transferências de Capital	3.025.710,00	3.025.710,00	85.687,99
Ativos Financeiros	20,00	20,00	0,00
Passivos Financeiros	10,00	20,00	0,00
Outras Receitas de Capital	54.190,00	54.190,00	8.275,98
Receita Capital	3.234.290,00	3.234.300,00	746.839,14

Taxa de execução das Receitas de Capital



As **Vendas de Bens de Investimento** registam um aumento de 36,1% comparativamente ao valor cobrado no ano de 2015, mas apresentou um desvio quatro vezes superior ao valor orçado. Esta variação positiva é suportada pela alienação de uma parcela de terreno e desanexação de prédio municipal denominado Terras do Carramachão, em Porto Salvo, pelo valor de 541.215€.

As **Transferências de Capital**, como foi referido nos parágrafos anteriores, constituem o agregado de receita que maior desvio registou, tendo registado uma execução de 85.688 € para um valor inicialmente previsto de 3.025.710€.

As **Outras Receitas de Capital** sendo uma rúbrica de natureza residual, apresenta-se com uma realização de 15,3% face ao valor estimado, o que em termos de valores absolutos significa 8.276 € de receita cobrada.

Análise da Despesa

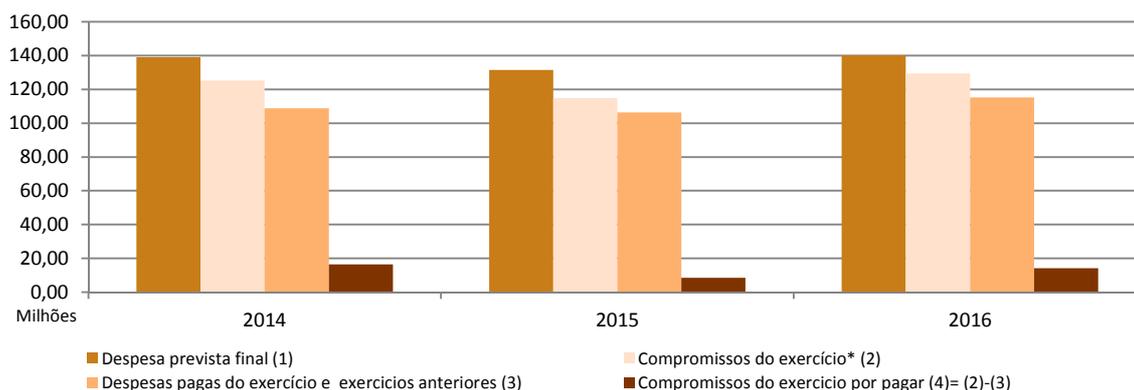
Comparando a Despesa realizada em 2016 com os valores de 2015, observa-se um crescimento de 6,6%, a par desta variação positiva também o valor dos compromissos do exercício aumentou em cerca de 12,7%.

As despesas totais pagas também apresentam um crescimento face ao ano anterior, designadamente de 8,3%, valores estes que atestam o esforço que o Município tem vindo a desenvolver no sentido de garantir que os pagamentos são efetuados com a maior brevidade possível, salvaguardando por essa razão um prazo médio de pagamento inferior ao legalmente instituído.

O valor da dívida a 31 de dezembro de 2016 verifica um crescimento, face ao valor que ficou por pagar em igual período de 2015, nomeadamente de 3.047.100 €.

Designação	2014	2015	2016
Despesa prevista final (1)	139.131.253,84	131.558.045,31	140.285.439,94
Compromissos do exercício* (2)	125.201.031,09	114.859.868,41	129.400.107,84
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (3)	108.812.708,00	106.311.161,47	115.171.511,16
Compromissos do exercício por pagar (4)= (2)-(3)	16.388.323,09	8.548.706,94	14.228.596,68
Compromissos a pagar em exercícios futuros **	96.503.036,06	92.538.833,63	202.314.434,67
Grau de execução da despesa comprometida (2)/(1)	90,0%	87,3%	92,2%
Grau de execução da despesa paga vrs compromissos do exercício (3)/(2)	86,9%	92,6%	89,0%
Grau de execução da despesa paga vrs despesa prevista (3)/(1)	78,2%	80,8%	82,1%

Execução da Despesa



Analisando a Despesa por agregado (vide quadro abaixo), verifica-se que quer a tipologia da despesa corrente quer a de capital registam um crescimento face ao período homólogo, de 7,2% e 11,6%, respetivamente.

O aumento dos pagamentos efetuados, ao nível da despesa corrente encontra-se suportado:

- pelo crescimento das Despesas de Pessoal com mais 17,2%, respeitante ao compromisso assumido com o Contrato Interadministrativo de Delegação de competências com o Ministério da Educação e a reversão da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que foi progressivamente eliminada ao longo do ano de 2016, com reversões trimestrais, de: 40% no 1.º Trimestre, 60% no 2.º Trimestre e 80% no 3.º Trimestre e a eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016 (Lei 159ª/2015);
- pelo crescimento de 25% nas Transferências Correntes, sendo que, as transferências de verbas para os Agrupamentos Escolares, no âmbito do Contrato Interadministrativo, para o pagamento de despesas de funcionamento, assume uma importante parcela.

A nível da despesa de capital podemos destacar o crescimento da Aquisição de Bens de Capital com pagamentos efetuados em mais 1.177.261 € e a rubrica relativa a despesa com Passivos Financeiros com um aumento de 46% face à realização prevista, valor justificado pela liquidação do valor em dívida, no montante de 2.870.089€, do empréstimo nº 9015/00006774/691-Projetos de Investimento.

	2015		2016		Var. Valor	%
Despesa Total	106.311.164,47	100,0	115.171.511,16	100,0	8.860.346,69	8,3
Despesa Corrente	79.041.098,17	74,3	84.742.689,98	73,6	5.701.591,81	7,2
Despesas com o Pessoal	34.650.282,30	32,6	40.594.366,20	35,2	5.944.083,90	17,2
Aquisições de Bens e Serviços	33.128.239,65	31,2	31.122.270,76	27,0	-2.005.968,89	-6,1
Juros da Dívida Pública	1.907.932,74	1,8	1.505.333,55	1,3	-402.599,19	-21,1
Transferências Correntes	8.287.608,54	7,8	10.355.967,36	9,0	2.068.358,82	25,0
Outras Despesas Correntes	1.067.034,94	1,0	1.164.752,11	1,0	97.717,17	9,2
Despesa Capital	27.270.066,30	25,7	30.428.821,18	26,4	3.158.754,88	11,6
Aquisição de Bens de Capital	20.737.905,42	19,5	22.915.166,01	19,9	2.177.260,59	10,5
Transferências de Capital	2.040.558,86	1,9	1.318.233,71	1,1	-722.325,15	-35,4
Ativos Financeiros	775.795,00	0,7	775.792,00	0,7	-3,00	0,0
Passivos Financeiros	3.712.072,63	3,5	5.419.629,46	4,7	1.707.556,83	46,0
Outras Despesas de Capital	3.734,39	0,0	0,00	0,0	-3.734,39	-100,0

Despesa Corrente

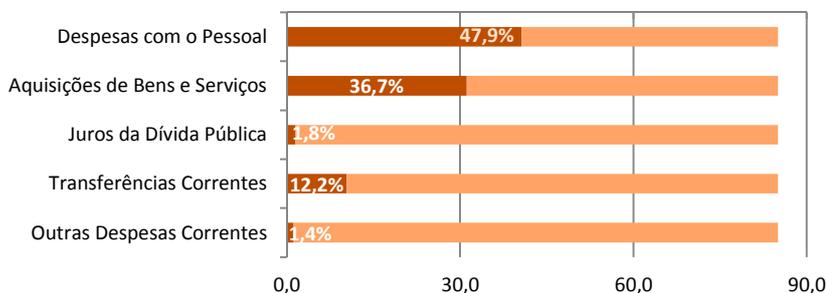
A despesa corrente regista, na gerência de 2016, um reforço de 3.626.727€, com destaque para as Aquisições de Bens e Serviços que registam um incremento de 13% face ao seu orçamento inicial.

Despesa Corrente	Despesa Prevista (inicial)	Despesa Prevista (final)	Despesa Realizada
Despesas com o Pessoal	43.756.730,00	42.178.760,12	40.594.366,20
Aquisições de Bens e Serviços	36.196.490,00	40.976.697,50	31.122.270,76
Juros da Dívida Pública	1.564.300,00	1.564.300,00	1.505.333,55
Transferências Correntes	11.601.100,00	11.909.564,37	10.355.967,36
Outras Despesas Correntes	1.091.550,00	1.207.575,30	1.164.752,11
Total	94.210.170,00	97.836.897,29	84.742.689,98

A **Despesa Corrente** apresenta uma execução de **86,6%** face ao valor do orçamento final de 2016 registando mais 5.701.592 € de pagamentos que em igual período homólogo.

As **Despesas com o Pessoal** são o agregado económico mais representativo na despesa realizada, quer ao nível da despesa corrente, com **47,9%**, quer da despesa total, com **35,3%**.

Execução da Despesa Corrente



As Despesas com o Pessoal registaram uma redução de 1.577.970€ comparativamente ao valor inicialmente previsto, apresentando uma taxa de execução do orçamento final de 96,2%. Comparativamente ao ano anterior reflete um aumento de 17,2% no valor realizado.

	2015		2016		Var. valor	%
Despesas de Pessoal	34.650.282,30	100,0	40.594.366,20	100,0	5.944.083,90	17,2
Remunerações Certas e permanentes	25.277.414,34	73,0	29.847.764,85	73,5	4.570.350,51	18,1
Abonos variáveis e eventuais	1.884.004,49	5,4	2.288.889,99	5,6	404.885,50	21,5
Segurança Social	7.488.863,47	21,6	8.457.711,36	20,8	968.847,89	12,9

As **Aquisições de Bens e Serviços** observam uma redução de 6,1% face ao ano anterior. Para 2016 obtêm a segunda mais elevada percentagem de execução, quer a nível da despesa total, com 27%, quer das despesas correntes, com 36,7%.

Face ao ano anterior, as reduções mais significativas apresentam-se nas seguintes rúbricas:

- 020107_Vestuário e Artigos Pessoais, menos 95,0% (151.767 €);
- 020214_ Outro Material Peças, menos 50,4% 57.848 €);
- 020120_Material de Educação, Cultura e Recreio, com menos 25,8% de pagamentos (16.846 €);
- 020208_Locação de Outros Bens, menos 95,2% (3.565.484 €);
- 020211_Representação dos Serviços, menos 73,8% (38.546 €).

Os **Juros da Dívida Pública** apresentaram uma execução de **96,2%** relativamente ao valor do orçamento final, com pagamentos efetuados no valor de 1.505.334 €. Comparativamente ao ano anterior regista uma poupança de 402.599 €, consequência da variação negativa da taxa de juros.

As **Transferências Correntes** registaram uma execução de **87%**, sendo que o valor executado, nomeadamente de 10.355.967 €, reporta-se a transferências no âmbito do Contrato Interadministrativo de delegação de competências para as Juntas de Freguesia, para manutenção de atividades nas Corporações de Bombeiros, apoio às atividades relacionadas com o associativismo desportivo, apoio social das famílias, apoio no funcionamento e transportes escolares nas escolas.

As **Outras Despesas Correntes** assinalaram uma realização de **96,5%** e um crescimento de 9,2% face aos valores pagos em 2015.

Despesa Capital

A despesa de capital apresenta uma execução de 71,7% do orçamento final, o qual registou um reforço de 9.234.663 € face aos valores inicialmente previstos.

Despesa Capital	Despesa Prevista (inicial)	Despesa Prevista (final)	Despesa Realizada
Aquisição de Bens de Capital	28.008.590,00	34.026.862,25	22.915.166,01
Transferências de Capital	1.654.540,00	2.220.930,40	1.318.233,71
Ativos Financeiros	775.800,00	775.800,00	775.792,00
Passivos Financeiros	2.771.950,00	5.421.950,00	5.419.629,46
Outras Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00
Total	33.213.880,00	42.448.542,65	30.428.821,18

Taxa de execução das Despesas de Capital



As Aquisição de Bens de Capital apresentam-se como o agrupamento de despesas com maior expressividade nos pagamentos efetuados, com 75,3%. Apresenta uma execução de 67,3% da dotação final.

	2015		2016		Var. valor	%
Despesas de Investimento	20.737.905,42	100,0	22.915.166,01	100,0	2.177.260,59	10,5
Investimentos	15.737.136,61	75,9	15.158.191,23	66,1	-578.945,38	-3,7
Terrenos	822.176,40	4,0	919.530,25	4,0	97.353,85	11,8
Habitações	1.469.485,12	7,1	1.552.246,20	6,8	82.761,08	5,6
Edifícios	9.535.303,66	46,0	6.894.288,37	30,1	-2.641.015,29	-27,7
Construções Diversas	2.666.955,82	12,9	2.642.040,43	11,5	-24.915,39	-0,9
Material de Transporte	355.639,52	1,7	645.611,43	2,8	289.971,91	81,5
Equipamento de informática	100.430,77	0,5	169.467,02	0,7	69.036,25	68,7
Software informático	242.172,74	1,2	233.338,23	1,0	-8.834,51	-3,6
Equipamento administrativo	84.073,70	0,4	43.119,19	0,2	-40.954,51	-48,7
Equipamento básico	389.435,09	1,9	2.048.305,91	8,9	1.658.870,82	426,0
Ferramentas e utensílios	4.094,83	0,0	0,00	0,0	-4.094,83	-100,0
Artigos e objectos de valor	67.368,96	0,3	10.244,20	0,0	-57.124,76	-84,8
Bens de domínio público	5.000.768,81	24,1	7.756.974,78	33,9	2.756.205,97	55,1

Na componente **Investimentos**, que regista um decréscimo de 578.945€, comparativamente aos pagamentos efetuados no ano anterior, podemos destacar o subagrupamento Edifícios, com uma quebra de 27,7%, a Aquisição de Bens de Equipamento Administrativo com menos 48,7% e os Artigos e Objetos de Valor com uma quebra 84,8%.

Em sentido contrário regista-se um crescimento de 426% no Equipamento Básico, a aquisição de Material de Transporte com um crescimento de 81,5%, e de Equipamento Informático com 68,7%.

Da execução da rubrica de **Aquisição de Bens de Capital**, com pagamentos no valor de 22.915.166 €, destacam-se alguns investimentos que se encontram em curso e que apresentaram o maior volume dos pagamentos efetuados:

Terrenos

- Aquisição do lote 49 do Alvará 3/1992 – Parque dos Poetas por 341.135€, prédio rústico denominado por Cerrado da Quinta no valor de 59.500€, aquisição de imóvel à EDP (exercício do direito de preferência sob a aquisição de antiga moradia do técnico da Subestação Elétrica da Figueirinha) no valor de 54.000€, pagamento de indemnização, por sentença do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (Rolim Comercial) no total de 464.843€;

Habitações

- Reparações e beneficiações em vários em fogos e bairros municipais no valor de 1.552.246€;

Edifícios

- Requalificação/reparação de equipamentos municipais no montante de 1.103.796€;
- Parcerias Público Privadas, valor relativo às 2 prestações do ano de 2016, 4.414.167€;

Construções Diversas

- Instalações desportivas e recreativas, 402.189 €
- Novas instalações do Centro de Saúde de Carnaxide e Barcarena, com o montante total de 1.194.112€;
- A Extensão de Saúde de Algés, com 1.774.943€;

Material de Transporte

- Aquisição e reparações em viaturas equipamentos diversos, no valor de 645.611 €;

Equipamento Básico

- Equipamento de RSU enterrado e semi-enterrado e aquisição de equipamentos vários para deposição de RSU no valor total de 1.650.405€;

Bens do Domínio Público

- Requalificação de espaços públicos, no valor de 2.697.076,33€
- Passeio Marítimo de Oeiras – Troço entre a Baía dos Golfinhos e a Praia da Cruz-Quebrada, com 2.380.712,95€;

Grandes Opções do Plano

O Orçamento Municipal apresenta como dotação inicial 127.424.050 €, sendo a sua dotação final (após os devidos ajustamentos efetuados ao longo do ano por forma a viabilizar as despesas municipais) de 140.285.440€.

A dotação final do orçamento de 2016, reparte-se por:

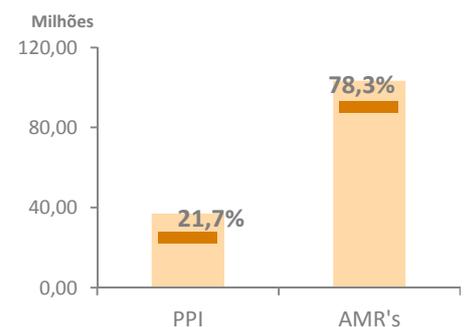
- 23,8% para despesas de investimento (PPI)
- 76,2% para despesas em atividades mais relevantes (AMR's)

	Dotação Inicial	Peso (%)	Dotação Final	Peso (%)	Execução	Peso (%)
Orçamento Total	127.424.050,00		140.285.439,94		115.171.511,16	
GOP:	127.424.050,00	100,0	140.285.439,94	100,00	115.171.511,16	100,0
PPI	30.366.430,00	23,8	36.951.092,65	26,34	24.999.632,86	21,7
AMR's	97.057.620,00	76,2	103.334.347,29	73,66	90.171.878,30	78,3

Nas Grandes Opções do Plano (doravante designadas de GOP) são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos (PPI) e o plano de atividades mais relevantes (PAM) da gestão autárquica.

A execução das despesas das GOP ascende ao total de 115.171.511 €, valor que representa uma taxa de execução, do orçamento final, de 82,1%, em que as despesas de investimento (PPI) representam 21,7% e as despesas correntes (AMR's) 78,3% do valor total pago.

Realização face ao orçamento atual



Execução por classificação funcional

Dando cumprimento ao preceituado no art.º 41.º e art.º 44.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, em que os orçamentos devem ser enquadrados num quadro plurianual de programação orçamental que define os limites para a despesa do Município foram, no Orçamento de 2016, incluídos em Grandes Opções do Plano as despesas referentes a Pessoal, Serviço da Dívida (valor de amortização e juros dos empréstimos) assim como o valor dos Fundos de Maneio, dando por terminado as despesas efetuadas com a designação “Extra-Plano”.

As **GOP** registaram, no ano de 2016, um reforço da dotação inicial de **10,1%**, com o objetivo de ajustar as verbas às atividades e investimentos que ao longo do ano foram manifestamente necessárias concretizar, nesse seguimento foram efetuadas 13 alterações e 6 revisões, totalizando um aumento de 12.861.390 €.

Conforme mencionado, na gerência de 2016 todas as despesas passaram a estar incluídas em GOP, deixando de haver a repartição entre despesas GOP's e Extra-Plano. Neste sentido, não será possível efetuar uma análise comparativa linear, uma vez que para 2015, todas as despesas que se enquadravam no Extra Plano não estariam alocadas as Classificações Funcionais, pelo que, os valores apresentados no quadro abaixo estão naturalmente enviesados para o ano de 2015, evidenciando apenas os encargos que estariam nesse exercício classificados como GOP.

2016 Relatório e Conta de Gerência

Funções / Subfunções	2015		2016					
	Dotação Final	Realizado	Dotação Inicial	Dotação Final	Total Pago	Peso (%)	AMR's	PPI
	86.480.409,83	64.177.998,88	127.424.050,00	140.285.439,94	115.171.511,16	100	90.171.878,30	24.999.632,86
1 Funções Gerais	28.828.525,41	22.167.294,01	69.912.390,00	75.559.899,96	65.648.742,31	57,0	63.389.281,79	2.259.460,52
110 Serviços Gerais da Administração Pública	26.941.445,96	20.535.976,50	68.363.260,00	72.889.774,96	64.138.361,88	55,7	62.000.695,36	2.137.666,52
111 Administração Geral	26.941.445,96	20.535.976,50	68.363.260,00	72.889.774,96	64.138.361,88	55,7	62.000.695,36	2.137.666,52
120 Segurança e Ordem Públicas	1.887.079,45	1.631.317,51	1.549.130,00	2.670.125,00	1.510.380,43	1,3	1.388.586,43	121.794,00
121 Proteção Civil e luta contra incêndios	1.751.135,38	1.619.644,56	1.403.500,00	1.548.120,00	1.505.290,99	1,3	1.383.496,99	121.794,00
1211 Bombeiros	1.748.037,00	1.617.517,65	1.399.500,00	1.546.500,00	1.504.674,88	1,3	1.382.880,88	121.794,00
1212 Proteção Civil	3.098,38	2.126,91	4.000,00	1.620,00	616,11	0,0	616,11	0,00
122 Polícia Municipal	135.944,07	11.672,95	145.630,00	1.122.005,00	5.089,44	0,0	5.089,44	0,00
1221 Polícia Municipal	135.944,07	11.672,95	145.630,00	1.122.005,00	5.089,44	0,0	5.089,44	0,00
2 Funções Sociais	45.331.562,40	34.466.281,18	45.527.570,00	51.211.115,66	39.253.010,82	34,1	21.346.239,05	17.906.771,77
210 Educação	7.659.973,64	5.782.585,76	10.738.830,00	9.680.224,00	8.184.185,16	7,1	4.464.196,27	3.719.988,89
211 Ensino não superior	3.608.599,53	3.355.539,36	7.549.080,00	7.303.890,00	6.154.523,37	5,3	2.434.534,48	3.719.988,89
2111 Pré-Escolar e 1º Ciclo	3.503.289,53	3.318.926,17	4.784.210,00	4.635.840,00	3.845.346,59	3,3	176.763,51	3.668.583,08
2112 2º e 3º Ciclos	105.310,00	36.613,19	1.861.760,00	1.764.940,00	1.580.010,01	1,4	1.528.604,20	51.405,81
2113 Ensino Secundário	0,00	0,00	903.110,00	903.110,00	729.166,77	0,6	729.166,77	0,00
2115 Prevenção Rodoviária e Educação Cívica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
212 Serviços Auxiliares de Ensino	4.051.374,11	2.427.046,40	3.189.750,00	2.376.334,00	2.029.661,79	1,8	2.029.661,79	0,00
2121 Ação Social	4.051.374,11	2.427.046,40	3.189.750,00	2.376.334,00	2.029.661,79	1,8	2.029.661,79	0,00
220 Saúde	4.828.011,51	3.461.463,54	5.109.950,00	4.197.525,12	3.449.971,92	3,0	202.303,99	3.247.667,93
221 Serviços Individuais de Saúde	4.828.011,51	3.461.463,54	5.109.950,00	4.197.525,12	3.449.971,92	3,0	202.303,99	3.247.667,93
2211 Saúde	4.828.011,51	3.461.463,54	5.109.950,00	4.197.525,12	3.449.971,92	3,0	202.303,99	3.247.667,93
230 Segurança e Ação Sociais	4.467.175,36	3.493.707,01	4.789.100,00	4.593.726,14	3.982.450,97	3,5	2.061.844,29	1.920.606,68
231 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
2311 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
232 Ação Social	4.467.175,36	3.493.707,01	4.789.100,00	4.593.726,14	3.982.450,97	3,5	2.061.844,29	1.920.606,68
2321 Infância	328.644,89	145.192,00	306.010,00	220.248,82	127.709,70	0,1	127.709,70	0,00
2322 Juventude	250,00	0,00	250,00	250,00	0,00	0,0	0,00	0,00
2323 Terceira Idade	1.556.186,00	1.556.184,10	1.556.190,00	1.556.190,00	1.556.184,10	1,4	0,00	1.556.184,10
2324 Outros	2.389.010,47	1.783.639,25	2.646.950,00	2.684.916,95	2.203.308,55	1,9	1.838.885,97	364.422,58
2325 Cooperação com CPLP e Geminações	11.000,00	6.821,87	7.400,00	18.400,00	7.030,16	0,0	7.030,16	0,00
2326 Emprego e Formação Profissionais	182.084,00	1.869,79	272.300,00	113.720,37	88.218,46	0,1	88.218,46	0,00
240 Habitação e Serviços Coletivos	21.191.286,04	15.944.018,77	19.233.120,00	27.044.811,58	18.951.720,37	16,5	10.794.082,17	8.157.638,20
241 Habitação	2.208.311,38	1.922.652,87	1.992.970,00	2.291.659,00	1.955.920,88	1,7	178.220,80	1.777.700,1
2411 Habitação	2.208.311,38	1.922.652,87	1.992.970,00	2.291.659,00	1.955.920,88	1,7	178.220,80	1.777.700,08
242 Ordenamento do Território	4.174.942,09	2.605.246,70	3.595.550,00	5.925.405,86	2.430.320,13	2,1	850.160,50	1.580.159,63
2421 Planeamento Urbano	2.529.205,09	1.716.031,85	2.628.420,00	2.668.208,86	1.791.412,02	1,6	822.245,60	969.166,42
2422 Urbanização	87.065,00	44.398,48	294.920,00	177.352,00	161.305,96	0,1	5.000,00	156.305,96
2423 Planeamento Estratégico	1.558.672,00	844.816,37	672.210,00	3.079.845,00	477.602,15	0,4	22.914,90	454.687,25
243 Saneamento	1.039.959,19	1.004.759,05	40.400,00	283.400,00	24.712,94	0,0	0,00	24.712,94
2431 Saneamento	1.039.959,19	1.004.759,05	40.400,00	283.400,00	24.712,94	0,0	0,00	24.712,94
244 Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
2441 Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
245 Resíduos Sólidos	7.184.860,70	5.470.494,92	5.540.560,00	9.286.187,80	7.939.079,29	6,9	5.976.541,29	1.962.538,00
2451 Resíduos Sólidos	7.184.860,70	5.470.494,92	5.540.560,00	9.286.187,80	7.939.079,29	6,9	5.976.541,29	1.962.538,00
2452 Amtres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
246 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	6.583.212,68	4.940.865,23	8.063.640,00	9.258.158,92	6.601.687,13	5,7	3.789.159,58	2.812.527,55
2461 Espaços Verdes	5.822.656,64	4.292.974,19	7.442.310,00	8.549.705,15	6.078.912,90	5,3	3.362.164,17	2.716.748,73
2462 Higiene Pública	342.342,59	318.850,08	316.810,00	289.378,47	237.075,41	0,2	225.423,37	11.652,04
2463 Cemitérios	18.500,00	17.054,84	5.500,00	500,00	252,84	0,0	252,84	0,00
2464 Canil/Gatil	35.948,03	28.881,57	34.240,00	38.787,00	34.246,81	0,0	34.246,81	0,00
2465 Educação e Promoção Ambiental	363.765,42	283.104,55	264.780,00	379.788,30	251.199,17	0,2	167.072,39	84.126,78
2466 Proteção do Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
2467 Conservação da Natureza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
250 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7.185.115,85	5.784.506,10	5.656.570,00	5.694.828,82	4.684.682,40	4,1	3.823.812,33	860.870,07
251 Cultura	4.769.842,32	3.810.847,63	3.028.830,00	2.811.293,82	2.328.231,97	2,0	2.071.020,02	257.211,95
2511 Atividades Culturais	2.153.382,32	1.659.791,66	2.443.710,00	2.322.923,41	2.104.471,97	1,8	1.949.923,84	154.548,13
2512 Património Cultural	2.616.460,00	2.151.055,97	585.120,00	488.370,41	223.760,00	0,2	121.096,18	102.663,82
252 Desporto, Recreios e Lazer	2.415.273,53	1.973.658,47	2.627.740,00	2.883.535,00	2.356.450,43	2,0	1.752.792,31	603.658,12
2521 Desporto, Recreios e Lazer	2.415.273,53	1.973.658,47	2.627.740,00	2.883.535,00	2.356.450,43	2,0	1.752.792,31	603.658,12
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
2531 Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00

Funções / Subfunções	2015 Dotação Final	2015 Realizado	2016					
			Dotação Inicial	Dotação Final	Total Pago	Peso (%)	AMR's	PPI
3 Funções Económicas	9.144.839,02	5.144.684,00	8.892.080,00	10.192.878,23	7.832.495,63	6,8	4.074.969,14	3.757.526,49
310 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
320 Indústria e Energia	3.066.558,00	2.253.934,43	2.993.100,00	3.912.673,00	2.973.975,33	2,6	2.679.521,71	294.453,62
321 Energia	3.066.558,00	2.253.934,43	2.993.100,00	3.912.673,00	2.973.975,33	2,6	2.679.521,71	294.453,62
3211 Iluminação Pública	3.066.558,00	2.253.934,43	2.993.100,00	3.912.673,00	2.973.975,33	2,6	2.679.521,71	294.453,62
330 Transportes e Comunicações	1.729.110,33	502.670,56	1.093.280,00	1.718.693,75	1.117.428,72	1,0	35.068,80	1.082.359,92
331 Transportes Rodoviários	1.729.110,33	502.670,56	1.093.280,00	1.718.693,75	1.117.428,72	1,0	35.068,80	1.082.359,92
3311 Rede Viária	1.222.236,47	221.704,86	548.900,00	1.210.135,50	813.639,35	0,7	35.068,80	778.570,55
3312 Sinalização	506.873,86	280.965,70	544.380,00	508.558,25	303.789,37	0,3	0,00	303.789,37
3313 Transportes, Parques e Terminais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
332 Transportes Aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
333 Transportes Fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
340 Comércio e Turismo	1.142.040,69	519.264,64	3.805.700,00	3.515.162,13	2.790.900,38	2,4	410.187,43	2.380.712,95
341 Mercados e Feiras	500,00	82,66	6.000,00	27.268,00	1.892,66	0,0	1.892,66	0,00
3411 Mercados e Feiras	500,00	82,66	6.000,00	27.268,00	1.892,66	0,0	1.892,66	0,00
342 Turismo	1.141.540,69	519.181,98	3.799.700,00	3.487.894,13	408.294,77	0,4	408.294,77	2.380.712,95
3421 Turismo	1.141.540,69	519.181,98	3.799.700,00	3.487.894,13	2.789.007,72	2,4	408.294,77	2.380.712,95
350 Outras Funções Económicas	3.207.130,00	1.868.814,37	1.000.000,00	1.046.349,35	950.191,20	0,8	950.191,20	0,00
351 Outras Funções Económicas	3.207.130,00	1.868.814,37	1.000.000,00	1.046.349,35	950.191,20	0,8	950.191,20	0,00
3511 Outras Funções Económicas	3.207.130,00	1.868.814,37	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
3513 Núcleos Empresariais	0,00	0,00	1.000.000,00	1.046.349,35	950.191,20	0,8	950.191,20	0,00
3514 Orçamento Participativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
4 Outras Funções	3.175.483,00	2.399.739,69	3.092.010,00	3.321.546,09	2.437.262,40	2,1	1.361.388,32	1.075.874,08
410 Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
411 Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
4111 Encargos da Dívida - Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
4112 Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
420 Transferências entre Administrações	2.709.652,00	2.154.630,19	2.599.900,00	3.054.400,00	2.259.456,08	2,0	1.198.251,79	1.061.204,3
421 Transferências entre Administrações	2.709.652,00	2.154.630,19	2.599.900,00	3.054.400,00	2.259.456,08	2,0	1.198.251,79	1.061.204,29
4211 Freguesias - Transferência de Competências	1.362.860,00	835.968,86	1.318.600,00	1.741.600,00	963.124,17	0,8	677.711,88	285.412,29
4212 Freguesias - Subsídios	571.000,00	542.869,33	505.500,00	537.000,00	520.539,91	0,5	520.539,91	0,00
4213 FAM	775.792,00	775.792,00	775.800,00	775.800,00	775.792,00	0,7	0,00	775.792,00
430 Diversas não especificadas	465.831,00	245.109,50	492.110,00	267.146,09	177.806,32	0,2	163.136,53	14.669,79
431 Diversas não especificadas	465.831,00	245.109,50	492.110,00	267.146,09	177.806,32	0,2	163.136,53	14.669,79
4311 Participação no Capital Social de Empresas	116.960,00	0,00	302.110,00	82.110,00	14.669,79	0,0	0,00	14.669,79
4312 Atribuição de Subsídios a diversas entidades	348.871,00	245.109,50	190.000,00	185.036,09	163.136,53	0,1	163.136,53	0,00

No entanto podemos dizer que em 2015 o valor pago totalizou o montante de 106.311.161 €, valor repartido por:

- Extra-Plano, despesa no montante de 42.133.163 €;
- GOP's, montante total de 64.177.999 € (conforme discriminado no quadro infra)

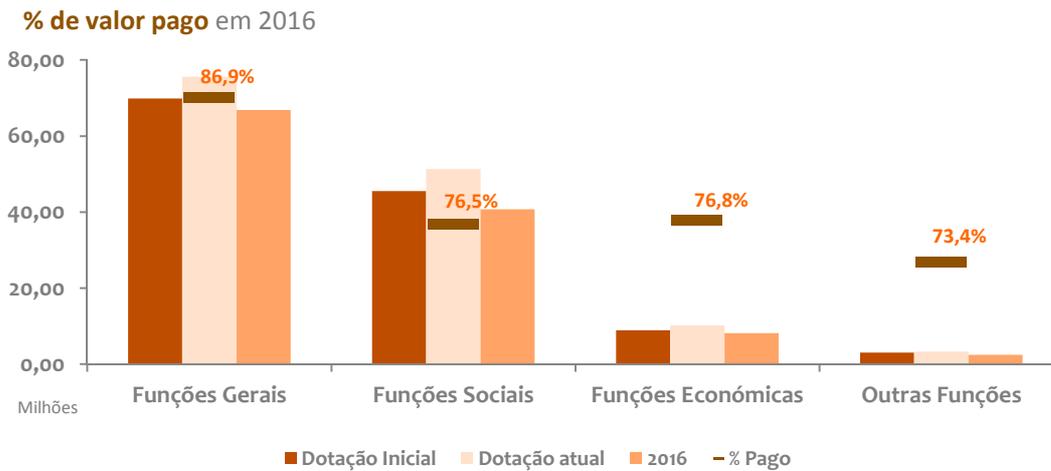
O quadro seguinte apresenta, resumidamente, os valores realizados pelas respetivas classificações funcionais:

Funcional	Dotação Final 2015	Pago 2015	2016			% Pago
			Dotação Inicial	Dotação Final	Pago	
1 Funções Gerais	28.828.525,41	22.167.294,01	69.912.390,00	75.559.899,96	65.648.742,31	86,9
2 Funções Sociais	45.331.562,40	34.466.281,18	45.527.570,00	51.321.115,66	39.253.010,82	76,5
3 Funções Económicas	9.144.839,02	5.144.684,00	8.892.080,00	10.192.878,23	7.832.495,63	76,8
4 Outras Funções	3.175.483,00	2.399.739,69	3.092.010,00	3.321.546,09	2.437.262,40	73,4
Total Geral	86.480.409,83	64.177.998,88	127.424.050,00	140.395.439,94	115.171.511,16	82,0

Ao analisar os valores do quadro supra podemos verificar que as **1. Funções Gerais** são a tipologia que apresenta maior crescimento nos valores pagos em 2016, quer por comparação com ano anterior, quer na gerência em análise. No entanto, importa relembrar que as Remunerações, que são classificadas nesta rubrica funcional em 2016, no ano de 2015 não se encontravam classificadas nas GOP's. Se ao valor pago em GOP adicionamos as Despesas de Pessoal (34.650.282€) resulta para 2015 um total pago para as Funções Gerais de 56.817.576 €, concluindo-se assim que em 2016 esta classificação funcional regista um crescimento de 15,5%.

Destaca-se a classificação funcional **3. Funções Económicas** que abrange as áreas de desenvolvimento e atividades económicas, a qual apresenta um acréscimo de 52,2% face ao valor pago no ano anterior e o reforço mais significativo face ao valor inicialmente previsto, cerca de 14,6%, consequência do reforço na rubrica de aquisição por via do direito privado de terrenos (Aquisição do lote 49 do Alvará 3/1992 – Parque dos Poetas) e Reparação / Manutenção de obras de arte, pontes e viadutos.

Nesta classificação funcional podemos destacar o valor pago à Habitágua, designadamente 947.256€, referente à cobertura dos resultados líquidos negativos antes de impostos, na proporção da participação social do Município, conforme dispõe o art.º 40º (Equilíbrio de Contas) da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, de 2015 e parcial de 2016.



Considerando os reforços, é natural que a execução do orçamento das Funções Gerais apresente uma taxa de execução superior às demais funções, justificado pela inclusão neste agregado das vulgarmente designadas despesas da organização e as despesas com pessoal, as quais detêm um cariz certo e permanente.

As Funções Sociais evidenciam o segundo maior orçamento e destacam-se, por conseguinte, com 76,5% de execução, representando ainda 34,1% do total dos pagamentos efetuados.

Execução por classificação orgânica

Para o ano de 2016, apresentamos à semelhança da análise que tem vindo a acompanhar o relatório financeiro elaborado no âmbito da prestação de contas e da informação do Sr. Presidente à Assembleia Municipal, o estudo da execução funcional por Unidade Orgânica.

Desta forma, foi desenvolvido um esforço a fim de se apresentar a execução dos projetos que se encontram sob a responsabilidade de cada Unidade Orgânica, comparando os valores realizados em 2015 com os realizados em 2016.

› Serviços de Apoio

Unidade Orgânica	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DACO	41.284,46	45.000,00	26,81	26,81	26,81
Funções Sociais	41.284,46	45.000,00	26,81	26,81	26,81
DPM		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Funções Gerais		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
DPMC	1.289.936,29	2.547.675,00	2.501.715,70	2.501.124,70	1.388.586,43
Funções Gerais	1.289.936,29	2.547.675,00	2.501.715,70	2.501.124,70	1.388.586,43
GAF	835.968,86	1.741.600,00	964.827,49	964.827,49	963.124,17
Outras Funções	835.968,86	1.741.600,00	964.827,49	964.827,49	963.124,17
GC	510.011,04	1.032.424,30	979.845,79	970.576,28	753.340,69
Funções Económicas	7.022,84	55.906,66	48.071,94	48.071,94	32.967,05
Funções Gerais	501.653,80	904.005,22	859.261,43	849.991,92	674.687,64
Funções Sociais	1.334,40	72.512,42	72.512,42	72.512,42	45.686,00
GCAJ	407.413,04	1.202.953,59	1.079.522,92	1.079.522,92	870.346,05
Funções Económicas	0,00	655.453,59	655.453,59	655.453,59	464.843,00
Funções Gerais	407.413,04	547.500,00	424.069,33	424.069,33	405.503,05
GP	471.804,01	343.060,00	294.665,92	294.665,92	217.140,71
Funções Gerais	385.439,18	173.550,00	170.955,96	170.955,96	170.476,26
Funções Sociais	86.364,83	87.400,00	41.778,82	41.778,82	31.994,66
Outras Funções	0,00	82.110,00	81.931,14	81.931,14	14.669,79
GPDEIG	261.933,77	963.022,00	458.872,54	458.872,54	354.214,91
Funções Gerais		1.522,00	320,25	320,25	320,25
Funções Sociais	261.933,77	961.500,00	458.552,29	458.552,29	353.894,66
Total Geral	3.818.351,47	7.877.234,89	6.280.977,17	6.271.116,66	4.548.279,77

Face a 2015, o conjunto das orgânicas na dependência da Presidência (Serviços de Apoio), registaram um acréscimo de 19,1%, relativamente a valores pagos, onde se destaca o **DPMPC** com a maior percentagem de pagamentos efetuados, cerca de 30,5% do total pago.

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DPMC		1.289.936,29	2.547.675,00	2.501.715,70	2.501.124,70	1.388.586,43
Funções Gerais		1.289.936,29	2.547.675,00	2.501.715,70	2.501.124,70	1.388.586,43
2003/104077 0	VIATURAS, EQUIPAMENTOS E OBRAS EM QUARTÉIS	50.000,00	20.000,00	2.815,00	2.815,00	0,00
2004/105051 0	SUBSIDIO MENSAL CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS	1.059.999,99	1.144.000,00	1.144.000,00	1.144.000,00	1.144.000,00
2004/105055 0	FORMAÇÃO PRÁTICA DE BOMBEIROS E FARDAMENTO	12.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
2004/105062 0	CONTA DE EMERGÊNCIA	28,53	1.000,00	0,00	0,00	0,00
2005/105815 0	COMUNICAÇÕES	4.539,00	4.200,00	4.000,00	3.409,00	3.164,00
2005/105820 0	MUNIÇÕES	974,16	1.035,00	1.033,20	1.033,20	0,00
2008/36 0	NOVO EDIFÍCIO PARA SPM E PROTECÇÃO CIVIL - LT 31	0,00	1.101.535,00	1.101.532,96	1.101.532,96	0,00
2009/1136 0	SEMANA DA PROTECÇÃO CIVIL	2.098,38	620,00	616,11	616,11	616,11
2009/1137 0	EQUIPAMENTO DIVERSO	1.042,31	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2013/1311 0	EIP - EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE	159.253,92	240.000,00	238.880,88	238.880,88	238.880,88
2016/1397 0	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS		9.985,00	8.799,55	8.799,55	1.887,44
2016/1398 0	DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		250,00	38,00	38,00	38,00
2016/1399 0	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CONTRAORDENAÇÕES		0,00	0,00	0,00	
2016/1424 1/1	Material escritório		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1424 1/2	OUTROS BENS		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1424 1/3	COMUNICAÇÕES		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1424 1/4	Transportes		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1424 1/5	Outros serviços		10,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		1.289.936,29	2.547.675,00	2.501.715,70	2.501.124,70	1.388.586,43

Dentro do DMPC, destaca-se o pagamento de subsídio às corporações de bombeiros, com uma execução de 100%. As rubricas com movimentos a zero correspondem a despesas de fundo maneiço que não foi utilizado.

O GCAJ é a unidade orgânica que se apresenta com a segunda maior taxa de execução, com cerca de 19,1%. Destaca-se o valor com a Aquisição de Terrenos por via do direito privado, mencionados na realização das Despesas de Capital.

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
GCAJ		407.413,04	1.202.953,59	1.079.522,92	1.079.522,92	870.346,05
Funções Económicas		0,00	655.453,59	655.453,59	655.453,59	464.843,00
2003/104250 0	AQUISIÇÃO POR VIA DO DIREITO PRIVADO DE TERRENOS	0,00	655.453,59	655.453,59	655.453,59	464.843,00
Funções Gerais		407.413,04	547.500,00	424.069,33	424.069,33	405.503,05
2004/104895 0	INDEMNIZAÇÕES A PAGAR NO ÂMBITO DE PROCESSOS DE ACIDENTE	9.689,97	15.000,00	12.890,93	12.890,93	12.581,33
2004/104899 0	DESPESAS JUDICIAIS, EMOLUMENTARES E AGENTES DE EXECUÇÃO	46.912,99	62.000,00	59.263,26	59.263,26	55.920,10
2005/105757 0	PAGAMENTOS EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS CONDENATÓRIAS	342.107,83	360.000,00	253.478,44	253.478,44	253.478,44
2005/105758 0	PARECERES JURÍDICOS A SOLICITAR A JURISCONSULTOS EXTERNOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	8.702,25	110.000,00	98.436,70	98.436,70	83.523,18
2016/1422 1/1	Outros serviços		500,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		407.413,04	1.202.953,59	1.079.522,92	1.079.522,92	870.346,05

› Departamento de Administração Geral e Finanças

Unidade Orgânica	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DAGF	85.239,00	66.679,40	58.769,40	58.769,40	53.874,00
Funções Gerais	85.239,00	66.679,40	58.769,40	58.769,40	53.874,00
DCP	20.763,86	32.708,25	26.740,96	24.972,96	21.338,42
Funções Gerais	20.763,86	32.708,25	26.740,96	24.972,96	21.338,42
DGF	995.901,50	4.443.291,30	2.754.782,78	2.754.782,78	2.740.955,66
Funções Gerais		3.505.955,21	1.832.623,44	1.832.623,44	1.825.527,13
Outras Funções	995.901,50	937.336,09	922.159,34	922.159,34	915.428,53
DGF / UPOC	1.847.530,45	1.046.349,35	982.902,92	982.902,92	950.191,20
Funções Económicas	1.847.530,45	1.046.349,35	982.902,92	982.902,92	950.191,20
DGO	797.269,23	1.670.619,20	1.576.703,64	1.576.702,34	1.155.913,00
Funções Gerais	797.269,23	1.670.619,20	1.576.703,64	1.576.702,34	1.155.913,00
DGP	14.425.237,29	14.108.318,52	13.502.838,88	13.502.554,15	10.333.056,96
Funções Gerais	9.028.446,91	6.472.293,52	5.937.585,06	5.937.300,33	5.300.241,09
Funções Sociais	5.396.790,38	7.636.025,00	7.565.253,82	7.565.253,82	5.032.815,87
DRH	1.271.985,39	43.726.180,26	41.786.670,06	41.779.696,44	41.615.840,06
Funções Gerais	298.407,17	42.311.153,14	40.669.162,59	40.662.190,12	40.507.169,51
Funções Sociais	973.578,22	1.415.027,12	1.117.507,47	1.117.506,32	1.108.670,55
DTSI	419.189,69	942.432,00	893.896,98	853.947,97	554.653,39
Funções Gerais	419.189,69	942.432,00	893.896,98	853.947,97	554.653,39
DTSI / UIAS	696.350,78	1.228.639,05	1.119.873,79	1.081.769,30	573.368,43
Funções Gerais	696.350,78	1.216.339,05	1.116.126,98	1.078.022,49	569.621,62
Funções Sociais	0,00	12.300,00	3.746,81	3.746,81	3.746,81
Total Geral	20.559.467,19	67.265.217,33	62.703.179,41	62.616.098,26	57.999.191,12

O DAGF apresenta um crescimento de **182,1%** nos pagamentos efetuados em 2016 comparativamente a 2015, em consequência da inclusão das Despesas de Pessoal em GOP's e uma **execução de 92,6% do orçamento final**.

A **Divisão de Gestão de Património** é a unidade orgânica que apresenta a maior execução do orçamento, com uma taxa de 76,5%, suportado pelos consumos das instalações e os encargos decorrentes das PPP (MRG).

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DGP		14.425.237,29	14.108.318,52	13.502.838,88	13.502.554,15	10.333.056,96
Funções Gerais		9.028.446,91	6.472.293,52	5.937.585,06	5.937.300,33	5.300.241,09
2004/104971 0	CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E DE ASSISTÊNCIA A EQUIPAMENTO	199,26	10.000,00	9.778,50	9.778,50	0,00
2005/105768 0	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	56.383,41	99.305,52	81.369,13	81.369,13	9.743,56
2005/105773 0	TRANSPORTE E MUDANÇAS	0,00	10.909,00	6.063,90	6.063,90	6.063,90
2007/106236 0	REPARAÇÕES MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	1.174,91	5.148,00	1.115,76	938,02	716,62
2007/106240 0	ARRENDAMENTOS	876.673,26	904.091,00	896.792,98	896.792,98	895.792,98
2007/106241 0	AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS E BENS DIVERSOS	863,90	2.670,00	2.632,36	2.632,36	2.461,88
2007/106245 0	SEGUROS	543.331,68	891.000,00	847.063,49	847.063,49	807.226,72
2009/1123 0	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITORIO	96.084,59	107.000,00	94.652,09	94.637,33	85.831,60
2011/1265 0	CONSUMOS DAS INSTALAÇÕES	1.772.640,80	2.185.000,00	1.850.481,75	1.850.389,52	1.748.257,47
2014/1338 0	CONSUMOS DAS INSTALAÇÕES - ÁGUA	1.097.266,63	900.000,00	792.812,14	792.812,14	780.273,43
2014/1339 0	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - INDEMNIZAÇÃO	871.547,16	871.550,00	871.547,16	871.547,16	871.547,16
2014/1356 0	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	3.712.281,31	484.068,00	483.068,00	483.068,00	92.117,97
2016/1437 1/1	Material escritório		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1437 1/2	OUTROS BENS		1.512,00	207,80	207,80	207,80
2016/1437 1/3	COMUNICAÇÕES		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1437 1/4	Transportes		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1437 1/5	Outros serviços		10,00	0,00	0,00	0,00
Funções Sociais		5.396.790,38	7.636.025,00	7.565.253,82	7.565.253,82	5.032.815,87
2007/106244 0	GESTÃO CONDOMÍNIOS	160.446,85	173.500,00	163.961,50	163.961,50	163.961,50
2010/1193 0	IMÓVEIS A ADQUIRIR (TERRENOS)	822.176,40	3.048.345,00	2.987.125,20	2.987.125,20	454.687,25
2013/1330 0	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - ESCOLAS	2.857.983,03	2.857.990,00	2.857.983,02	2.857.983,02	2.857.983,02
2013/1331 0	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - OEIRAS EXPO	0,00	0,00	0,00	0,00	
2013/1332 0	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - CENTROS GERIÁTRICOS	1.556.184,10	1.556.190,00	1.556.184,10	1.556.184,10	1.556.184,10
Total Geral		14.425.237,29	14.108.318,52	13.502.838,88	13.502.554,15	10.333.056,96

› Departamento de Planejamento e Gestão Urbanística

Unidade Orgânica	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DGUAEE	122.472,65	163.000,00	138.505,73	138.439,25	119.525,89
Funções Gerais	122.472,65	163.000,00	138.505,73	138.439,25	119.525,89
DLAA	0,00	1.500,00	1.486,33	1.486,33	1.089,97
Funções Económicas	0,00	1.500,00	1.486,33	1.486,33	1.089,97
DPGU	58.626,08	61.500,00	31.009,56	31.009,56	13.629,66
Funções Económicas	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
Funções Gerais	1.450,51	6.630,00	1.637,11	1.637,11	1.637,11
Funções Sociais	57.175,57	46.870,00	29.372,45	29.372,45	11.992,55
DPMOB	16.498,00	21.550,00	16.497,99	16.497,99	14.848,20
Funções Sociais	16.498,00	21.550,00	16.497,99	16.497,99	14.848,20
Total Geral	197.596,73	247.550,00	187.499,61	187.433,13	149.093,72

O DPGU apresenta um **decréscimo de 39,8%** nos pagamentos efetuados na gerência de 2016 face a 2015, e uma execução do orçamento final de **60,2%**.

A DGUAEE é a divisão que apresenta maior taxa de execução em termos relativos, com uma taxa de **86,3%**:

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DGUAEE		122.472,65	163.000,00	138.505,73	138.439,25	119.525,89
Funções Gerais		122.472,65	163.000,00	138.505,73	138.439,25	119.525,89
2004/104986 0	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (INSPECÇÃO DE ELEVADORES E OUTROS)	122.472,65	160.000,00	138.505,73	138.439,25	119.525,89
2005/105775 0	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (VERIFICAÇÃO DE OBRAS)	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		122.472,65	163.000,00	138.505,73	138.439,25	119.525,89

› Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana

Unidade Orgânica	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DGPH	16.728,82	17.150,00	17.111,24	17.111,24	14.259,30
Funções Sociais	16.728,82	17.150,00	17.111,24	17.111,24	14.259,30
DHRU	701.553,94	629.134,36	616.417,67	599.333,79	483.961,99
Funções Gerais	4.053,65	3.199,36	748,12	748,12	748,12
Funções Sociais	697.500,29	625.935,00	615.669,55	598.585,67	483.213,87
DPE	2.608.420,63	5.461.994,00	5.386.225,58	5.297.478,00	4.406.371,21
Funções Sociais	2.583.420,63	5.438.494,00	5.362.725,58	5.273.978,00	4.382.871,21
Outras Funções	25.000,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00
DPRH	1.254.352,38	1.386.381,00	1.375.661,04	1.362.271,83	1.242.960,70
Funções Sociais	1.254.352,38	1.386.381,00	1.375.661,04	1.362.271,83	1.242.960,70
Total Geral	4.581.055,77	7.494.659,36	7.395.415,53	7.276.194,86	6.147.553,20

O DHRU regista uma redução de 18% nos pagamentos efetuados em 2016 comparativamente ao ano anterior e uma taxa de execução de 84,5% do orçamento final.

Destaca-se o DPRH e o DPE, com uma execução de 89,7% e 80,7%, respetivamente.

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DPE		2.608.420,63	5.461.994,00	5.386.225,58	5.297.478,00	4.406.371,21
Funções Sociais		2.583.420,63	5.438.494,00	5.362.725,58	5.273.978,00	4.382.871,21
2005/105899 0	PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS	479.883,68	714.628,00	714.623,31	713.623,31	534.739,38
2005/105906 0	REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO URBANO	708.602,98	1.047.200,00	976.769,67	976.769,66	969.139,61
2005/105909 0	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO CASAL DA CHOCA	31.461,87	36.770,00	36.583,52	36.583,52	20.735,99
2005/105910 0	COMPART OBRAS EM EDIFÍCIOS PARTICULARES - NÚCLEOS HISTÓRICOS	0,00	22.390,00	22.389,26	22.389,26	22.389,26
2005/106046 0	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A ENTIDADES PARA OBRAS	110.676,00	438.000,00	435.426,16	435.426,16	364.422,58
2006/106153 0	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DA PEDREIRA ITALIANA	12.936,61	74.932,00	74.924,01	74.924,01	74.924,01
2007/106287 0	EXTENSÃO SAÚDE ALGÉS	1.064.002,06	1.873.310,00	1.871.899,76	1.854.792,52	1.774.942,97
2007/106353 0	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO	175.857,43	709.105,00	708.057,23	637.416,90	402.189,49
2015/1370 0	NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE SAÚDE DE BARCARENA	0,00	483.899,00	483.795,96	483.795,96	181.131,22
2016/1391 0	RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO		38.260,00	38.256,70	38.256,70	38.256,70
Outras Funções		25.000,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00
2007/106375 0	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A DIVERSAS ENTIDADES	25.000,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00
DPRH		1.254.352,38	1.386.381,00	1.375.661,04	1.362.271,83	1.242.960,70
Funções Sociais		1.254.352,38	1.386.381,00	1.375.661,04	1.362.271,83	1.242.960,70
2003/103813 0	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE FOGOS	808.578,56	915.500,00	911.799,17	898.409,96	852.927,10
2005/105891 0	EQUIPAMENTOS - CONSTR , BENEFIC E MANUTENÇÃO	275.992,08	169.000,00	165.485,05	165.485,05	165.485,05
2005/105901 0	REABILITAÇÃO E BENEFICIAÇÃO BAIROS MUNICIPAIS - EDIFÍCIOS	169.781,74	212.280,00	211.114,55	211.114,55	164.579,72
2016/1389 0	ESPAÇOS EXTERIORES DO PHM - CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO		89.601,00	87.262,27	87.262,27	59.968,83
Total Geral		3.862.773,01	6.848.375,00	6.761.886,62	6.659.749,83	5.649.331,91

› Departamento de Obras Municipais

Unidade Orgânica	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DOM		1.630,00	323,96	323,96	323,96
Funções Gerais		1.630,00	323,96	323,96	323,96
DEM	7.636.285,09	5.414.554,78	5.268.974,08	5.207.771,50	3.736.596,47
Funções Gerais	3.959.606,52	2.858.010,92	2.752.303,46	2.696.100,88	1.787.303,93
Funções Sociais	3.676.678,57	2.556.543,86	2.516.670,62	2.511.670,62	1.949.292,54
DEP	604.828,46	745.685,90	694.509,61	692.510,86	402.419,99
Funções Económicas	0,00	237.574,61	228.999,27	227.000,52	39.589,05
Funções Gerais	604.828,46	484.482,29	444.389,76	444.389,76	359.140,94
Funções Sociais	0,00	23.629,00	21.120,58	21.120,58	3.690,00
DGEPIM	4.512.583,17	13.392.788,79	12.055.399,28	11.819.286,13	9.465.336,44
Funções Económicas	2.534.900,13	7.692.238,55	6.809.345,61	6.809.345,61	5.966.594,98
Funções Gerais	639.436,22	913.200,00	868.336,94	844.764,30	783.944,74
Funções Sociais	1.338.246,82	4.787.350,24	4.377.716,73	4.165.176,22	2.714.796,72
Total Geral	12.753.696,72	19.554.659,47	18.019.206,93	17.719.892,45	13.604.676,86

O DOM apresenta uma variação negativa de 6,7% comparando os pagamentos efetuados em 2016 com o valor registado no ano anterior e uma execução do orçamento final de 69,6%, sendo a DEGPIIM, a unidade

orgânica, que surge com a maior taxa de execução do orçamento, cerca de 70,7%.

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DGEPIM		4.512.583,17	13.392.788,79	12.055.399,28	11.819.286,13	9.465.336,44
Funções Económicas		2.534.900,13	7.692.238,55	6.809.345,61	6.809.345,61	5.966.594,98
2004/103906 0	REQUALIF E MANUT REDES ENERG ELECT E SIST ELECTRICOS E ELECTROM	106.051,59	336.423,00	296.204,40	296.204,40	294.453,62
2004/105628 0	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSUMOS	2.147.882,84	3.576.250,00	2.749.763,93	2.749.763,93	2.679.521,71
2004/105644 0	REPAR / MANUT OBRAS DE ARTE - PONTES, VIADUTOS E AFINS	0,00	309.207,30	309.207,30	309.207,30	309.207,30
2005/106025 0	SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA NO CONCELHO	138.747,14	62.370,51	50.027,73	50.027,73	50.027,73
2008/93 0	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	14.038,12	0,00	0,00	0,00	0,00
2008/94 0	SINALIZAÇÃO SEG RODOVIÁRIA NO CONCELHO	128.180,44	444.687,74	440.878,42	440.878,42	252.671,67
2012/1305 0	PASSEIO MARÍTIMO DE OEIRAS	0,00	2.963.300,00	2.963.263,83	2.963.263,83	2.380.712,95
Funções Gerais		639.436,22	913.200,00	868.336,94	844.764,30	783.944,74
2011/1282 0	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉCTRICO E OUTRO	20.140,26	51.430,00	48.362,00	48.360,77	32.899,46
2011/1283 0	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	574.204,38	741.760,00	719.662,37	701.212,37	656.930,37
2011/1284 0	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO	45.091,58	120.000,00	100.312,57	95.191,16	94.114,91
2016/1450 1/1	Outros serviços		10,00	0,00	0,00	0,00
Funções Sociais		1.338.246,82	4.787.350,24	4.377.716,73	4.165.176,22	2.714.796,72
2003/104364 0	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	1.302.298,92	4.473.194,19	4.259.981,42	4.047.440,91	2.697.076,33
2004/104007 0	INSTALAÇÃO DE "ILHAS ECOLÓGICAS", "MOLOK" E ENCAIXES P/CONTENTORES	19.705,86	36.756,05	0,00	0,00	0,00
2004/105359 0	REPARAÇÃO / MANUTENÇÃO DE COLECTORES PLUVIAIS	16.242,04	276.400,00	117.735,31	117.735,31	17.720,39
2014/1335 0	SERVIÇOS DE REMOÇÃO COERCIVOS	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		4.512.583,17	13.392.788,79	12.055.399,28	11.819.286,13	9.465.336,44

- Do total dos pagamentos destaca-se a elaboração de vários projetos no âmbito da **Iluminação Pública**, em várias zonas do Concelho (Remodelação da Rua José Diogo da Silva, Oeiras; Largo Alves Redol, em Caxias; Parque urbano de Queijas - zonas verdes; Ligação Passeio Marítimo - Ciclovia Cruz Quebrada; Rotunda da Estrada da Amadora com a Rua da Mina Grande, em Carnaxide, entre outros), com valores executados no montante de **2.679.522 €**, a obra do **Passeio Marítimo com um valor executado de 2.380.713 €** e a **requalificação de espaços públicos** com valores pagos no montante de **2.697.076€** (Obras Genéricas de Conservação e reparação de pavimentos nos vários locais do Concelho; Execução de Parque de Recreio e Lazer na Urbanização Alto da Terrugem, Paço de Arcos; Parque de Hortas Moinho Antas, Oeiras; Arranjos exteriores do Centro de Saúde de Carnaxide).

› Departamento de Ambiente e Equipamento

Unidade Orgânica	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DAE	5.116.443,38	6.166.213,69	6.106.780,89	6.063.735,81	5.851.479,65
Funções Económicas		27.268,00	25.981,50	25.981,50	1.892,66
Funções Gerais		1.630,00	538,53	538,53	538,53
Funções Sociais	5.116.443,38	6.137.315,69	6.080.260,86	6.037.215,78	5.849.048,46
DEV	3.310.340,82	4.525.017,25	4.596.764,97	4.486.158,74	3.659.811,48
Funções Económicas	175.432,95	232.537,47	314.551,30	211.510,07	150.237,66
Funções Gerais		1.630,00	27,55	27,55	27,55
Funções Sociais	3.134.907,87	4.290.849,78	4.282.186,12	4.274.621,12	3.509.546,27
DHU	210.601,54	2.946.775,10	2.227.895,81	2.227.895,81	1.764.274,47
Funções Gerais	1.845,02	26.122,00	13.234,03	13.234,03	13.234,03
Funções Sociais	208.756,52	2.920.653,10	2.214.661,78	2.214.661,78	1.751.040,44
DVM	3.314.048,70	4.075.506,13	3.850.587,71	3.781.790,84	3.421.070,11
Funções Gerais	2.557.518,63	3.175.589,40	2.963.428,02	2.895.043,30	2.559.305,49
Funções Sociais	756.530,07	899.916,73	887.159,69	886.747,54	861.764,62
Total Geral	11.951.434,44	17.713.512,17	16.782.029,38	16.559.581,20	14.696.635,71

O DAE apresenta uma variação de 23,0%, comparativamente aos valores realizados no anterior, e uma taxa de execução do orçamento de 2016 de 83,0%, onde se destaca o próprio Departamento com o maior volume de pagamentos efetuados, 5.851.480 €, ou seja, uma taxa de execução de 94,9% do orçamento final.

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DAE		5.116.443,38	6.166.213,69	6.106.780,89	6.063.735,81	5.851.479,65
Funções Económicas			27.268,00	25.981,50	25.981,50	1.892,66
2016/1393 0	AFERIÇÃO E MEDIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ANALISE DE ÁGUAS		27.268,00	25.981,50	25.981,50	1.892,66
Funções Gerais			1.630,00	538,53	538,53	538,53
2016/1441 1/1	Material escritório		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1441 1/2	OUTROS BENS		800,00	82,16	82,16	82,16
2016/1441 1/3	COMUNICAÇÕES		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1441 1/4	Transportes		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1441 1/5	Outros serviços		800,00	456,37	456,37	456,37
Funções Sociais		5.116.443,38	6.137.315,69	6.080.260,86	6.037.215,78	5.849.048,46
2003/104665 0	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	109.998,09	160.848,30	127.751,19	84.709,80	84.126,78
2004/104996 0	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS, FITOSANITÁRIOS E LIMPEZA	68.954,64	80.997,50	74.996,39	74.996,39	50.537,89
2004/105000 0	PROMOÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	12.017,14	29.000,00	27.767,74	27.766,51	19.356,32
2004/105002 0	PROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS	3.207,35	14.072,00	13.953,15	13.953,15	9.996,15
2004/105006 0	CREMAÇÃO DE ANIMAIS	2.326,74	5.602,32	2.714,00	2.714,00	2.714,00
2004/105366 0	ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS	17.231,17	22.646,82	21.033,87	21.033,87	20.885,87
2004/105374 0	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	4.469.910,50	5.404.722,50	5.404.271,85	5.404.271,85	5.304.248,40
2004/105394 0	AQUISIÇÃO DE SACOS PARA LIXO DIVERSO	80.610,27	70.112,50	68.546,47	68.544,01	68.544,01
2004/105400 0	CONTROLO DE PRAGAS URBANAS	150.222,53	112.398,75	112.392,48	112.392,48	99.213,44
2004/105405 0	ALUGUER DE EQUIPAMENTOS (SANITÁRIOS, CONTENTORES, ETC)	3.319,45	2.260,00	1.163,09	1.163,09	1.163,09
2004/105414 0	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA O CANIL MUNICIPAL	19.687,53	23.347,00	21.417,72	21.417,72	21.417,72
2008/74 0	PROJAAO	1.394,04	7.640,00	6.936,08	6.936,08	5.029,09
2010/1231 0	MONITORIZAÇÃO DE PROJECTOS E ACTIVIDADES AMBIENTAIS	2.669,43	7.000,00	5.381,95	5.381,95	115,70
2010/1232 0	OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES EM PROGRAMAS DE CIDADANIA AMBIENTAL	155.212,54	168.868,00	167.839,10	167.839,10	137.604,22
2011/1285 0	MANUTENÇÃO E PEQUENAS REPARAÇÕES EM CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	135,46	500,00	252,84	252,84	252,84
2012/1301 0	SUBSÍDIO AO INSTITUTO ZOÓFILO DA QUINTA CARBONE	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00
2014/1350 0	AQUISIÇÃO DE CAIXAS AMPLIROLL	11.746,50	14.760,00	12.792,00	12.792,00	12.792,00
2016/1392 0	ALUGUER DE EQUIPAMENTOS (CONTENTORES,SANITÁRIOS,BAIAS,STANDS,ETC)		4.740,00	3.250,94	3.250,94	3.250,94
Total Geral		5.116.443,38	6.166.213,69	6.106.780,89	6.063.735,81	5.851.479,65

Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento

Unidade Orgânica	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DECPC	43.134,08	51.960,00	48.193,33	48.193,33	43.009,93
Funções Gerais		4.670,00	1.208,50	1.208,50	1.208,50
Funções Sociais	43.134,08	47.290,00	46.984,83	46.984,83	41.801,43
DCT	1.783.559,78	2.371.491,40	2.336.076,48	2.272.019,70	2.205.522,97
Funções Económicas	202.509,48	236.050,00	227.467,16	227.467,16	225.090,06
Funções Gerais		2.040,00	1.419,63	1.419,63	1.419,63
Funções Sociais	1.581.050,30	2.133.401,40	2.107.189,69	2.043.132,91	1.979.013,28
DBDI	114.460,55	171.550,00	167.212,77	167.062,77	112.859,59
Funções Gerais		50,00	0,00	0,00	0,00
Funções Sociais	114.460,55	171.500,00	167.212,77	167.062,77	112.859,59
DE	2.352.777,29	5.640.494,00	4.657.603,16	4.656.718,49	4.446.568,22
Funções Sociais	2.352.777,29	5.640.494,00	4.657.603,16	4.656.718,49	4.446.568,22
DE / UIE	62.003,89	176.060,00	90.964,00	90.964,00	90.964,00
Funções Sociais	62.003,89	176.060,00	90.964,00	90.964,00	90.964,00
Total Geral	4.355.935,59	8.411.555,40	7.300.049,74	7.234.958,29	6.898.924,71

O DECPC apresenta-se com um crescimento de 28,4% face ao ano de 2015, onde a DCT assume a maior execução do orçamento final, com 93,0%. Destaca-se a Divisão de Educação e a Unidade de Infraestruturas da Educação dado a sua relevância na assunção das novas competências no âmbito do Contrato Interadministrativo com o Ministério da Educação:

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DE		2.352.777,29	5.640.494,00	4.657.603,16	4.656.718,49	4.446.568,22
Funções Sociais		2.352.777,29	5.640.494,00	4.657.603,16	4.656.718,49	4.446.568,22
2004/105132 0	ESCOLAS B1 - FUNCIONAM REFEITÓRIOS ESCOLARES - PAG EMPRESA RESTAURAÇÃO	1.424.662,55	1.423.844,00	1.423.843,74	1.423.843,74	1.235.780,10
2004/105133 0	APOIO SOCIAL ESCOLAR - TRANSPORTES ESCOLARES - VINHETAS	218.712,95	200.000,00	199.317,29	198.433,64	192.665,85
2004/105134 0	ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	33.188,97	44.760,00	44.759,24	44.759,24	44.759,24
2004/105136 0	ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - APOIO AOS ALUNOS	60.185,84	56.430,00	55.897,84	55.897,84	55.170,11
2004/105154 0	APOIOS A ESCOLAS, ENTIDADES E SERVIÇOS LIGADOS À EDUCAÇÃO	443.812,53	554.100,00	419.600,98	419.600,98	419.600,98
2006/106117 0	PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES DIRIGIDAS ÀS ESCOLAS	75.651,34	48.500,00	33.466,10	33.466,10	33.466,10
2006/106118 0	REFEITÓRIOS ESCOLARES SERVIÇO CONSULTADORIA	2.321,20	2.500,00	2.404,10	2.404,10	2.238,30
2006/106121 0	DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO MUS-E	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
2006/106124 0	EDIÇÃO DE MATERIAIS E DOCUMENTAÇÃO	302,58	500,00	282,91	282,91	282,91
2009/1141 0	PROJECTO REDE ESCOLAS DE EXCELÊNCIA	23.780,00	23.780,00	23.780,00	23.780,00	23.780,00
2010/1237 0	ORQUESTRAS SINFÓNICAS JUVENIS - AQUISIÇÃO/REPARAÇÃO DE INSTRUMENTOS	8.036,13	0,00	0,00	0,00	
2010/1238 0	ORQUESTRAS SINFÓNICAS JUVENIS - COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E ARTÍSTICA E WORKSHOPS	17.098,20	17.100,00	17.099,20	17.098,20	17.098,20
2013/1328 0	BOLSAS DE ESTUDO - UNIVERSIDADE ATLÂNTICA	25.025,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00
2016/1402 0	TRANSFERENCIAS CORRENTES - CONTRATO INTERADM MEC-MUN - PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO		653.560,00	158.792,22	158.792,20	143.366,89
2016/1403 0	TRANSFERENCIAS CORRENTES - CONTRATO INTERADM MEC-MUN - 2º E 3º CICLOS		1.677.200,00	1.520.592,77	1.520.592,77	1.520.592,77
2016/1404 0	TRANSFERENCIAS CAPITAL - CONTRATO INTERADM MEC-MUN		6.510,00	0,00	0,00	0,00
2016/1405 0	TRANSFERENCIAS CORRENTES - CONTRATO INTERADM MEC-MUN - ENSINO SECUNDÁRIO		903.110,00	729.166,77	729.166,77	729.166,77
DE / UIE		62.003,89	176.060,00	90.964,00	90.964,00	90.964,00
Funções Sociais		62.003,89	176.060,00	90.964,00	90.964,00	90.964,00
2003/103260 0	JI/EB1 - MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR	19.731,57	22.000,00	21.930,14	21.930,14	21.930,14
2004/105110 0	ESCOLAS B1 -AQUIS UTENSÍLIOS DE COZINHA	4.939,58	9.150,00	9.136,90	9.136,90	9.136,90
2006/106111 0	JI/EB1 - AQUIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES	719,55	480,00	479,72	479,72	479,72
2006/106113 0	COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS E EQUIPAMENTOS EM AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	36.613,19	66.410,00	51.405,81	51.405,81	51.405,81
2016/1406 0	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS - EQUIPAMENTO INFORMÁTICO		70.000,00	0,00	0,00	0,00
2016/1407 0	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS - MOBILIARIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR		0,00	0,00	0,00	
2016/1408 0	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS - AQUIS DE BENS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES		8.020,00	8.011,43	8.011,43	8.011,43
Total Geral		2.414.781,18	5.816.554,00	4.748.567,16	4.747.682,49	4.537.532,22

› **Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social**

Unidade Orgânica	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DCDS	23.153,71	115.350,37	100.516,64	100.516,64	88.582,64
Funções Gerais		1.630,00	364,18	364,18	364,18
Funções Sociais	23.153,71	113.720,37	100.152,46	100.152,46	88.218,46
DASSJ	2.783.288,20	2.542.486,95	2.410.005,06	2.409.364,81	2.065.204,42
Funções Gerais		240,00	0,00	0,00	0,00
Funções Sociais	2.240.418,87	2.005.246,95	1.885.724,24	1.885.083,99	1.544.664,51
Outras Funções	542.869,33	537.000,00	524.280,82	524.280,82	520.539,91
DD	1.437.249,59	1.651.000,00	1.629.542,14	1.629.542,14	1.582.761,09
Funções Sociais	1.437.249,59	1.651.000,00	1.629.542,14	1.629.542,14	1.582.761,09
Total Geral	4.243.691,50	4.308.837,32	4.140.063,84	4.139.423,59	3.736.548,15

O DCDS, no cômputo geral regista, na gerência em análise, uma variação negativa face ao ano anterior, com menos 12,0% de pagamentos efetuados, justificado pela execução da DASSJ, que apresenta um desvio de 25,8%.

Destaca-se a DASSJ, que face à natureza das atividades desenvolvidas merece um detalhe da sua execução orçamental. Dos pagamentos efetuados podemos destacar o Fundo de Emergência Social (transferido para as instituições da área de residência dos indivíduos necessitados) com a atribuição de 71 fundos para apoio a cerca de 160 indivíduos, a comparticipação em medicamentos no valor de 438.114 €, o apoio prestado às entidades locais, através da Plataforma de Apoio às Organizações Sociais (PAOS), visando contribuir para a sustentabilidade e qualidade das respostas sociais e maior adequabilidade dos serviços que disponibilizam às reais necessidades das famílias, traduzindo-se em 398.484 € para apoio à realização de obras, aquisição de equipamento e manutenção de atividades.

Face à dotação final regista uma taxa de execução de 81,2%, espelhada da seguinte forma:

Unidade Orgânica	Designação	Pago 2015	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago em 2016
DASSJ		2.783.288,20	2.542.486,95	2.410.005,06	2.409.364,81	2.065.204,42
Funções Gerais			240,00	0,00	0,00	0,00
2016/1449 1/1	Material escritório		200,00	0,00	0,00	0,00
2016/1449 1/2	OUTROS BENS		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1449 1/3	COMUNICAÇÕES		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1449 1/4	Transportes		10,00	0,00	0,00	0,00
2016/1449 1/5	Outros serviços		10,00	0,00	0,00	0,00
Funções Sociais		2.240.418,87	2.005.246,95	1.885.724,24	1.885.083,99	1.544.664,51
2004/103645 0	COMISSÃO PROT CRIANÇAS E JOVENS OEIRAS - AQUIS EQUIP	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00
2006/106141 0	PROJECTOS INTERVENÇÃO ÁREAS ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AQ SERVIÇOS	75.515,31	176.996,95	175.015,35	175.015,35	102.701,34
2006/106142 0	PROJECTOS DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS DA ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AQUISIÇÃO DE MATERIAL	518,73	2.000,00	1.145,39	1.145,39	922,76
2006/106143 0	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE - PROJECTOS ESPECÍFICOS	496.207,42	556.070,00	507.253,36	507.253,36	507.253,36
2007/106290 0	APOIO À MANUTENÇÃO DE ACTIVIDADES ENTIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E DE SAÚDE	88.340,00	133.000,00	128.193,76	127.693,76	123.560,96
2007/106291 0	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE - COMPARTICIP EQUIPAMENTO E OBRAS	1.104.150,41	550.760,00	525.505,34	525.505,34	274.922,55
2007/106304 0	PROJECTOS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA JUVENTUDE - AQ DE SERVIÇOS	323.427,38	347.090,00	328.310,34	328.170,09	318.982,84
2007/106309 0	PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DA ACÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE	24.145,00	105.500,00	104.861,69	104.861,69	104.861,69
2009/1144 0	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	666,05	2.170,00	1.571,41	1.571,41	1.571,41
2010/1244 0	INTERCULTURALIDADE	859,57	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2011/1256 0	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	64.000,00	56.040,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00
2012/1292 0	JUVENTUDE - COMPARTICIPAÇÃO EQUIPAMENTOS E OBRAS	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00
2012/1294 0	PROJECTOS INTERVENÇÃO ÁREA JUVENTUDE - AQ EQ	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00
2012/1295 0	ORGANISMOS JUVENIS - PROJECTOS ESPECÍFICOS	31.950,00	37.910,00	37.907,60	37.907,60	37.907,60
2013/1329 0	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - AQUISIÇÃO DE BENS	30.639,00	31.960,00	31.960,00	31.960,00	27.980,00
Outras Funções		542.869,33	537.000,00	524.280,82	524.280,82	520.539,91
2004/105733 0	COMPART FINANC JUNTAS FREGUESIA - FUNC ESTAB INFÂNCIA TRANSF P/IPSS	542.869,33	537.000,00	524.280,82	524.280,82	520.539,91
Total Geral		2.783.288,20	2.542.486,95	2.410.005,06	2.409.364,81	2.065.204,42

As rubricas a zero respeitam a fundo de maneo que não foi utilizado.

Situação Patrimonial

Análise do Balanço – Balanço Sintético

A situação patrimonial espelha o registo das operações que alteram a composição, quantitativa e qualitativa, do património do Município. O Ativo evidencia os bens e os direitos e o Passivo reflete as obrigações e os deveres perante terceiros, incluindo os acréscimos e diferimentos e as provisões.

Os Fundos Próprios, também designados por Património Líquido, são constituídos por quatro grandes grupos: Fundo Patrimonial inicial ou Património inicial; Fundo Patrimonial adquirido proveniente dos resultados dos diferentes exercícios (incluindo reservas); Recebimentos relativos a subsídios, a doações e reavaliações de imobilizado.

Descrição	2016		2015		Δ Valor	Δ %
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)		
Imobilizado	504.365.015,89	88,6	506.141.663,67	91,3	-1.776.647,78	-0,4
Existências	2.682.071,46	0,5	2.760.888,04	0,5	-78.816,58	-2,9
Dívidas de Terceiros	1.996.655,30	0,4	1.574.283,72	0,3	422.371,58	26,8
Disponibilidades	50.145.630,67	8,8	37.783.789,55	6,8	12.361.841,12	32,7
Acréscimos e Diferimentos	10.099.306,06	1,8	5.846.839,18	1,1	4.252.466,88	72,7
Ativo Líquido	569.288.679,38	100,0	554.107.464,16	100,0	15.181.215,22	2,7
Património	328.492.672,40	57,7	328.022.492,29	59,2	470.180,11	0,1
Reservas	15.246.818,63	2,7	12.733.374,91	2,3	2.513.443,72	19,7
Doações	3.211.820,31	0,6	3.043.309,67	0,5	168.510,64	5,5
Reservas Cedência Apropriação de Ativos	60.055.654,92	10,5	59.303.349,76	10,7	752.305,16	1,3
Resultados	92.118.861,58	16,2	77.213.644,47	13,9	14.905.217,11	19,3
Fundos Próprios	499.125.827,84	87,7	480.316.171,10	86,7	18.809.656,74	3,9
Provisões para riscos e encargos	12.753.622,26	2,2	6.461.115,46	1,2	6.292.506,80	97,4
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	29.564.380,63	5,2	40.833.426,21	7,4	-11.269.045,58	-27,6
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	15.969.227,11	2,8	15.236.810,25	2,7	732.416,86	4,8
Acréscimos e Diferimentos	11.875.621,54	2,1	11.259.941,14	2,0	615.680,40	5,5
Passivo	70.162.851,54	12,3	73.791.293,06	13,3	-3.628.441,52	-4,9
Fundos Próprios e Passivo	569.288.679,38	100,0	554.107.464,16	100,0	15.181.215,22	2,7

O **Ativo Líquido** do Município, a 31 de dezembro de 2016, registou o valor de **569.288.679 €** (incluídos os Acréscimos e Diferimentos), valor que resulta do efeito conjugado do crescimento das Dívidas de Terceiros (422.372 €), das Disponibilidades (12.361.841 €) e dos Acréscimos e

Diferimentos (4.252.467 €) e que significa um crescimento de 2,7%, comparativamente aos valores de 2015.

As contas de **Imobilizado**, com o valor líquido de **504.365.016 €**, são as mais significativas no Ativo Líquido, com **88,6% do total** realizado e um **decréscimo de 0,4%** face aos valores realizados no ano anterior:

Designação	2016		2015		Δ 2016/2015	
	Realiz.	Peso (%)	Realiz.	Peso (%)	Valor	%
Imobilizado Líquido						
Bens do Domínio Público	83.071.404,98	16,5	107.898.734,66	21,3	-24.827.329,68	-23,0
Imobilizações Incorpóreas	504.593,05	0,1	463.392,27	0,1	41.200,78	8,9
Imobilizações Corpóreas	401.479.846,87	79,6	378.317.733,13	74,7	23.162.113,74	6,1
Investimentos Financeiros	19.309.170,99	3,8	19.461.803,61	3,8	-152.632,62	-0,8
Total	504.365.015,89	100,0	506.141.663,67	100,0	-1.776.647,78	-0,4

Os **Investimentos Financeiros** registam uma ligeira variação negativa de **0,8%**, o que em termos absolutos significa um desvio de **152.633 €**.

Os Fundos Próprios registaram uma variação positiva de 3,9%, suportados pelo crescimento dos Resultados em mais 19,3% do que o valor realizado na gerência anterior.

O valor dos **Resultados**, nomeadamente **92.118.862 €**, apurado pelo resultado das contas 59 – Resultados Transitados, referente ao exercício anterior (70.576.679€) e 88-Resultado Líquido do Exercício (21.542.182€), regista uma variação negativa de 53,9% (- 25.234.728 €) face ao ano de 2015, ano em que, excecionalmente, ocorreram a anulação da totalidade da provisão da empresa SATU (18.932.874,70€), o resgate do Fundo Social da Oeiras Invest (1.250.000 €) e ainda a anulação da provisão das entidades Município e Lemo (1.389.217€).

O **Passivo** regista um decréscimo de **4,9%**, comparativamente a 2015, o que em valor absoluto traduz uma **redução de 3.628.442 €**, suportado pela variação das seguintes contas:

- **Provisões para Riscos e Encargos** com um crescimento de **97,4%**, percentagem esta suportada pela constituição de uma provisão no valor de 10,5 milhões de euros para a PPP-Oeiras Expo. A pedido das partes o processo encontra-se suspenso para tentativa de acordo que será objeto de sentença homologatória. O Juiz aceitou prorrogar o prazo de suspensão da instância, para tentativa de acordo, até final de 2016. Perspectiva-se a concretização de acordo durante o ano de 2017. Verifica-se, simultaneamente uma redução de 4.986.908€, decorrente da conclusão de processos judiciais;

- **Dívidas a Terceiros M/L Prazo**, reduz em 27,6% em consequência da redução dos empréstimos de Médio e Longo Prazos, em que ocorreu a liquidação do empréstimo nº 9015/00006774/691-Projetos de Investimento (2.870.089 €) e da dívida subsequente da transação judicial da PPP Oeiras Primus, por via das amortizações de acordo com o respetivo plano de pagamento;
- **Dívidas a Terceiros Curto Prazo** com um crescimento de 4,8 %, por influência do aumento dos saldos das contas de Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado.

Os **Acréscimos e Diferimentos** verificam um crescimento de 5,5% justificados pelo aumento da subconta Proveitos Diferidos. Aumento suportado pelo valor de 775.801 € relativo a rendas de habitação com caução e prestações de serviços diversos, relativas a anos anteriores, mas com proveitos na gerência de 2016.

Indicadores Económico-Financeiros

Indicadores	2015	2016
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo / Ativo Total	91,3%	88,6%
Ativo Circulante / Ativo Total	8,7%	11,4%
Estrutura do Passivo		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	55,3%	42,1%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	20,6%	22,8%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	268,0%	185,1%
Rácios de Liquidez		
Liquidez Geral	2,76	3,43
Liquidez Reduzida	2,58	3,27
Prazo Segurança Liquidez	101	173
Rácios de Rendibilidade		
ROE	9,2%	4,3%
ROI	8,0%	3,8%
ROA	4,5%	2,3%
Rendimento do Investimento Total	44.121.724,11	21.542.182,32
Rendimento dos Fundos Próprios	38.245.970,25	18.887.183,20
Rendimento dos Fundos Alheios	5.875.753,86	2.654.999,12
Índice de Solvabilidade		
Fundos Próprios / Fundos Alheios	7,68	8,56
Índice de Autonomia Financeira		
Fundos Próprios / Ativo Líquido	86,7%	87,7%
Prazo Médio de Pagamentos		
PMP de acordo com DGAL (DF / A)	50	41

Os indicadores económico-financeiros evidenciam um desempenho financeiro positivo do Município na gerência de 2016.

A estrutura do **Ativo** mantém-se praticamente inalterada face a 2015. A variação apurada, em termos globais, resulta do aumento do ativo circulante, que no seu conjunto, representa um aumento de **78,9%**.

A estrutura do **Passivo** indica uma evolução positiva na independência da Autarquia. A redução dos coeficientes de endividamento de médio e longo prazo conjugados com o aumento dos fundos próprios indicam esse resultado.

O Índice de Autonomia Financeira com um ligeiro crescimento, face ao ano anterior, de 1%, mostra a capacidade de o Município financiar o seu ativo através de capitais próprios sem o recurso ao crédito.

O Prazo Médio de Pagamento observa um decréscimo de 9 dias face a igual período do ano anterior, o que significa que a autarquia continua a honrar os seus compromissos atempadamente.

Análise da Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados por Natureza apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) que o Município gerou na gerência de 2016.

Descrição	2016		2015		Desvio (€)	Variação
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)		
Custos e Perdas						
Custos das Merc. Vendidas e das Mat. Consumidas	670.854,11	0,6	1.215.517,84	1,2	-544.663,73	-44,8
Fornecimentos e Serviços Externos	36.669.437,24	30,9	32.323.350,70	32,5	4.346.086,54	13,4
Custos com o Pessoal	40.760.007,59	34,3	35.539.234,78	35,7	5.220.772,81	14,7
Transf. e Sub.Correntes Conc. Prest. Sociais	10.391.647,05	8,8	8.469.774,74	8,5	1.921.872,31	22,7
Amortizações do Exercício	9.875.016,17	8,3	8.780.211,20	8,8	1.094.804,97	12,5
Provisões do Exercício	11.427.233,15	9,6	3.893.917,31	3,9	7.533.315,84	193,5
Outros Custos	8.949.368,64	7,5	9.241.979,46	9,3	-292.610,82	-3,2
Total	118.743.563,95	100,0	99.463.986,03	100,0	19.279.577,92	19,4
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	16.553.173,11	11,8	14.695.932,95	10,0	1.857.240,16	12,6
Impostos e Taxas	77.515.707,95	55,3	76.359.466,72	52,2	1.156.241,23	1,5
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	6.045,60	0,0	-6.045,60	-100,0
Transferências e Subsídios Obtidos	28.729.126,28	20,5	24.337.730,23	16,6	4.391.396,05	18,0
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	20.640,43	0,0	7.858,44	0,0	12.781,99	162,7
Proveitos e Ganhos Financeiros	5.303.384,50	3,8	3.739.983,73	2,6	1.563.400,77	41,8
Outros Proveitos	12.163.714,00	8,7	27.093.879,13	18,5	-14.930.165,13	-55,1
Total	140.285.746,27	100,0	146.240.896,80	100,0	-5.955.150,53	-4,1
Resultados Operacionais	12.888.540,30		25.053.752,64		-12.165.212,34	
Resultados Financeiros	3.615.572,43		819.281,34		2.796.291,09	
Resultados Correntes	16.504.112,73		25.873.033,98		-9.368.921,25	
Resultados Extraordinários	5.038.069,59		20.903.876,79		-15.865.807,20	
Resultado Líquido do Exercício	21.542.182,32		46.776.910,77		-25.234.728,45	-53,9%

Os **Custos e Perdas** registam um crescimento de 19,4% comparativamente ao ano de 2015, onde podemos destacar:

- Os **Custos com o Pessoal** com 34,3% do total dos custos da Autarquia, justificando-se o crescimento, face a 2015, não só pelo compromisso assumido com o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências com o Ministério da Educação, mas também com a reversão da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que foi progressivamente eliminada ao longo do ano de 2016, com reversões trimestrais e os respetivos encargos sociais associados.

- As **Transferências e Subsídios Correntes** registam um crescimento de **22,7%** face ao ano de 2015. Incluem-se nestas, as medidas decorrentes das políticas no âmbito do apoio social, nomeadamente através do Fundo de Emergência Social, em que é disponibilizado apoio extraordinário a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e económica, apoio a atividades e projetos da rede solidária na área do envelhecimento, que respondem às necessidades dos mais idosos e/ou dependentes e que apostam no envelhecimento ativo dos não dependentes;
- As **Provisões dos Exercício**, face ao ano transato, registam o crescimento mais acentuado do conjunto dos Custos e Perdas, com um acréscimo de **193,5%** face ao ano anterior, aumento suportado, na constituição da provisão para a PPP-Oeiras Expo, no valor de 10,5 milhões de euros.

Os Proveitos e Ganhos registam uma variação negativa de 5.955.151 € face ao ano de anterior, suportados no decréscimo de 55,1% nos Outros Proveitos. Este fato foi a consequência de, na gerência de 2015, ter ocorrido a anulação da provisão constituída para encargos decorrentes da dissolução do SATU, situação que fez aumentar o valor realizado nos Proveitos.

Do balanço entre os Custos e Proveitos decorre um Resultado Líquido do Exercício no valor de 21.542.182 €, inferior ao valor de realizado em 2015, em 53,9%.

Proposta de Aplicação do Resultado Líquido

Nos termos do ponto 2.7.3. das Considerações Técnicas do POCAL, previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro, face ao resultado positivo de 21.542.182,32 € apurado no ano de 2016, propõe-se a constituição da Reserva Legal obrigatória, aplicando o restante Resultado Líquido do Exercício em Resultados Transitados dado que o valor contabilístico da conta 51 «Património» é superior a 20% do Ativo Líquido:

- Reserva Legal (conta 571) 1.077.109,12 €
- Resultados Transitados (conta 59) 20.465.073,20 €

Apuramento da Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) através do art.º 52.º, estabelece o Limite da Dívida Total de operações orçamentais, ao qual o Município está obrigado.

Assim, o n.º 1 do mesmo artigo, define o cálculo do limite da dívida total dos municípios com base na receita corrente cobrada líquida nos três últimos anos.

Atendendo a que os serviços municipalizados constituem serviços dos municípios, embora estruturados segundo modelo empresarial, as receitas dos mesmos contribuem para o cálculo do limite da dívida do respetivo Município.

SIMAS		2013	2014	2015
Receita corrente cobrada líquida SIMAS		55.364.042,80	54.018.546,26	57.063.219,61
1	Receita corrente cobrada líquida (50%)	27.682.021,40	27.009.273,13	28.531.609,81
2	Receita corrente líquida cobrada ao Município (-)	-647.982,11	-595.099,93	-587.273,22
(3) = (1) + (2)	Total receita SIMAS (extra Município)	27.034.039,29	26.414.173,20	27.944.336,59
MUNICÍPIO		2013	2014	2015
4	Receita corrente cobrada líquida	106.964.294,07	115.092.843,93	114.986.803,53
5	Receita corrente líquida cobrada aos SIMAS (-)			-3.858,99
(6) = (4) + (5)	Total receita (extra SIMAS)	106.964.294,07	115.092.843,93	114.982.944,54
7	Total das despesas correntes do Município com os SIMAS			587.273,22
(8) = (3) + (6)	Total receita Município + SIMAS	133.998.333,36	141.507.017,13	142.927.281,13
Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos			139.477.543,87	
Limite da dívida total em 2016 <small>(1,5 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)</small>			209.216.315,81	

O apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município, engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do Município, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, conforme estipula o art.º 52.º da Lei n.º 73/2003 de 3 de setembro.

Comparando com igual período do ano anterior, constata-se que reduzimos o valor da dívida, à data de 31 de dezembro de 2016, em cerca de 17.180.281 €, conforme se poderá verificar pelo quadro abaixo.

Dívida total		
	31-12-2016	31-12-2015
Dívida a terceiros	45.533.607,74	56.070.236,46
Empréstimos	18.397.397,59	23.817.027,48
Outras formas de endividamento	13.674.594,78	19.736.101,08
Débitos a terceiros	13.461.615,37	12.517.107,90
Valores Excluídos	6.467.577,77	7.360.332,83
Débitos a terceiros (OT's)	2.588.619,59	2.705.582,65
FAM (-)	3.878.958,18	4.654.750,18
Contribuição SEL para a Dívida Total	0,00	7.536.407,17
Entidades Participadas		7.536.407,17
Dívida total de operações orçamentais do município (engloba as entidades e exclui não orçamentais)	39.066.029,97	56.246.310,80
Margem Absoluta	170.150.285,84	
Utilização da margem disponível (20%)	34.030.057,17	

De acordo com o art.º 54º da referida Lei, as entidades que relevam para efeitos de apuramento do montante da dívida total do Município são as seguintes:

Entidades		RL 2016	Dívida Total	
% Particip	Designação		Dívida Total da entidade	Contribuição da Dívida para a CMO
50%	SIMAS	17.180.877,38	10.464.866,63	5.232.433,32
100%	Oeiras Viva	209.251,65	543.784,29	0,00
100%	Parques Tejo	438.261,34	230.786,25	0,00
56,71%	Município	7.836,67	733.910,79	0,00
49%	Oeiras Expo, SA	-14.199,86	14.544.718,35	7.126.911,99
19,16%	Taguspark	1.619.881,62	5.178.147,36	0,00
12,50%	Fundação Marquês de Pombal	0,00	0,00	0,00
2,85%	E.I.A	0,00	0,00	0,00
0,532%	ISQ - Centro de Incubação de Empresas, Lda.	-282.883,58	3.795.170,73	20.190,31
20%	AMTRES	-242.052,09	1.348,44	269,69
66,66%	A.M.E.M.	0,00	0,00	0,00
2,70%	AMPV- AM Portugueses do Vinho	0,00	0,00	510,85
0,01%	RPCS_Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	0,00	0,00	0,00
5,45%	AML	0,00	0,00	0,00
9,60%	ARTEMREDE - Teatros Associados	0,00	0,00	1.547,43
0,394%	ANMP	0,00	0,00	462,01
Total				12.380.778,16

Procedendo ao cálculo do limite da dívida total para o ano de 2016, verifica-se que registrará um crescimento de 5,2%, apresentando uma margem de mais 10.924.500 €.

SIMAS		2014	2015	2016
Receita corrente cobrada líquida SIMAS		54.018.546,26	57.063.219,61	58.072.505,57
1	Receita corrente cobrada líquida (50%)	27.009.273,13	28.531.609,81	29.036.252,79
2	Receita corrente líquida cobrada ao Município (-)		-595.099,93	-439.294,17
(3) = (1) + (2)	Total receita SMAS (extra Município)	27.009.273,13	27.936.509,88	28.596.958,62
MUNICÍPIO		2014	2015	2016
4	Receita corrente cobrada líquida	115.092.843,93	115.092.843,93	126.694.547,41
5	Receita corrente líquida cobrada aos SMAS (-)		-3.858,99	-137.485,52
(6) = (4) + (5)	Total receita (extra SIMAS)	115.092.843,93	115.088.984,94	126.557.061,89
7	Total das despesas correntes do Município com os SMAS		587.273,22	439.294,17
(8) = (3) + (6)	Total receita Município + SMAS	142.102.117,06	143.025.494,82	155.154.020,51
Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos			146.760.544,13	
Limite da dívida total para 2016 (1,5 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)			220.140.816,19	

